

## ATA DEGRAVADA DA 167ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 Aos dezesseis dias do mês de março de 2012, às nove horas, no plenário do Conselho  
3 Estadual da Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima sexagésima sétima  
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Sr. Geraldo Gonçalves de  
5 Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: José Fernando  
6 Millane – CMAS/Cataguases, Nívia Soares da Silva – SEDESE, Guilhermina Torga -  
7 SEF, Júlio Cesar Brum – IMSNS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Mauro Alves  
8 de Souza – ACONEQUISTAC, Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Luiz George  
9 Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG,  
10 Márcio Caldeira – ASSPROM, Tânit Jorge Sarsur – SES; conselheiros suplentes: Volney  
11 Lopes – PSIND, Cláudia Falabela – SEDESE, Raquel Fonseca Veloso – SES, Mario  
12 Roberto do Amaral – MDC, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE, Francisco Cacio  
13 Martins – MNRP, Ami Amorim – Missão Ramacrisna, João Ademar Specht – AJEAS,  
14 Gilvânia F. de Paula – SEDESE; os convidados: Edma Marinho – SEDESE, Mayra de O.  
15 Camilo – SEDESE, Danilo Costa – Governadoria, Roberta – Subsecretaria de Projetos  
16 Especiais; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice  
17 Tassar, Maria Luisa Carvalho, Elizabeth, Maria Paula, Luciana, Nilce Araújo. O  
18 presidente inicia a plenária: Está ouvindo aí no áudio. Tem calouro. Então ta bom. Eu  
19 queria primeiramente colocar para todos vocês, principalmente aqueles que participaram  
20 da última plenária, da derradeira plenária e algumas comissões que tivemos que eu fiquei  
21 um pouco afastado agora, durante ao longo do mês. Porque a vida nos ensina o seguinte,  
22 quando você não para porque precisa, ela para a gente pra gente aprender. Então apesar da  
23 calvície e dos poucos cabelos brancos. Ainda continuo aprendendo. Graças a Deus eu sou  
24 um eterno aprendiz. Mas pedi dentro da minha crença religiosa. Quero pedir que. Quero  
25 falar pra vocês hoje de coração pra coração. E pedir desculpas pela ausência. Mas já  
26 retornei. É porque aqui, o presidente, às vezes ele aparece na plenária na reunião de  
27 conselho. Na reunião de comissões. Mas no dia a dia ele acontece. Normalmente às sete e  
28 meia da manhã, né Consolação? E quase que cotidianamente, porque é muita demanda.  
29 Com isso eu quero aproveitar e extrapolar para cada órgão dos conselheiros, que aqui  
30 estão e aqueles que vão tomar posse. A importância e a necessidade do comprometimento  
31 nosso. Eu vou nem falar de assiduidade. Mas vou falar é do comprometimento com o  
32 Conselho. O Conselho tem demanda, é sempre demanda reprimida. O conselho tem várias  
33 ações e tarefas. E independente dessas várias ações e dessas tarefas, nós podemos é deixar  
34 que esse colegiado, assuma o papel cartorial ou burocrático, a ponto de emperrar as nossas  
35 ações que deveriam ser políticas. Não é? Ações políticas desse conselho. Então a gente  
36 precisa estar atentos a essas situações. E para isso requer, não só habilidade, mas como o  
37 tempo nosso de disponibilização pra estar desenvolvendo as nossas ações enquanto  
38 conselheiro. É bom lembrar que enquanto conselheiro, existe uma lei específica, que nos  
39 torna autoridades públicas, e nas três esferas de governo, que é o município, o estado e a  
40 união. E em função disso, como agente público, nós temos do dever, de inclusive irradiar,  
41 e passa essa nossa responsabilidade e o comprometimento com esse espaço institucional,  
42 chamado conselho. Para os municípios a quem nos cabe dar orientação, dar exemplo em  
43 todo sentido. E levar inclusive capacitação e qualificação. Daí o nosso cumprimento  
44 inclusive pra plenária do mês que vem, ser descentralizada e ampliada. E nós vamos estar  
45 indo pro município de um conselheiro nosso aqui. Que depois ele vai estar falando, que  
46 vai ser nosso anfitrião. Eu não conheço ainda, mas nós vamos chegar lá. Eu quero também  
47 dizer a vocês que. Nós enquanto conselheiros, a gente tem um papel muito importante  
48 frente aos nossos municípios. Nosso estado parece mais um continente. E quando eu falo,  
49 e isso eu falo, porque é importante que a gente, consiga enxergar essa violência  
50 generalizada, principalmente nas prioridades absolutas que a gente tem. São as crianças e

51 adolescentes e os nossos idosos. Ambos têm estatuto, ambos têm uma lei federal que  
52 proteja. E a gente vê a cada momento a violação desses direitos. Então é mais uma  
53 situação que requer um cuidado especial nosso. E pra isso, a gente precisa às vezes, abrir  
54 mão de muito sentimento materializado desse mundo contemporâneo. E de repente,  
55 primar mais pelas nossas relações humanas. E quando eu falo isso, eu quero dizer a vocês  
56 que, esse conselho é UNO. Este Conselho assim como os outros, é um conselho único. É  
57 um conselho que tem uma formação paritária, mas que essas divergências têm que ser  
58 trabalhadas construtivamente, para que o Conselho possa andar. Para que a gente possa  
59 contribuir pro nosso Estado. Então as nossas divergências, vamos tratá-las nas nossas  
60 condições, vamos tratá-las pessoalmente, mas de uma forma construtiva. De forma que a  
61 gente não possa emperrar a ação do Conselho. Nós temos um exemplo grande pra dar pra  
62 esse país nosso hoje. Minas Gerais sempre foi pioneiro, construtor e inovação pra todo o  
63 país. Isso é notório. Mas nós precisamos pra isso, fazer com que esse colegiado seja um  
64 colegiado realmente exemplar. Nas esferas nacionais, a gente não tem deixado por menos,  
65 a representação do nosso estado. Fizemos uma representação. A gente vê. Eu estou  
66 falando isso, porque, nós tivemos um sentimento agora em Brasília. Eu, Consolação. Um  
67 sentimento assim de mesmice, de muita burocracia, e que então termina em processo. E aí  
68 a gente fica vendo assim, não faz muito sentido. Vocês ter uma tarde inteira, pro um país  
69 inteiro, representados por conselhos. Com agendas apertadas. Gastando dinheiro público.  
70 Pra eu diria que na nossa linguagem popular aqui de Minas, “amassar barro”. Então assim,  
71 coisas que a gente podia estar avançando, na questão mais preventiva, na questão mais  
72 proativa. Sabe? E fizemos uma fala nesse sentido, cobrando olho no olho. E falando a  
73 verdade com amor. Sem alterar tom de voz, sem precisar ficar vermelho. Mas falando a  
74 nossa verdade. Então o nosso recado foi dado lá. Eu quero extrapolar de lá pra cá e trazer  
75 isso pra nós. Pra que a gente possa fazer isso pro nossos municípios. E aí dentro da crença  
76 de cada um. Que eu respeito muito o ecumenismo. A gente possa invocar a nossa fé, pra  
77 que a gente tenha uma plenária hoje serena, tranqüila. Que a gente faça o nosso trabalho  
78 dentro da fé de cada um. E a minha é Cristã. Então peço a Deus que nos ilumine no dia de  
79 hoje. Obrigado. Eu gostaria de inicialmente, estar colocando pra vocês. Todo mundo tem a  
80 pauta, em mãos. E esta pauta tem uma seqüência, que foi ordenada. A abertura prevista  
81 pras nove horas. E aí eu chamo mais uma vez a atenção nossa enquanto conselheiros. Sei  
82 que nós acabamos de sair de um problema de greve. Tem o problema de chuva. Mas,  
83 mineiro diz que não perde trem, eu tenho minhas dúvidas. Porque nessas ocasiões a gente  
84 tem que necessariamente sair mais cedo. Então a gente precisa ter esse cuidado, pra não  
85 prejudicar o nosso trabalho ao longo do dia. Porque tem plenária aqui que vai até sete  
86 horas da noite, oito horas. E aí paga pela não assiduidade de alguns. A maioria que  
87 necessariamente às vezes tem que ficar. Então nós estamos abrindo um pouco atraso, mas  
88 está ótimo. Nós temos aqui uma justificativa de ausência. Até então nós estamos com a  
89 presença ainda da nossa mesa diretora, que é o Marcelo e a Cristiane. Mas que não tem o  
90 contato, mas deve estar a caminho. Algum problema de trânsito ou de chuva. Mas as  
91 justificativas até então. É do conselheiro André Luiz de Oliveira, que é lá do Conselho  
92 Municipal de Assistência Social de Ituiutaba, por motivo de trabalho, não vai poder estar  
93 conosco aqui. A Conselheira Edir Petrucelli, que por problema de saúde, representa a  
94 Secretaria de Saúde, não poderá estar conosco. Conselheira Raquel Fonseca está de férias  
95 merecidamente e justificada bem plausível aqui. A Elizabeth Leitão que está a trabalho e a  
96 gente sabe da sua função como gestora municipal. Então, está justificada a ausência desses  
97 conselheiros. Nós temos ali a apreciação da pauta e inclusão de pontos e/ou informes.  
98 Pergunto aos conselheiros se podemos cumprir essa ordenação da pauta. Se não, por  
99 favor, manifestem. Se algum conselheiro tem alguma inclusão de pauta, ou solicitação de  
100 inversão. Por favor, está aberto pra manifestação. Conselheiro Francisco e depois

101 Conselheira Nívia. **Conselheiro Francisco:** Eu tenho aqui uma inclusão Geraldo, é uma  
102 informação a respeito do... É uma sistematização de dados do CNDBH. Que a gente fez  
103 um levantamento aqui em Belo Horizonte, de março a março. Constando as violações e  
104 como diz lá junto ao Movimento, nós estamos cansados de enterrar morador de rua.  
105 **Presidente:** OK. Conselheiro Francisco você quer abertura de um ponto de pauta. OK.  
106 Está considerado, nós vamos submeter já a plenária. Conselheira Nívia. **Conselheira**  
107 **Nívia:** Bom dia presidente. Bom dia a todos. Eu gostaria de fazer duas solicitações. Uma  
108 de inclusão de um informe. Dentro do ponto de pauta de informes. Duas resoluções do  
109 Conselho Nacional de Assistência Social, que nós recebemos ontem. Que eu acho muito  
110 importante da gente estar divulgando já aqui. E a outra, eu queria solicitar a inversão do  
111 ponto de pauta de posse dos novos conselheiros. Por dois motivos, primeiro porque eu  
112 acho que, como nós estamos recebendo um grupo novo de conselheiros. Eles já seriam  
113 bem vindos com a formalização da posse. E o segundo motivo é que a Tânit que é a  
114 conselheira da saúde. Precisar ausentar pra uma viagem de trabalho de sua importância,  
115 pro governo. A Brasília, ela já está com a viagem agendada pra essa manhã ainda, indo  
116 pra Brasília. **Presidente:** OK Nívia. Mais algum? Não. OK o seu ponto de pauta está  
117 considerado. Pergunto à plenária, está de acordo? Inclusão de pauta. Alguém contra? Não.  
118 OK. Podemos incluir então a letra G, porque trata da comissão, eu penso que vai ter  
119 encaminhamento, pode ser junto com a comissão de política pública. Pode ser Francisco?  
120 OK. Conselheira Nívia, o meu informe, pode ser? Antes da sua seqüência. E aí eu  
121 considero a sua solicitação, levando em consideração uma justificativa plausível. Nós  
122 temos mesmo que buscar recursos tomara que Conselheira Raquel seja bem atendida lá. A  
123 prazer. Mas é a posse é logo em seguida, e aí nos temos só um ponto antes da posse. Que  
124 seria a provação das atas. Centésima sexagésima quarta e centésima sexagésima quinta.  
125 Pra aqueles que não conhecem ainda, a gente socializa com todos os conselheiros, a ata.  
126 Via e-mail, portanto eletronicamente para que a gente aprecie e tenha o cuidado de saber  
127 se foi aquilo mesmo. Se tem inclusão ou não. Se não a gente ratifica aqui em plenária. E  
128 porque nós fizemos isso de meio eletrônico. Para que a gente tenha tempo e não gaste o  
129 tempo aqui na plenária desnecessariamente. É uma hora extra. E aí eu pergunto aos  
130 conselheiros, se todos tiveram acesso? se todos fizeram a leitura? se tem alguma  
131 complementação? se tem alguma retificação? Não? Então eu penso que podemos ratificar.  
132 Alguém contra a aprovação das duas atas? Então OK. Então aprovada por unanimidade as  
133 duas. O ponto seguinte de pauta é exatamente a posse dos conselheiros. Então nós estamos  
134 aqui com o Conselheiro Marcos Vinicius Dias Nunes, segundo titular da Federação dos  
135 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, FETAEMG. Marcos Vinicius  
136 seja bem vindo a este colegiado, depois você vai ter um momento pra estar colocando pro  
137 pessoal, a sua experiência, não sei ainda trás uma experiência. A caminhada com certeza  
138 de conselho, não sei. Você vai poder estar socializando conosco. Mas saiba que tem muita  
139 contribuição pra dar e a gente espera realmente, que você possa somar a este Conselho.  
140 Francisco Cássio Martins, que é o primeiro suplente do Movimento Nacional de  
141 População de Rua. Francisco, nós já conhecemos de longas caminhadas históricas aí. Seja  
142 bem vindo. E também de espaço institucional já, conheço de caminhada. Amir Amorim,  
143 primeiro suplente, Missão Ramacrisna. E aí Amir eu quero dar um depoimento próprio.  
144 Amir está numa instituição muito respeitada, de muita credibilidade. Ramacrisna sempre  
145 somou, sempre foi parceira. Nesse braço forte do terceiro setor. Amir é uma pessoa  
146 graduada, uma pessoa que tem conhecimento de causa. Uma pessoa que caminha junto na  
147 luta nossa, inclusive na esfera nacional. Seja bem vindo Amir, vai ser um prazer grande  
148 contar com você neste colegiado. Nosso conselheiro João Ademar, que é o segundo  
149 suplente da Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social. Já é uma figura  
150 carimbada no conselho. Não tem nenhum sentido pejorativo, ao contrário. Já foi

151 conselheiro nas outras esferas de governo. Tem uma experiência larga. E este Conselho  
152 com toda certeza fica feliz de ter você, novamente aqui conosco. E principalmente  
153 sabendo que você continua assumindo mais um pouquinho da “mineirise” e deixa pra  
154 contribuir com o seu estado de origem. Depois que você der a sua parcela de contribuição,  
155 com certeza, acima daquilo que a gente espera. É a conselheira Tânit ou Tanit.  
156 **Conselheira Tânit:** Tânit. **Presidente:** Tânit. Fácil de falar e difícil de esquecer. Tânit é  
157 jovem San Su. É isso? Que seja bem vinda, ainda não a conheço de caminhada. Mas com  
158 certeza, tem muito pra somar. Mesmo porque a gente tem uma situação aqui. Que envolve  
159 muito a assistência, não só tem a saúde. Como a prima rica. Embora pobre, dentro da  
160 demanda brasileira. Mas também, da própria caminhada histórica, do movimento da  
161 saúde, a gente sabe. E é com ele que a gente aprendeu muito e inclusive construiu a nossa  
162 política pública de assistência social. Seja bem vinda, vamos contar com certeza, com  
163 você e com a conselheira Raquel. Que está aí também representando a saúde. Raquel, que  
164 tenha uma boa estada lá em Brasília e que traga realmente o retorno que Minas Gerais  
165 precisa. Dentro que o Estado representa e é para esse país. Mas com certeza, nós  
166 precisamos estar com esse comprometimento de cada um de vocês. Então, essas pessoas  
167 que a gente fez a leitura, nome aqui completo, às representações que têm. OK. Mário  
168 nosso ex-conselheiro aqui do conselho, agora natural. Está aqui conosco, o Mário  
169 representa uma entidade assim de larga experiência e visibilidade no nosso Estado.  
170 Também tem um trabalho efetivo e comprometido. Com os nossos lares mineiros. E  
171 porque não um espelho pro Brasil. Então, Mário, seja bem vindo de volta, esta  
172 caminhando conosco, esperamos contar você no colegiado. Então, essas pessoas que nós  
173 fizemos a leitura, com as representações. Considerem-se, portanto, empossadas como  
174 conselheiro do Estado de Assistência Social do Estado de Minas Gerais, portanto, estão  
175 autoridades públicas do Estado. Sejam bem-vindos a este colegiado. Uma salva de palmas,  
176 por favor. Consolação depois, que é a nossa secretária executiva, está passando o diploma,  
177 a vocês conselheiros. E a gente tem um espaço agora. Que nós estamos com uma vacância  
178 na mesa diretora. Ela é composta por quatro conselheiros. Presidência e Vice-presidência,  
179 secretário e primeiro-secretário. E a gente tem a vice-presidência, que até então era  
180 ocupada por nossa companheira de longas datas. Uma técnica que se tornou por méritos  
181 próprios, respeitável em todo o Estado e no Brasil. Tinha o comprometimento muito  
182 grande com o desempenho da função, enquanto servidora na SEDESE e para, além disso,  
183 sempre esteve muito comprometida com a nossa causa aqui no Conselho Estadual.  
184 Ocupou o cargo de presidência e é assim com o fundo do coração, com tristeza que a  
185 vemos sair. Porque deixa, aqui um legado, um histórico. Mas também nos deixa um  
186 colegiado, que aprendemos a gostar um do outro. Aprendemos a compartilhar,  
187 aprendemos a divergir, mas de forma respeitosa. Mais quis o destino que ela esteja em  
188 outra entidade, eu espero e desejo, que ela tenha sucesso lá. E com certeza vai ter e vai  
189 continuar subindo, na escala hierárquica. Tomara que os nossos conselheiros vão estar,  
190 mas também na vertical. Então sucesso para nossa querida Juanita. Com a saída da  
191 Juanita. Ninguém é insubstituível, com certeza. Mas perde muito tecnicamente a  
192 Secretaria de Estado. Com toda certeza. É, mais somos assim. Somos passageiros, as  
193 entidades são permanentes. E nós precisamos agora, na falta dela. Ter a vice-presidência.  
194 A quem cabe o cargo a ocupação por parte dos conselheiros governamentais. E assim  
195 sendo, a gente tem um pacto aqui, sempre respeitado. Que é a sociedade civil promove a  
196 eleição dos seus representantes. Assim como o governo promove a eleição dos seus  
197 representantes. A gente não interfere na eleição do governo, e o governo não interfere na  
198 eleição da sociedade civil. E pra continuar cumprindo esse nosso pacto, eu passo então pra  
199 nossa conselheira Nívia para que possa manifestar a respeito dessa vice-presidência.  
200 **Conselheira Nívia:** Presidente, eu quero pedir permissão a vossa senhoria e aos demais

201 conselheiros, uma reunião, bem rápida, cinco minutinhos. Aqui ao lado. Nós tentamos  
202 organizar essa reunião essa semana lá na cidade administrativa, mas em função de agenda  
203 dos conselheiros das outras secretarias. Nós estamos num lugar muito próximos, mas as  
204 nossas agendas, às vezes, são muito incompatíveis. Então não conseguimos fazer essa  
205 conversa anteriormente. Eu gostaria de convidá-los com a permissão da mesa diretora e  
206 dessa plenária. Pra que a gente ausente cinco minutinhos na sala aqui ao lado. Pra que a  
207 gente possa ter uma conversa. E em seguida eu traga uma definição do grupo. **Presidente:**  
208 OK. Então, procederemos a uma pequena suspensão, da pauta para que façam a reunião. E  
209 eu gostaria pedir a todos os meus pares da sociedade civil. E eles continuam aqui pra  
210 articulação. Obrigado. ... portanto, com a nossa conselheira Nívia. **Conselheira Nívia:**  
211 Presidente. Nós conversamos aqui, o grupo do governo aqui presente, que hoje está em  
212 muito pequeno número, em questão das justificativas de ausência. E nós ainda temos  
213 também uma previsão de uma representação, de um dos órgãos que compõe as vagas do  
214 governo. E nós chegamos a um consenso em solicitar o adiamento dessa decisão para a  
215 próxima plenária em função de considerarmos o grupo pequeno aqui hoje. Não tivemos  
216 condições de organizar isso anteriormente, na cidade administrativa. Então nós já estamos  
217 agendando uma reunião específica pra tratarmos desse assunto. E eu faço o compromisso  
218 de na próxima plenária, a gente trazer oficialmente este nome. Eleito pelo grupo de uma  
219 forma mais completa. O grupo hoje está muito pequeno inclusive, titulares tiveram que  
220 faltar. Precisa também da anuência do nosso secretário, então do nome a ser escolhido  
221 pelo grupo. Então eu vou pedir para que possa ser adiada essa definição para a próxima  
222 plenária. **Presidente:** OK. Eu penso que é justificável, não é? Na próxima plenária a  
223 gente, então a apresentação da vice-presidente, e toma assento a mesa. E eu gostaria de  
224 deixar aqui, Consolação, para você ver junto à secretária do secretário de estado. Um  
225 retorno com a presidência, uma vez que ele esteve aqui e eu estava ausente. E aí muitos se  
226 conheceram, mas eu acho que agora eu tenho que dar o retorno para ele. E mesmo porque  
227 a gente precisa fazer uma fala mais de perto. Inclusive sobre essa questão mesmo da mesa  
228 diretora. Acho que é o órgão gestor nosso. A gente tem que estar por perto. Então, por  
229 favor, agendar uma reunião com ele. Para presidência, para outra mesa diretora até. OK.  
230 Alguém contrário a essa posição? OK, então a nossa próxima plenária. Nós com certeza  
231 estaremos fazendo a composição da mesa diretora. Eu não sei qual a cidade que a gente  
232 vai fazer? É Cataguases? Então eu vou passar a fala pra nosso Conselheiro José Fernando,  
233 para ele falar um pouquinho a respeito. **Conselheiro José Fernando:** Bom dia a todos  
234 Companheiros aí, visitantes e ao nosso presidente. Um prazer para nós e uma grande  
235 responsabilidade também. Mas a gente está trabalhando para recebê-los com o maior  
236 prazer, o maior carinho. É na Zona da Mata, especificamente, na princesinha da Mata que  
237 é Cataguases. A todos vocês aí, com essa plenária descentralizada. Foi uma grande  
238 surpresa para nós. Através das situações que ocorreram, de não poder ser na outra sede  
239 municipal. Cataguases estará lá, recebendo de braços abertos todos vocês. **Presidente:**  
240 Bom, o Conselheiro José Fernando. A maioria já conhece, que ainda não conhece ainda é  
241 o gestor. Lá na cidade de Cataguases. É um exemplo aí para vários municípios nossos,  
242 nenhum demérito para os demais. Mas já podemos ter a oportunidade de estar lá,  
243 conhecendo as ações, os programas, os projetos, que eles têm lá. E com certeza, vai ser  
244 um bom anfitrião, de forma costumeira que lhe é peculiar. Então, eu já gostaria só de  
245 lembrar, aproveitando o momento. Que todos nós já, cuidar das nossas agendas, porque a  
246 nossa plenária será lá. E é importante que a gente esteja presente, porque se tem uma coisa  
247 ruim, é cumprir um planejamento que foi feito pra esse ano. Com quatro plenárias  
248 descentralizadas. E a gente levar uma plenária num município e mostrar a não presença,  
249 ou ausência, independente do motivo. Esse vai ser um mau retrato, ou uma irradiação  
250 negativa, nos conselhos municipais. E lá com certeza terão muitos municípios presentes

251 vizinhos. Não é? O presidencialismo no Brasil, é muito bom, por causa disso, nos dá a  
252 prerrogativa de às vezes atropelar muita coisa. E aí vocês observaram que dentro do  
253 próprio tema. Como o conselheiro José Fernando, vai ser o nosso anfitrião. E também o  
254 tema, que está na última nota de pauta. E eu gostaria inclusive de dar continuidade a ele,  
255 que é exatamente a plenária descentralizada. E aí tem uma interrogação, quem convidar.  
256 Confirmação de participação dos conselheiros. E definição da capacitação. E por quê? Por  
257 uma razão simples. O próximo ponto de pauta seria apresentação de projeto. E que ficou  
258 pra parte da tarde. Então a gente dá seqüência, na tentativa de não gastar o nosso tem  
259 desnecessariamente. E assim sendo, está aberto este ponto de pauta. Se não houver  
260 posição contrária, óbvio. OK. Quem se habilita? Qualquer um dos pontos que está  
261 colocado. Por que nós temos extensão, a quem convidar? Quem estará conosco como  
262 convidado do conselho estadual, para uma plenária descentralizada, que ocorrerá na  
263 cidade de Cataguases? Segunda extensão, nós precisamos confirmar presença. Quem  
264 ainda não tem essa certeza, pense e olhe sua agenda, pra que a gente saiba. Isso envolve  
265 custos e isso envolve inclusive nosso meio de transporte e locomoção. Então nós  
266 precisamos ter essa certeza. E saber inclusive como é que nós vamos nos calçar e  
267 fundamentar se houver ausência significativa. E pra outros, que foram de natureza, da sua  
268 capacitação e qualificação profissional. Enfim, está aberto. Consolação quer manifestar?  
269 Vou passar para nossa secretária executiva, que tem uma fala que pode inclusive  
270 contribuir nas questões de cada um. **Consolação:** É só para, que até o Geraldo pediu  
271 antes, para fazer isso. É o seguinte: em relação à definição. É só para gente recuperar o  
272 nosso planejamento. Definição da capacitação. O quê que seria em relação, a esses temas.  
273 No nosso planejamento consta, né? Foi deliberado em janeiro, que a gente faria, incluiria  
274 tema de usina e prestação, vai ter a prestação de contas do primeiro trimestre que está  
275 marcado para abril. Então, já teria uma capacitação em relação a isso. A prestação, eles  
276 iriam presenciar, né? A plenária do Conselho com esta prestação. Só que a gente tem que  
277 pensar que se isso, então iria mesmo o dia inteiro. O que eu acho que talvez, sei não. Mas  
278 a gente tem que pensar que são dois dias. E a gente teria talvez, quatro momentos  
279 importantes dentro aí dessa plenária. Só pra gente começar a visualizar. Dentro desses  
280 quatro, a gente então tem dois momentos, de capacitação. Em relação em convidar? É a  
281 gente pensar seriam os conselhos da regional que Cataguases está inserida. A gente vai  
282 fazer, e ampliar isso, pra todo o Estado. É a gente pensar nos Conselhos Municipais.  
283 Porque em verdade não se pensou, num primeiro momento, convidados, por exemplo,  
284 palestrante, na disso. Seria o Conselho que está fazendo, que vai capacitar, é o Conselho  
285 Estadual. E essa confirmação, por questões, burocráticas, que nós vamos lá pra muita  
286 burocracia que não está lá. Mas é preciso de uma confirmação mais rápido possível,  
287 porque isso vai impactar tipo de ônibus, os lugares, se é um ou se é dois. Como é que a  
288 gente vai fazer? Pra esse deslocamento e mesmo diária antecipada também. Para cobrir as  
289 despesas do local. Então eu queria até que se possível, que presidente encaminhasse, até o  
290 final do mês, vocês nos dessem essa resposta. Agora se for. Ta. Obrigada. **Presidente:**  
291 Continua aberto aos Conselheiros. **Conselheiro Volney:** É Volney. Eu acho importante,  
292 essa lista de convidados. Está saindo som? Conforme a gente teve ontem um treinamento  
293 com a Leonora. Eu acho de sua importância. Né, José Fernando? A gente convidar  
294 lideranças, da Zona da Mata, pra participar dessa plenária. Sabe? Destacar, enfatizar mais  
295 uma vez, né? A questão do controle social, fugindo além dos Conselhos Municipais.  
296 Sabe? Eu acho que isso é de suma importância, as entidades reforçar bastante os convites.  
297 E xxx mesmo né? O quê que é controle social? A importância do controle social? Porque  
298 isso ontem, eu acho, foi muito claro pra gente aqui, na fala da Eleonora. Então eu acho  
299 que nós não podemos esquecer. Liderança da juventude também entendeu? Pra formar  
300 novos líderes, novos conselheiros no futuro. Então eu acho que é de extrema importância

301 isso aí. Escolas sabem? Movimentos. **Presidente:** OK, Volney. Eu quero só estender, o  
302 convite do Volney, quando ele fala das lideranças comunitárias, que a gente precisa  
303 estender lembrar que a gente precisa estender aos presidentes das URCMAS.  
304 Principalmente as URCMAS ligadas a Zona da Mata. Conselheira Nívia e logo em  
305 seguida, Conselheiro Marcelo. **Conselheira Nívia:** Eu queria sugerir, como um dos  
306 pontos de pauta. Entendendo que é um momento de capacitação também. Nós levamos na  
307 apresentação do nosso plano estadual de capacitação. Que vai ser, espero eu, aprovado  
308 nesta plenária e encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Social, pra recebermos  
309 um termo de aceite. De ampliação de recursos, pra ampliarmos mais ainda as ações que  
310 estão previstas. E destacando que, quase todas as modalidades de capacitação do nosso  
311 plano, envolvem conselheiros municipais, envolve dirigentes de entidades. Enfim, todo o  
312 público de atores da política de assistência social. Acho que é uma forma de divulgarmos,  
313 de mobilizarmos essas pessoas, para ações do plano. É uma sugestão. **Conselheiro**  
314 **Marcelo:** Ontem, nós nas discussões que nós tivemos durante o dia. A gente detectou  
315 vários problemas relacionados a contadores e advogados de procuradoria. Até o  
316 Conselheiro Volney que também levantou essa questão. Na visita que nós fizemos a  
317 Santos Dumont, nós detectamos esse problema. Então, a sugestão de que, nessa  
318 descentralizada, também fossem enviados convites para os representantes das  
319 procuradorias. E contadores públicos lá das prefeituras. Né? Presidente, depois, eu, a  
320 visita que nós fizemos a Santos Dumont. Depois a gente gostaria também, de ter uma  
321 oportunidade de fazer a nossa manifestação sobre esse encontro. **Presidente:** Eu gostaria  
322 que pudesse incluir, inclusive no ponto de informe, Marcelo. Pode ser logo em seguida.  
323 Pode ser? Eu só queria lembrar. Quero considerar muito, a indicativa feita pela  
324 Conselheira Nívia. Acho até que é importante. Tanto pra gente, teve a preocupação de  
325 estar pensando, essa descentralizada lá. Então no primeiro dia, a gente estar fazendo uma  
326 tratativa no que diz respeito ao controle social. Né? E dentro do controle social, a gente  
327 sabe que a mola mestra, é carro chefe, é o orçamento. Não é? Então a gente teria de  
328 repente na manhã, falar sobre o controle social e falar sobre usina. E aí retomo, volto a  
329 minha fala anterior, dos convites, conforme o Conselheiro Volney e a gente lembrar, os  
330 municípios onde tem empreendimentos, que envolve o nosso PAS, que é o Plano de  
331 Assistência Social. Todos eles necessariamente deverão participar. Então o nosso convite  
332 tem que ser enfático, por parte do Conselho. Mas por parte nossa enquanto conselheiro,  
333 estar dizendo pra eles, o quê que nós vamos levar. E inclusive no que diz respeito ao  
334 aspecto preventivo quando audiência pública, que é inicial. Esse povo tem que ser  
335 treinado. Aí as lideranças comunitárias, entra o que você falou, né, Volney? É  
336 concomitantemente eles tem que estar preparado pra enfrentar uma linha de fogo. Pra  
337 saber, manifestar desde o início. Pra que não exista violação de direitos, conforme é o  
338 costume nesse nosso Estado. E a gente tem procurado aparar essas arestas. E nesse  
339 segundo dia, a gente pensou, em estar realmente na parte da manhã, tratando do carro  
340 chefe, do controle social que é o orçamento. Se a gente abrir o orçamento, eu acho que a  
341 gente vai ter uma contribuição grande, essas qualificações, para o próprio grupo de  
342 conselheiros aqui, ela tem se feito presente. Penso eu que a gente está devidamente  
343 habilitado para isso. Então fazer isso e mostrar pros conselhos que a gente precisa fazer a  
344 apreciação do orçamento. Precisa fazer cumprir aquilo que é a normativa da política  
345 pública de assistência. Saber como cobrar, saber como atuar nas cobranças, mas pensando  
346 sempre construtivamente. Não é? Ao invés de procurar o defeito, ao invés de apontar o  
347 defeito. É mais fácil, eu entrar antecipadamente, e ajudar na construção. Então vamos ver,  
348 essa visão tem que ser a visão do conselheiro quando pensa que o conselho é UNO. Então  
349 a gente levar isso pra lá. E ainda como teremos a apreciação da aprovação do primeiro  
350 trimestre, penso que nós vamos ter um gancho espetacular. Claudinha está aqui conosco,

351 tomara que vá você precisa estar lá. E aí nós vamos ter uma situação lá. Gilvânia. Você  
352 vai ver, nós vamos ter uma situação lá prestação de conta. De cobrança. E aí a gente tem  
353 que ter primeiro a serenidade, que é costumeira na cabeça do conselheiro. Mas, sobretudo  
354 a forma do trato. Lembrar sempre que ali não se trata de pessoas físicas, mas de um  
355 colegiado, cada um com a sua representação, de uma entidade. A terceira situação que é  
356 sempre cobrança é sempre divergência, que a gente trata construtivamente no sentido de  
357 contribuir. Como construção conjunta, pra elevar o nosso estado. E lembrando sempre,  
358 que a verdade tem que ser trazida a mesa pro colegiado. As respostas têm que ser  
359 respostas com justificativas e muitas explicações. Porque todo o processo de apreciação de  
360 documentos, todo processo de reinvidicação, todo o processo de questionamento e de  
361 respostas, vai ser um aprendizado pros municípios que estarão lá. Então eu só queria fazer  
362 essa recomendação e esse aviso, ora não precisa. Com toda certeza, pra que a gente possa  
363 realmente fazer essa capacitação. Num momento em que concomitantemente vai fazer a  
364 apreciação do primeiro trimestre. E aí no primeiro dia, entraria então com a reinvidicação  
365 de Nívia no que diz respeito à informação do controle social. OK? Conselheiro Ami, por  
366 favor. **Conselheiro Ami:** O mês passado nós tivemos com... Nós tivemos lá em Brasília.  
367 À convite da Conselheira Jane, do Conselho Nacional de Assistência Social, nós tivemos  
368 lá em Brasília. Na reunião do Conselho Nacional de Assistência Social. E aí eu participei  
369 da reunião da comissão de normas. E duas coisas foram colocadas, a primeira, a respeito  
370 da nova orientação aos conselhos municipais. Sobre a questão das inscrições das  
371 entidades. E outra, é a questão da estatística do MDS, sobre as certificações das entidades.  
372 E foi colocado lá, que está muito atrasado, tem mais de 5000 processos em tramitação.  
373 Então eu só gostaria se houvesse oportunidade de convidar alguém. Não sei se nessa  
374 reunião ou na próxima. Alguém do Conselho Nacional, pra dar esse relatório aqui pro  
375 conselho. Sobre as orientações, o quê que vai vigorar daqui pra frente. E sobre esse  
376 quadro de certificações do MDS. E outro assunto, nós tivemos também a oportunidade  
377 com SINTIBREF, que é o Sindicato das Entidades Benéficas. Fizemos uma visita lá  
378 em Divinópolis, e lá estiveram várias entidades. E lá nós tivemos condições de falar um  
379 pouco sobre direito da certificação e o desafio da contabilidade do terceiro setor. Que  
380 houve uma série de mudanças na contabilidade. E o MDS está exigindo muito ao  
381 cumprimento das normas de contabilidade. Então eu não sei se seria agora o momento,  
382 mas daqui pra frente, se a gente pudesse nessas visitas, nessas reuniões itinerantes,  
383 convidar as entidades e falar um pouco sobre esse assunto. A questão do direito, que nós  
384 temos uma pessoa capacitada para isso que é o José Ismar. Né? E a questão do desafio da  
385 contabilidade. Hoje as entidades, estão à mercê de normas da contabilidade, e que essas  
386 normas estão sendo exigidas pelo MDS para certificações. MDS, Ministério da Educação  
387 e Ministério da Saúde. Então eu gostaria de sugerir, talvez colocasse, já começasse em  
388 colocar alguma coisa dessa nessa próxima reunião. Eu não sei se vai convidar a liderança  
389 da região. É que o pessoal ficasse atento. Essa seria a minha sugestão. **Presidente:** É  
390 muito bem lembrado Amir. E aí eu acho que merece até um parêntese aqui na colocação  
391 que o Conselheiro Amir nos trás. Eu sou um ponto de que a gente. Nós aqui em Minas  
392 estudamos o que está acontecendo. Porque, a Jane acho que a maioria aqui já conhece. Ela  
393 é uma conselheira nacional. Inclusive está no conselho representando uma entidade da  
394 qual eu sou presidente nacional. E eu deixei o Conselho Nacional pra assumir a  
395 presidência do Estado. É óbvio que eu tinha que primar pelo meu bairrismo aqui em  
396 Minas Gerais. E a conselheira Jane com muita competência assumiu. A Conselheira Jane,  
397 que foi também já diretora regional da SEDESE, então carrega uma experiência muito  
398 larga. Ela se soma a pessoas com muito comprometimento e conhecimento de causa,  
399 como um. E nós já conversamos inclusive com a nossa secretária, lá na SEDESE, Amir.  
400 No sentido de somar. No sentido de somar e levar essa qualificação, capacitação pra todas



401 as entidades, de forma regional no Estado. Não é? E foi uma coisa interessante, porque é  
402 uma parceria que se soma. É uma parceria que entra o terceiro setor, através das entidades,  
403 buscando uma parceria com o Estado, sem custo pro Estado. Nós não queremos dinheiro  
404 do Estado pra isso. Não é? A idéia é de levar mesmo a capacitação, levar o entendimento,  
405 mas mais do que isso, é ter a certeza de que a gente encaminhe pra Brasília com poder de  
406 representatividade. E não só com representação. Nós temos legitimidade e  
407 representatividade pra levar pra lá. E isso, Brasília sempre ouviu, Consolação ouviu lá na  
408 terça feira. E a gente tinha a preocupação, isso aqui é bom clarear para todos os  
409 conselheiros. Existe um equívoco do MDS. E eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar  
410 que é um equívoco. Porque o público falar isso, com o presidente na mesa, com a  
411 secretária nacional na mesa e com o vice-presidente do CNAS na mesa. Qual é o equívoco  
412 que eles têm. Primeiro entender que quando da operação Fariseu lá atrás no CNAS, que  
413 tirasse o poder da sociedade civil, no que diz respeito à apreciação de projetos, para  
414 expedir o certificado de beneficência e assistência social, o antigo certificado de  
415 filantropia. Daria ao MDS, a legitimidade de proceder com tal aspecto cartorial. Até então  
416 eles não assumiram a incompetência do Estado. No que diz respeito a ter uma equipe, que  
417 fazia a avaliação técnica dessa certificação. Que era uma equipe que não era concursada.  
418 Não era servidor público. Era uma equipe terceirizada. E feriu de morte a legislação.  
419 Porque um contratado não pode jamais apreciar. Isso eles nunca assumiram. Segunda  
420 situação. Quando acumulou mais de 7000 processos em Brasília para expedir certificado  
421 de beneficência. Acumulou mais uma vez, por falta de visão progressista do Ministério.  
422 Que deveria ter uma equipe condizente com a demanda que já estava reprimida. Se teria  
423 uma equipe crescente. Mas uma equipe concursada e não terceirizada. Estaria a coisa  
424 certa. E não deixaria acumular 7000. E isso ainda estava sob a. E aí eu posso falar com  
425 muita propriedade. Estava sob o Ministério o nosso querido Patrus, que a gente já conhece  
426 aqui de cadeira. E essas críticas, enquanto conselheiro nacional nós colocamos. E isso  
427 agora veio à tona. Por quê? Porque aí com essa operação, o MDS, passou a assumir  
428 através de um departamento, essa apreciação. A sociedade civil não participou mais, o  
429 MDS assumiu. Só que assumiu, dando continuidade a um aspecto de incompetência. No  
430 que diz respeito a manter uma equipe, suficientemente capaz de proceder essa  
431 certificação. E aí você fica a entendendo Amir. Se isso é o governo que não quer,  
432 sociedade civil organizada. E que não é por vontade do governo, de quem estar. É por  
433 força constitucional artigo 203 e 204 da Constituição Federal. E a segunda agitação, se ele  
434 realmente não quer. Ou se ele quer. Se quer ele demonstra. E ele demonstra isso, com a  
435 equipe que tem. Uma equipe que consegui apreciar 267 certificados em dois anos. E tem  
436 5300 acumulados. Então quer dizer, o que eu estou colocando pra vocês. Eu coloco com  
437 absoluta consciência. Porque esse é o retrato estatístico. Se fizermos uma conta de 5000  
438 dividido por 200. Nós vamos ter 40. 40 vezes. 40 vezes 2 anos vai dar oitenta anos. Então  
439 quer dizer, eles não querem a sociedade civil. Ou nenhum conseguirá entender. E acha que  
440 a sociedade civil está aqui organizada. Ta do outro lado, sem apreciar essa estatística que  
441 eles mesmos fizeram. Então é uma situação em que a gente tem que tratar mesmo. Então  
442 dentro desse tema ainda. Eu quero só dar continuidade, porque foi uma tratativa lá. Que é  
443 o seguinte: nesse momento, o TCU impediu o Conselho Nacional, de proceder uma  
444 eleição da sociedade civil nos moldes que estava. Então ele tem uma. Que pra mim, pra  
445 mim, é uma excrescência no jurídico. Mas de qualquer forma, é uma avaliação minha.  
446 Mas existem controvérsias. E isso parece que mudou. Porque a própria CONJUR, olha  
447 bem, a própria CONJUR, entrou com um processo contra o TCU. O Governo Federal,  
448 contra o Governo Federal. Porque acha que não é devido. Então vão ter que agora, ambas  
449 as partes, indicar advogados pra fazer a defesa, governo contra governo. Pra apurar isso. E  
450 não sabemos se vai dar tempo, antes do processo eleitoral da sociedade civil no CNAS.

451 Bom, qual o reflexo disso? O reflexo é que, no momento em que. Aí entra o vice-  
452 presidente do CNAS, e faz uma fala dizendo que, o Conselho Nacional, que ter uma  
453 normativa e construir uma normativa em cima daquilo que vem das bases. Não é? E ele  
454 falou mais de uma hora. E eu atentamente prestando atenção. Primeira fila, mineirinho. A  
455 hora que ele terminou eu disse pra ele, é muito interessante, agora eu fiquei feliz. A sua  
456 fala, como um vice-presidente do Conselho do Nacional. Mas como um editor de vários  
457 livros, um cara acadêmico que a gente respeita muito. Exatamente ratifica o nosso  
458 pensamento. Que é o que? Que é a sustentação lá nas Gerais, sempre trouxe a  
459 representatividade de 15% dos municípios brasileiros. Nenhum estado tem 15% dos  
460 municípios brasileiros. Nós temos. Agora nós temos que ter representatividade não só  
461 representação. E os problemas que nós tivemos em Minas, nós editamos inclusive uma  
462 resolução, antes da resolução do Conselho Nacional. Que foi a inscrição de entidade. E  
463 depois com a visão de que nós somos subordinados. E deveríamos cumprir uma diretriz  
464 nacional, pra não ferir a normativa. Pra não ferir esse princípio. Nós adequamos a nossa  
465 resolução a resolução do Conselho Nacional. Aí, desenvolvemos né? Aí vem agora o  
466 Conselho Nacional e com a fala dele, ele diz isso, que é legitimidade. Eu falei, mas, pois é  
467 os municípios hoje, e aí ele fala. Com base na nossa experiência prática. 80% dos  
468 municípios mineiros é porte 1 e 2. O quê que isso quer dizer? Nós temos município que é  
469 de dois mil habitantes. Porte 1 vai até 10 e porte 2 até 20. Com essa população nós não  
470 temos nem entidades, sem fim lucrativo. Sociedade Civil Organizada, suficiente pra fazer  
471 a composição do conselho. Quanto mais um processo seletivo e prioritário, que qualifica.  
472 Entidades de assistência social no modelo de tipificação e da resolução 16. Então o quê  
473 que vocês querem com isso. Não vai ter composição da sociedade civil no Conselho.  
474 Eliminamos as entidades de saúde, eliminamos as entidades de educação, e ficamos só  
475 com a Assistência Social que não tem. Então nós vamos ter um conselho de bolsista. De  
476 Bolsista Família, Luz, Gás, etc. etc. E aí eu pergunto que colegiado será esse? Que  
477 legitimidade com formação paritária, com quem depende de Bolsa do Governo. Então  
478 essa questão, nós levantamos pra ele mesmo. Quando você fala isso. E ainda falei no olho  
479 dele de frente pra todo mundo ouvir. Quando você fala isso, você ratifica o nosso  
480 pensamento, mas a verdade da aplicabilidade do que você fala não se traduz. Não se  
481 traduz. E aí foi um todo mundo bateu palma. E depois ele ficou constrangido em dizer que  
482 eu. Você isso pra me provocar. Que isso rapaz você me conhece de longa data. Eu não  
483 estou aqui pra provocar ninguém. Eu estou falando aquilo que o meu Estado vive. E nisso  
484 se nós não vemos nossos municípios aqui pequenos. Ou nós vamos encher de pastorais.  
485 Sem nenhum demérito pra pastoral. Não é? Fiel. Quem tem um trabalho. Houve graças a  
486 Deus, os evangélicos, têm formado várias situações dessa, ao modelo das pastorais. No  
487 que diz respeito a células. E tem feito um trabalho efetivo, eu tenho acompanhado, muito  
488 bacana. Mas não é aquilo que se espera de composição pra conselho. E aí Ami acho que  
489 você traz esse tema, com muita propriedade. Acho que é um tema recorrente. Só que  
490 quero aqui me atrever, antes até da manifestação dos meus companheiros, do colegiado.  
491 Pensar que pode ser melhor, a gente versar pra uma oficina própria aqui, no dia das  
492 comissões. Aí sim, eu quero até me atrever, a achar que você é uma pessoa excelente pra  
493 trazer esse conhecimento. Num momento, numa palestra neste sentido. Tenho plena  
494 convicção que você tem qualificação pra isso. Penso que a gente pode trazer o Dr.  
495 Marcelo ou o Dr. José Ismar. O José Ismar já foi conselheiro aqui conosco. Tem essa  
496 leitura, com muita convicção e fundamentação legal. E trazer, aí sim, trazer pra contra  
497 ponto alguém do MDS. Que venha com respaldo pra fazer a fundamentação dessa visão. E  
498 aí, se a gente tiver isso a gente tem o contraponto. Diferentemente da conferência nacional  
499 de dezembro. Que eles arrumaram um time, que fala a mesma linguagem, acadêmico, sem  
500 nenhuma chance de quem quer que seja do mundo prático, ou de fazer contraposição pelo

501 menos pra apreciação. Então foi uma coisa realmente constrangedora. A gente faz isso. Eu  
502 penso que é sugestão que eu estou dando. Os conselheiros apreciem melhor. E mesmo  
503 porque na descentralizada, embora a gente teria uma capacidade de levar para mais  
504 companheiros. Eu penso que ainda seria, seria ainda pouco provável que teria, porque a  
505 gente ainda não tem uma formação ainda pra levar. Porque eu falo dessa formação.  
506 Porque lá em Brasília também a gente manifestou, e teve o cuidado de poder socializar  
507 isso. Que é o seguinte: nós somos. O Brasil é república. O nosso país é um país de, não é  
508 diferentemente do que foi falado um dia na mídia. Nós temos representação mas assim, os  
509 entes são federados. Então os entes federados têm que ser respeitados como ente federado.  
510 Eu não sou enquanto estado, subordinado ao governo federal. Eu cumpro diretrizes  
511 nacionais, pra não ferir um processo de ficar de uma normativa. Mas eu não sou  
512 subordinado ao governo federal. A própria política pública de assistência social, diz que  
513 ela é descentralizada, e dá autonomia aos entes federados. Estado e Município. Se assim é,  
514 o nosso entendimento não é. Que a sociedade civil deve ter uma formação nos conselhos.  
515 Tão somente com entidade de assistência social. O que não prejudica o cumprimento da  
516 política de assistência. Não prejudica, absolutamente. Nós queremos é mais visões, e aí a  
517 Conselheira Tânit. Aí nós queremos ter queremos ter a visão intersetorial sim. Raquel  
518 desculpa. Nós temos uma visão sim, intersetorial, de contribuir na política pública de  
519 assistência, aquilo que diz respeito à saúde. Aquilo que diz respeito à educação. Porque o  
520 nosso beneficiário da política pública de assistência social, ele é humano. E, portanto, ele  
521 está no sentido transversalizado de receber todas as políticas públicas sociais básicas. E  
522 não tão somente a de assistência social. E a de assistência social, nós já fizemos isso aqui  
523 e sabemos, ela por si só, não é capaz de tirar ninguém, da condição de beneficiário de  
524 política pública. Essa é a nossa visão. Nós já fizemos essa discussão aqui. E parece que  
525 isso não se traduz na prática. Quando Brasília dá uma tratativa dessa natureza. Aí Ami.  
526 Então eu gostaria de deixar essa sugestão. Você pode obviamente contradizer, mas eu  
527 penso que de repente, a gente podia levar pras outras descentralizadas, com uma posição  
528 mais formada e de repente mais coesa. E até caminhando para uma certa padronização  
529 dentro desse colegiado. Falei de mais. Mas eu precisava falar. Que foi um retrato de  
530 Brasília, e até dentro do tema que você nos traz. E dentro desse tema ainda, fica aberto aos  
531 conselheiros. Inclusive uma sugestão, que o Ami fez uma sugestão e eu fiz uma. Acatei a  
532 sugestão dele. Mas estou pensando em outra data e outro momento. Mas aí fica aberto aos  
533 conselheiros pra gente tomar uma posição. Alguém que queira manifestar a respeito? Jean,  
534 OK. OK? Podemos ir pra cima. Ainda sobre o tema. Vamos voltar ao tema que foi um  
535 corte, uma coisa muito bacana. Nós vamos voltar ao tema ainda da descentralizada.  
536 Continua a. Que deliberar. OK. Então vamos só ouvir mais um pouquinho pra ver se  
537 alguém tem. Depois a gente volta nas deliberações, pode ser. Porque às vezes alguém quer  
538 manifestar, sobre a quem convidar, sobre a capacitação e qualificação. Sobre sugestão de  
539 Nívia e sobre aquela que eu pontuei aqui. Que pode ser de manhã e de tarde, manhã de  
540 tarde, nos dois dias que nós estaremos lá. Então o Conselheiro José Fernando, e logo em  
541 seguida o Conselheiro Marcelo. **Conselheiro José Fernando:** É José Fernando. Eu penso  
542 presidente. Que diante da situação que a gente, vem encontrando nos municípios que a  
543 gente vai visitando. Essa situação aí, do conselho ainda não entendeu, não saber. Do real  
544 papel dele, diante do acompanhamento do órgão gestor e da política. Eu acho que a gente  
545 deveria. E não será uma realidade, diferente que nós iremos encontrar em muitos  
546 municípios. Eu acho que essa capacitação, pra situar realmente, a normatização, os passos  
547 que realmente o conselho precisa, e que os conselheiros têm que entender e saber. Que faz  
548 parte do colegiado deliberar. E os instrumentos que são realmente normativas do  
549 conselho. Eu acho que isso, assim não, não é só chegar com o slide e falar que tem que ter  
550 CPF. Isso a gente aqui entende. Mas o que isso realmente no dia a dia das plenárias deles,

551 realmente significa. Por exemplo. Só um exemplo de Santos Dumont. A secretária  
552 executiva, com o cumprimento nosso lá, da visita feita anteontem. Ela coloca na ata que  
553 ela não recebeu nenhuma informação nem da SEDESE e nem do Conselho. Que a  
554 pactuação do cumprimento do plano de providência tinha que passar por uma plenária. Ou  
555 seja, ou seja. Isso mostra a desinformação dos conselheiros. Isso traz pra gente a. E ela é  
556 secretária executiva. Então assim, isso não é diferente de região de Minas pra região de  
557 Minas. Então eu penso assim, primeiramente, é uma capacitação bastante didática,  
558 bastante clara. Pra falar com todos os presidentes que estão lá. Nessa linguagem, e os  
559 conselheiros que estão. E aí a penso a importância do Conselho levar o secretário  
560 executivo. A gente reforçar isso no convite. O secretário executivo. Porque eu acho que  
561 isso é imprescindível, é imprescindível. Primeira coisa é o B A, BA. Com este grupo de  
562 municípios que estarão lá. Que a gente percebeu isso claramente. Né Marcelo?  
563 **Conselheiro Marcelo:** Olha, a gente tem discutido também muito. Que a fragilidade do  
564 sistema está na gestão. Na gestão municipal também. E a gente sabe que nós temos o  
565 COGEMAS, que é uma instância que é parceira e a gente tem falado isso, da gente se  
566 aproximar, também com o COGEMAS, e fazer essa interlocução e tal. O COGEMAS já  
567 nos convidou também, pra encontros descentralizados deles. Então eu acho que seria  
568 também interessante, se os conselheiros estiverem de acordo. De convidar o COGEMAS a  
569 participar. Não sei se com fala ou não. Mas a importância da participação. **Não**  
570 **Identificado:** O Geraldo, e a questão minha aí. Quando a convidar. Eu ate gostaria  
571 também de convidar um movimento que tem em Juiz de Fora. Porque a lá, a grande assim,  
572 questão de violação de direitos lá. A polícia lá, ta batendo, mas batendo bonito. ????  
573 pessoal do Rio de Janeiro da população de rua. Eu vinha pra Juiz de Fora. E a gente tem  
574 até um desconsolo até. Mas tem agora a partir do mês de maio, o primeiro seminário da  
575 população de rua de Juiz de Fora. **Presidente:** Nós tivermos a oportunidade de fazer uma  
576 capacitação em Juiz de Fora, eu e Consolação. E tivemos com o movimento de população  
577 de rua lá. Conhecemos bem. E falamos do movimento que é o correto. Mas vamos  
578 estender o convite pra eles. Com certeza. Conselheira Fátima, por favor. Logo em seguida  
579 conselheiro João Ademar. **Conselheira Fátima:** Bom dia a todos. Eu gostaria de saber  
580 Geraldo. Se também esse convite foi estendido para Conselho da Criança e do  
581 Adolescente. Se vocês fizeram esse convite, pra. Antes de ter uma fala lá. Com relação,  
582 droga, qualquer coisa assim que possa contribuir com os nossos companheiros  
583 adolescentes. O avanço da droga, essas coisas assim, que a gente podia ter uma fala lá,  
584 como é que eles estão trabalhando? Quê que eles poderiam assim. Tem-se algum comitê.  
585 O quê que eles programando com relação a criança e adolescente. Era área das drogas.  
586 **Presidente:** OK. Ta agendado aqui, o convite, com certeza. Bem lembrado. O maior  
587 público alvo nosso, quantitativo da política de assistência é criança e adolescente. João  
588 Ademar, conselheiro, por favor. **Conselheiro João Ademar:** Está dentro desse que a  
589 gente foi escutando aí. Primeiro a proposta do que você comentava Geraldo. Eu tenho pra  
590 mim, de que, por melhor que seja, a lei e a norma, não cria a realidade. E às vezes as  
591 pessoas acham, têm essa ilusão, de que tendo a norma, automaticamente a realidade se  
592 adéqua. Isso é um pouco um risco, quando as coisas estão um pouco longe do chão do dia  
593 a dia. E aí essa nossa Brasília, sobre esse ponto de vista. Às vezes parece que a umidade  
594 rarefeita do planalto central, dificulta essas compreensões. E isso vale. Essa semana nós  
595 tivemos um seminário sobre a entidade de educação, assistência social, e tal. E também  
596 vai um pouco por aí a percepção. Isto não significa que o que está sendo feito não seja na  
597 busca do correto. No informe de fazer. Porque encher a boca para falar em base. Todo  
598 mundo fala. Até o empresário mais maniqueísta, mais capitalista. Comunidade. Todos  
599 falam. Mas na prática, quem são, fica isso, onde que entra, como se faz isso acontecer. Aí  
600 me parece que cabe umas exclamações. E realmente, isso responderia. Eu já falei isso em

601 outras vezes. Me parece que. As instâncias que existem pra validar, os processos. Pra  
602 consultar, se for o caso e tal. De novo. A forma como se faz eu tenho as minhas dúvidas.  
603 Você fala em nome dele. Se de fato as pessoas, usuários, entidades, tudo em dar opinião.  
604 Ou seu tempo é curto. Na quarta-feira não, já passou o tempo é cumprir não. Em relação  
605 ao encontro lá de, nossa ampliada. Encontro não, plenária ampliada. Eu diria que já em  
606 outras vezes. Isso ultimamente em vários contextos tem me ajudado. Talvez não esteja  
607 claro, quais os objetivos que a gente quer? O quê que nós queremos? Em? Quais os  
608 objetivos? Então já foram faladas essas coisas. Mas eu acho que a gente tem que saber  
609 isso. Quais os objetivos? Em função dos objetivos, nós colocamos a metodologia, o  
610 método, a forma. Heim? Por quê ??? saiu com o Mário aqui. Alguém fala assim, vamos  
611 convidar jovens, convidar novas lideranças, convidar, convidar. Ótimo. Só que a gente  
612 tem que ver, dependendo como é nós trabalhamos. Ele pode não voltar amanhã. Eu, esse  
613 trem chato ali, que só tem pepino. Ou não sei lá aonde. Então como você, e aí, eu volto  
614 aqui, o que você falava Geraldo. E eu já dizia isso há muito tempo atrás. Mas você tem  
615 que conquistar a pessoa. Vamos chamar de causa, como quiser. Pra este assunto que ele é  
616 importante. Agora como fazer, eu também não tenho a solução. Mas me desculpe, mas  
617 não é pelo cérebro. Pelo cérebro nós não conquistamos. O Cérebro é pra quem já está  
618 aqui. Pra entender, pra criticar, e tal. Mas pra você chamar a pessoa, tem que ser pelo  
619 coração. Agora como fazer? Eu acho que esse é o desafio da gente poder. E aí a questão  
620 da metodologia, como fazer o método, a forma? Então como sugestão pra não falar só  
621 troner. Acho que poderia ter. Como os assuntos são variados, vários foram apresentados.  
622 Talvez ter uns 30, 40 minutos de alguém fazer uma espécie de, desculpe a expressão, uma  
623 espécie de status da questão. Como é que está a questão? Assim os tópicos. Está na área  
624 do conselho, tem isso, tem aquilo, mas tem a dificuldades. Em termos de política nacional,  
625 temos instituições Acho que isso ajuda a formar um certo contexto. Dado que não é  
626 possível abordar tudo, ao mesmo tempo, no mesmo dia, no mesmo espaço. Se não a gente  
627 não faz é nada. Talvez aí sim. Com qual critério, como a opção prioriza e daí aprofunda se  
628 for a questão das instituições, do controle social. Se for a questão da contabilidade. E isso  
629 que o Amir falou me preocupa. Que o dia a dia responda por uma instituição que tem todo  
630 um conjunto de aparatos. Pra poder se manter adequados. Mas a maioria das instituições, a  
631 maioria, são pequenas. Quando tem contador. Em falar em contabilidade. E ainda  
632 terceirizado. Porque o camarada para ser brevê. Atende 200 entidades. Cria um padrão. Na  
633 assistência social temos coisas específicas. A educação específica. Aí a própria forma de  
634 fazer, pode criar problema lá na frente. E aí você já viu. Então da gente poder fazer um  
635 tópico mais geral e talvez algum aprofundamento de algum tema. E de novo. E aí eu volto.  
636 Acho que a gente tem que começar também a pensar. Pra que aja pessoas interessadas em  
637 compor os conselhos. Por onde passa uma parte do controle social. Não só uma parte.  
638 Também da gente ajudar a pensar como você chamar as pessoas. Como fazer? Pra  
639 também não virar, temos assim, na teoria geral do poder. Que nenhum espaço fica vazio.  
640 Alguém ocupa. Agora o risco é isso. Temos assim. E eu concordo com você, nada contra.  
641 Até porque eu venho desse meio. Aquilo que estiver minimamente organizado. Ou seja,  
642 pastorais. No sentido de uma igreja de outra igreja. Ela acaba ocupando o espaço até pra  
643 poder participar. Mas o risco, o risco é da gente ter só um ponto de vista. Legítimo  
644 correto, mas acho que ele é interessado, e às vezes interesseiro. E nós não queremos  
645 interesseiro, interessado sim. Mas interesseiro não. Haja visto algumas movimentações em  
646 Brasília, que eu não as vejo com bons olhos, sobre o ponto de vista conjunto. Obrigado.  
647 **Presidente:** OK. Antes de começar o conselheiro Marcos Vinícius. Eu peço só pra fazer  
648 um comentário Mário. Oh João Ademar. Acho que você. OK. Acho que você fez uma  
649 reflexão legal, porque, até porque eu estou pensando aqui no meu entendimento o  
650 seguinte: Quando a Fátima colocou a questão da criança e do adolescente. Eu entendo,

651 perfeitamente, todos nós aqui entendemos muito bem. Penso eu que uma vez estabelecido,  
652 esse sistema que nós vamos levar de capacitação. E aí a visão quando até do planejamento  
653 foi essa. Em levar uma capacitação para os municípios, descentralizado. Pra que o  
654 conselho se faça presente neste nosso Estado. Fica parecendo, não é a turma lá de Belo  
655 Horizonte. Não, não é a turma de Belo Horizonte. Aqui é um representante de conselhos,  
656 diferentemente de outros conselhos estaduais, de municípios. E sociedade civil também de  
657 municípios. Então, o importante é que a gente esteja lá. Levando sempre a qualificação e  
658 capacitação. Está frisado que a gente tem. Então tiramos o termo de controle social, é o  
659 mais importante do conselho. E o carro chefe dele, é a apreciação do orçamento e  
660 aprovação. Aí, o quê que a gente coloca. Os termos que vão ser tratados são esses. E aí  
661 tem o cuidado, já na carta convite, de colocar, eu quero alguém da criança e do  
662 adolescente na especialista. Mas pra ele ter a visão de que, onde é que entra a criança e  
663 adolescente dentro daquela temática que nós vamos discutir. Aí óbvio, vai haver um  
664 espaço pra debate, que vai poder se manifestar e fazer. Porque se a gente fosse realmente  
665 dar a consideração que merece pra cada uma dessas falas, a gente teria que ficar três ou  
666 quatro dias. Então é o tema que a gente seguir, e todas as pessoas serão convidadas pra  
667 poder apreciar, e no debate ela vai saber onde que é que encaixa. O Bolso, onde que  
668 encaixa. A situação da deterioração da violação de direitos de atingidos por barragem.  
669 Onde é que entra a questão daquelas pessoas estão sendo preparadas. A espera que,  
670 através de fóruns, que a gente sabe que nunca acontece. Ou pouco acontece. Preparadas  
671 para serem os conselheiros de amanhã. Porque amanhã nós vamos sair. Quem está sendo  
672 preparado pra estar. Estão sendo ou não? Qual é a visão? Que aí de uma visão  
673 intersetorial, penso ou não? Então esse tipo de discussão? Aí eu penso que inclusive na  
674 carta convite, a gente pode estar fazendo isso. E aí eu quero ratificar em número, gênero e  
675 grau, a sua fala. Conselheiro Marcos Vinícius está contemplando? OK. **Conselheiro**  
676 **Marcos Vinícius:** Não eu queria fazer uma observação. Porque eu estava perguntando ele  
677 aqui, se tinha Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Que seria... eu  
678 acho interessante convidasse alguém de representação do campo. Tem lá, né? Pra poder  
679 estar presente nessa atividade nossa. **Presidente:** Sem outras inscrições. Nós vamos fechar  
680 com os encaminhamentos feitos. E passo a nossa competente e costumeira secretária-  
681 executiva. **Consolação:** Obrigada. Eu vou falar como é que ficou. Que fiz as intenções,  
682 depois vou pedir as autorizações, pra sugestão de encaminhamento. Viu senhor presidente.  
683 Em relação aos convites. Eu vou falar tudo que foi levantado. Ta? E depois eu vou a  
684 sugestão em cima daquilo que aqui foi trazido. Então se levantou que a questão da  
685 presidência das URCMAS, Conselhos até da criança e adolescente. Que o presidente já  
686 fez a observação. Pelo menos os conselhos da zona da mata. Lembrar que são  
687 conselheiros e secretária-executiva. Lideranças, contadores das prefeituras. Advogados,  
688 procuradoria dos municípios. Entidade, COGEMAS. Movimento de população de rua de  
689 Juiz de Fora. Em relação, só um minutinho. Porque eu queria concluir, até porque eu fiz  
690 uma reflexão sobre várias questões aqui também. E por isso que eu estou pedindo ao  
691 Marcelo pra ... Em relação a programação, ficou da gente ter, um informe em relação ao  
692 plano estadual de capacitação do Estado. ??? no primeiro dia. No segundo dia orçamento e  
693 financiamento. Dentro do tema controle. Mais especificamente, nessa direção. E uma vez,  
694 na parte da tarde, o conselho estaria tratando da sua própria prestação de contas do  
695 primeiro trimestre. E aí lembrando a questão da própria metodologia. De observar como  
696 que a gente vai estar trazendo isso. O dia a dia, de forma clara. A forma de convidar. Isso  
697 seria nesse dia. E a outra proposta, é que o encontro ampliado com os conselheiros. A  
698 gente pode chamar quem sabe todo o Estado, pensar nesse encontro. Num outro lugar. Até  
699 com a parceria do próprio João Ademar, que tem um espaço bom na instituição dele. E  
700 marcaria, aí sim, com o MDS, com todo mundo, esse encontro ampliado. Pra tratar dessa

701 questão das entidades, a gente vê a questão da certificação, chamando as pessoas com uma  
702 proposta do Conselheiro Ami, e foi tratada pelo presidente, dando esse encaminhamento.  
703 Em relação a nossa plenária ampliada. Eu quero observar o seguinte: o espaço que a gente  
704 é de 200, até 200 lugares. Se a gente for ficar imaginando que nós vamos convidar todos.  
705 Eu aí eu gostei. Muito, ótimo de todo mundo, mas o que o João Ademar nos chama a  
706 atenção de ver com objetividade. E nós tratamos disso ontem, inclusive na capacitação,  
707 que estava presente, na parte da tarde. Qual que é a nossa competência? Que inclusive, o  
708 conselho repensar isso. O quê que é da gestão? E o quê que é de controle mesmo? E até  
709 pra quem a gente vai dirigir a nossa capacitação. Porque tem coisas que são da  
710 capacitação, voltadas à gestão. E outras são de capacitação de conselhos. Inclusive saiu  
711 ontem aqui, que caberia conselho capacitar conselho. E mais, até o que o próprio  
712 conselheiro Volney levantou aqui. Da gente trazer, por exemplo, lideranças, pessoas de  
713 entidades que são futuros conselheiros. Outras capacitações dessa. Não seriam de  
714 responsabilidade do Conselho Estadual. Elas inclusive foram incluídas como elementos a  
715 serem capacitados dentro do plano que nós também analisamos ontem. Plano de  
716 capacitação do Estado. Então eu chamo os conselheiros a essa reflexão. E mais ainda, isso  
717 aqui é uma primeira abordagem. Eu acho que a mentes tem que ser, lapidado, vai ser  
718 tratado. E isso eu peço também o encaminhamento que seja feito na mesa diretora. Até  
719 porque essa metodologia, como que a gente vai fazer, apresentação, a gente vai ter outra  
720 plenária pra tudo isso à época. Então a mesa diretora faria essa, ela ??? de conteúdo. E aí  
721 eu peço que volte nessa reflexão pra gente ver. Nós vamos convidar? Esse é o nosso  
722 objetivo? Nós temos que convidar isso. No meu lugar, dentro de tudo que nós tratamos  
723 ontem. Recuperando uma discussão de ontem. Eu acredito que não. Ta que a gente aí tem  
724 delimitar muito, talvez até na questão do convite. Esses conselhos, as entidades que vão  
725 ser futuros conselheiros, as URCMAS. É o nosso público, porque se a gente quiser fazer  
726 tudo isso e pra essas pessoas, vai virar o que ele falou também. Não vai ser nada atrativo,  
727 que nós vamos falar com o contador, como é que é o controle social. E aí também, existe  
728 uma capacitação específica, mas também colocamos junto do plano de capacitação.  
729 Obrigada. **Conselheiro Marcelo:** É o nosso presidente saiu. Eu estou assumindo aqui  
730 então a condução. A reflexão que Consolação traz, ela é muito relevante. Quando eu fiz a.  
731 Foi eu que sugeri inclusive jurídico e contador. Se o tema que a gente for abordar, não diz  
732 respeito então a jurídico e contador, eu retiro a minha proposta. Porque de fato, a gente  
733 discutiu ontem no nosso encontro, aqui pela tarde toda. Pra criar realmente o papel nosso.  
734 Naquele plano de providências que foi encaminhado pra gente. É papel nosso? É papel da  
735 gestão? Então a gente vai ter que realmente fazer uma reflexão sobre isso. Então eu retiro  
736 a minha proposta de chamar jurídico e contador neste momento. Mas acho importante que  
737 a gente tenha, um momento. Se for nesse encontro que vai discutir certificação. Sei lá, se  
738 tiver alguma forma de chamar jurídico e contador. Porque é um assunto que está  
739 premente. A gente verifica a todo instante, a dificuldade que os conselhos têm inclusive de  
740 chamar procurador. Pra poder participar e dar um apoio logístico nas suas deliberações. A  
741 gente sabe que é assunto de gestão. Mas quando o conselheiro vai deliberar sobre  
742 determinado assunto ele necessita do apoio logístico, seja do jurídico, seja do contador.  
743 Pra algumas deliberações, como por exemplo, na questão do orçamento. Então eu não sei.  
744 Talvez de repente a gente analise sobre isso. Em discussão, alguém quer manifestar em  
745 cima da fala da Consolação? De encaminhamento da Consolação, de que a mesa diretora  
746 faça uma reflexão sob o que foi levantado hoje e em cima disso a gente decide. Os  
747 conselheiros estão de acordo? Está deliberado. OK. Então está aprovado. Então vamos  
748 abrir pros informes. Quem está inscrito aqui pela nossa inscrição, nós temos informes. É  
749 Nívia, é José Fernando e Mário. **Conselheiro José Fernando:** O informe que a gente está  
750 trazendo aqui. É José Fernando aqui agora. É sobre a nossa visita ao município de Santos

751 Dumont. E a gente que contextualizar o que encontramos e o que fomos fazer lá. A visita  
752 a Santos Dumont, ela foi motivada por um problema de um plano de providência que foi  
753 estartado em fevereiro de 2011. Junto ao órgão gestor. E novamente em outubro de 2011,  
754 se voltou pra comprovar a situação e parte do plano havia sido cumprido. Com o CEAS  
755 fazendo contato com o Conselho Municipal, a gente percebeu que o plano de providência  
756 não foi levado até o Conselho Municipal, e os conselheiros e a presidência e a mesa  
757 diretora, não tiveram essa informação. E aí, diante disso. Após ser notificado, o conselho  
758 municipal faz o contato com o órgão gestor. E foi aí que anteriormente eu disse. A  
759 secretária executiva na ata diz,, que ela não recebeu nenhuma informação nem do CEAS  
760 nem da SEDESE. Que ela teria que levar isso pra plenária. Por isso a minha fala anterior  
761 de fazer uma explanação a todos os conselhos que estarão presentes. Do papel realmente,  
762 o quê que se leva para uma deliberação. Qual que é o papel do conselho em si, junto à  
763 representação e representatividade dele na política de assistência social. E chegando lá,  
764 realmente a gente percebeu essa fragilidade do Conselho. Nós vimos que parte da situação  
765 ainda está sem resolutividade em detrimento de um processo de concurso. Que está  
766 aguardando para ser homologado. Pra cumprir a questão de RH que é uma parte do plano  
767 de providências que está ainda em aberto. Em relação ao compartilhamento do CREAS,  
768 com o outro programa de proteção à criança e ao adolescente, isso foi vencido. Entre  
769 aspas. Porque por problema judicial, por problema jurídico. Com o parceiro em si que  
770 ordenava o funcionamento desse programa. Ele está desativado temporariamente. Então  
771 eles estão resolvendo a situação de parceria, pra poder realmente reativar. E aí até que isso  
772 seja definido. O programa não está funcionando. E eles disseram que se reativar vão estar  
773 olhando. Aliás, nenhum outro local. E também o município recebeu investimento pra  
774 construção da sede do CREAS. Que já está no processo de desapropriação. E tudo isso  
775 nós pedimos que fosse encaminhado, junto. A gente está fazendo um relatório aqui,  
776 porque eles não tinham esses documentos em mãos. E aí nós pedimos que fosse  
777 encaminhada essa documentação pra comprovar a questão da desapropriação e a  
778 homologação também desse concurso. Pra completar a questão de recursos humanos do  
779 CREAS. O CREAS já venceu a questão de não ser compartilhado. Já tem a placa de  
780 identificação correta. Mas falta ainda, complementar realmente recursos humanos. Mas  
781 nós vimos claramente, Mas nós vimos claramente esse problema também de gestão, que já  
782 comentou aqui. Do gestor de assistência não conseguir avançar com a procuradoria, nem  
783 com a contabilidade, nem com o secretário de fazenda. Em detrimento de recursos que são  
784 acumulados, recurso hoje já através da LOAS, definido que ele poderia estar colocando  
785 essa equipe técnica e de apoio, não só para os projetos, programas e serviços de  
786 assistência social. Como também para o fortalecimento do Conselho Municipal de  
787 Assistência Social, quanto, a secretaria executiva, material, equipamento, e assim  
788 sucessivamente. Então nós fizemos uma breve explanação. Né Marcelo? Orientativa, tanto  
789 para o Conselho Municipal, o papel dele. A questão dessas comunicações, dessas  
790 cobranças, que eram feitas verbais, do presidente, ou do conselheiro para o gestor. Sem  
791 um ofício, sem uma resolução. Sem uma normativa. Então nós brevemente fizemos uma  
792 explanação sobre esse papel e essa responsabilidade, tanto pro Conselho, o CMAS, quanto  
793 ao gestor de que ele não pode ficar numa situação já de três anos. Há três anos que ele está  
794 na gestão. Justificando com a situação. Cinco anos né Marcelo? Justificando com a  
795 situação de que não consegue avançar com o procurador, não consegue avançar. Nós  
796 fizemos, eu fiz. Não coloquei isso em ata, lá porque, eu estava ali como conselheiro, não  
797 como gestor. Eu estava ali como. Mas fiz algumas indicações da maneira dele vencer  
798 esses obstáculos. De acordo com a experiência que a gente tem na gestão. Porque não é,  
799 permitido ele ficar cinco anos justificando que não consegue fazer o contador, nem o  
800 procurador. E disse pra ele como é que a gente venceu isso no início da nossa gestão em



801 Cataguases. Também não adianta eu chegar pro gestor, nem o presidente chegar pro  
802 gestor, nem o gestor chegar pro prefeito. E falar: prefeito, eu preciso de cinco  
803 funcionários. Embasado em que? De acordo com que? Você tem que ter embasamento  
804 legal, e até hoje, a forma de custear isso. Assim como hoje o SUS, hoje não, o SUS já  
805 estabeleceu o percentual e a forma de gasto. Hoje você tem várias maneiras de fortalecer e  
806 de documentar legalmente, pro ce buscar investimento e visar o cumprimento da NOB-RH  
807 e da diretriz da política nacional de assistência social. Então quer dizer, eu também  
808 coloquei dessa forma ao gestor. Que não é permitido ele continuar, se acomodar e ficar.  
809 Conclusivamente, diante das partes do conselho municipal e do órgão gestor que estavam  
810 presentes. Ele nos pediu um tempo de quinze dias, que é o processo que está finalizando, a  
811 homologação do concurso. Pra ele sanar a questão de RH que é o que está em aberto.  
812 Então nós fechamos esse relatório, aguardando dentro desse prazo. O encaminhamento de  
813 toda a documentação comprobatória, pra que a gente possa trazer a essa plenária, qualquer  
814 outro encaminhamento se não sanado as irregularidades. **Conselheiro Marcelo:** Permite  
815 complementar? É Marcelo. Bom, o que a gente sentiu é que nós fomos fazer serviço de  
816 gestão, na verdade. A gente foi verificar um plano de providência que não foi cumprido.  
817 Um plano de providência que o órgão gestor fez com o outro órgão gestor. Né? Mas, foi  
818 super válido, e quando eu faço essa fala, é considerando a discussão que tivemos ontem.  
819 Qual que realmente é o papel do controle social, qual que é o papel do conselho estadual  
820 frente a estas questões. Bom por outro lado, por outro lado, foi bacana, foi bacana porque  
821 olha quando antes da gente ir a Santos Dumont, na plenária anterior. Nós sentamos aqui.  
822 Eu falei, ó gente, o quê que nós vamos fazer em Santos Dumont. Isso aqui é questão da  
823 gestão. Mas aí entendeu-se naquele momento, que a gente tinha que ir sim porque foi  
824 deliberado. Mas eu acho que a gente tem, por isso que a Consolação falou e eu concordo.  
825 A gente tem que fazer uma reflexão sobre aquilo que é demanda do Conselho Estadual.  
826 Não é isso? Lá em Santos Dumont, nós reforçamos muito qual que é o papel do Conselho  
827 Municipal, em relação às demandas que devem ser chegadas, pelo gestor. A gente  
828 reforçou muito isso. Sobre inclusive, não está no nosso relatório, acho que você deve  
829 colocar. É que lá, o conselho municipal, o gestor não encaminha prestação de contas  
830 trimestrais. E nós dissemos pra eles da obrigatoriedade. Eles simplesmente ele deliberam  
831 sobre aquele demonstrativo físico financeiro do governo federal e do SIM estadual. Então  
832 é só recurso de fora. E falei com eles: Gente, é muito mais importante vocês discutirem e  
833 deliberarem sobre o recurso próprio que o município tem. Porque é com ele que vocês  
834 também que fazer que avance e cresça mais o recurso. Então a gente conversou muito com  
835 eles sobre isso. Se nós formos fazer futuras visitas aos conselhos municipais em face de  
836 planos de providência. Eu acho que a gente tem que ir é discutir com o Conselho  
837 Municipal mesmo, somente. A gente não tem que conversar com gestor não. Sabe? A  
838 gente pode até ir lá e bater um papo. Mas não enquanto uma reunião conjunta. Mas aí,  
839 vem uma outra preocupação. Que eu estava fazendo uma reflexão aqui. A maioria dos  
840 Conselhos Municipais, os gestores municipais também compõem conselhos. Por exemplo,  
841 de Santos Dumont. E isso cria, de fato, um constrangimento para os conselheiros  
842 municipais, discutirem as suas propostas. E isso ficou muito evidente lá em Santos  
843 Dumont porque na hora que o secretário saiu, e foi resolver outras situações. Os  
844 conselheiros se abriram. Os conselheiros começaram a conversar e mostrar as suas  
845 dificuldades. É lógico que a gente sabe que a gente não tem como proibir isso. E isso está  
846 na própria, na nossa própria política. Mas que a gente, não sei se a gente pudesse, sugerir,  
847 ou recomendar, que os gestores, os secretários das pastas, eles evitassem compor  
848 conselhos municipais, eu acho que seria interessante. Isso sobre o meu ponto de vista.  
849 Diante disto gente, eu acho que a gente poderia colocar até pra efeito de deliberação. A  
850 visita que Juanita fez em Congonhas. Daquela visita saiu um termo de compromisso de

851 ajustamento de funcionamento dos Conselhos Municipais. Ficou um instrumento muito  
852 interessante, que a gente pode socializar aqui pros senhores. Mas é um documento muito  
853 interessante, das ações que os Conselhos Municipais devem fazer e as atividades que eles  
854 devem cumprir. Então eu acho assim, quando a gente for a um município e a gente  
855 detectar alguma situação. A gente já pode levar esse instrumento na mão. E já explicar pra  
856 eles, como que deve ser, e o quê que eles devem fazer. É como sugestão. Mas então a  
857 nossa visita foi muito produtiva, e acho que a gente precisa realmente repensar o nosso  
858 papel. **Presidente:** Conselheiro Mário, logo em seguida conselheira Nívia e depois  
859 Gilvânia. **Conselheiro Mário Roberto:** OK, presidente, muito obrigado. Eu gostaria de  
860 primeiramente parabenizar todos nós. Porque ontem foi o dia mundial do consumidor. E  
861 nós merecemos esse dia e porque hoje nós temos uma consciência maior dos nossos  
862 direitos e nossos deveres. Se me permite senhor presidente, eu gostaria de distribuir a  
863 todos, o CDC, que é o Código de Defesa do Consumidor. Aqui dentro tem um Kit, com  
864 várias coisinhas interessantes. Folders interessantes se eu pudesse. E junto, há três anos,  
865 nós começamos uma briga aqui em Belo Horizonte. E tivemos uma pessoa muito  
866 favorável a isso, que é um vereador e dentro dessa briga nós conseguimos levar um  
867 projeto de lei, hoje é lei. Eu vou distribuir da todos vocês uma sacola, que saco plástico  
868 nunca mais. Isso na natureza, nós temos vários exemplos de o quê que é um saco plástico.  
869 Então todos sabem o que é. Entupimento de bueiros, uma senhora na Prudente de Moraes,  
870 o saquinho arrebentou, as laranjas escorreram e ela foi atrás, foi atropelada na Prudente de  
871 Moraes. Então fora isso, tem uma história muito grande. Outro motivo do dia mundial do  
872 consumidor, presidente, São Paulo, capital. Que a gente está junto conosco. E várias  
873 cidades também, como Ribeirão Preto, aqui Ouro Preto também. Ontem foi distribuído  
874 uma sacola para todas as pessoas que foram aos supermercados. A nossa intenção do  
875 movimento, é a acabar com o saco plástico inclusive esse de amido. É a nossa sacola vai e  
876 vem. Antigamente os nossos pais e avós usavam isso nas feiras dos produtores. E a gente  
877 gostaria de estar conscientizando a todo mundo. Se me permite eu entregar. E parabéns a  
878 todos nós. Obrigado. **Presidente:** Parabéns, Mário. Legal, eu acho que é exemplar a  
879 iniciativa do MDC. Está pegando aí para o Brasil inteiro. Conselheira Nívia. **Conselheira**  
880 **Nívia:** Presidente, eu disse que era um informe. Mas depois eu fui lembrando. Eu tenho  
881 outros informes que são bem breves. Ta? Então eu vou começar informando do seminário  
882 estadual sobre políticas para população de rua. Que a SEDESE está organizando em  
883 parceria com a CNBB, que já está agendada para os dias 29 e 30 de maio, provavelmente  
884 no SESC Contagem. Se não for no SESC Contagem, vai ser no SESC Venda Nova.  
885 Estamos ainda fechando a definição do local. Os municípios que participaram da pesquisa  
886 estadual sobre políticas pra população de rua. Serão convidados a participar,  
887 principalmente os gestores de assistência social e os prefeitos. Nós estamos tentando  
888 lançar lá nesse seminário, a lei estadual que cria a política estadual para atendimento a  
889 população de rua. Que está tramitando na assembleia legislativa. E estamos cobrando, a  
890 CNBB está junto à frente lá da comissão de participação popular, tentando acelerar a  
891 aprovação que está tramitando lá. Pra vir pra SEDESE para que nós possamos fazer a  
892 análise e ajustes e enviar para o governador. Para possivelmente ser sancionada neste dia  
893 lá no encerramento lá do seminário. E se possível com a presença do governador. Outro  
894 informe, é que o nosso carro do CEAS. Chegou ontem na cidade administrativa, viu  
895 presidente. É uma Ranger, prata, não foi possível a cor branca. Mas eu achei até bom, ela  
896 é mais bonita, ela é mais robusta. Ela já está em processo de emplacamento, pagamento de  
897 IPVA e plotagem. Para que a gente possa fazer a entrega oficial então pra este conselho.  
898 Então mais uma missão cumprida. Né e que né? Peçamos a Deus que a proteja e que traga  
899 bons. Que ela seja veículo de bons resultados para o trabalho desse conselho e desses  
900 conselheiros. A outra informação é sobre a realização da primeira conferência estadual,

901 sobre transparência e controle social. A CONSOCIAL, que ocorreu anteontem dia 14 de  
902 março, no hotel Tauá. Da qual eu participei da mesa de abertura, representando os  
903 conselhos de políticas públicas. E lembrando que quem participou da comissão  
904 idealizadora representando, os conselhos. E principalmente o CEAS, foi a Juanita, até o  
905 processo final de organização, foi uma conferência muito bem organizada. Com uma  
906 participação que mês surpreendeu. Muito além da possibilidade de organização. Que nós  
907 nas conferências estaduais temos conseguido. Eles tiveram participação de 100% dos  
908 delegados que saíram das conferências municipais e regionais. Pessoas vindas de  
909 conselhos municipais, de ONGs, e uma conferência muito organizada. E com uma  
910 participação muito qualificada também. A gente pode perceber. Teve uma mesa de  
911 apresentação composta por todos os órgãos de controle social, de controle jurídico.  
912 Palestra do ministro do Supremo Tribunal. Do presidente da ONG Contas Abertas de  
913 Brasília. Duas palestras elucidativas, muito esclarecedoras sobre o papel do Controle  
914 Social e a importância da transparência na gestão pública. Eles agradeceram lá e na última  
915 reunião também da comissão organizadora, houve um referendo muito positivo sobre o  
916 trabalho do conselho estadual de assistência social. E da contribuição que pode ser dada  
917 pra organização daquela conferência. A outra informação que eu quero passar... são duas  
918 resoluções. E aí eu quero saber o quê que a plenária decide. Se a gente faz a leitura, de  
919 duas resoluções que foram aprovadas e divulgadas ontem, pelo Conselho Nacional de  
920 Assistência Social, que pra mim, eu entendo que é um momento ímpar da política de  
921 assistência social e do sistema único de assistência social, no que diz respeito a expansão  
922 de co-financiamento federal para municípios na extensão de implementação dos serviços.  
923 Tanto da proteção social básica, quanto da proteção social especial. Pela primeira vez nós  
924 temos co-financiamento de políticas de serviços para atendimento à população de rua.  
925 Então eu acho que representa um marco pra nós. Eu estive em Brasília nos dias 2 e 3 de  
926 março, se não me engano. Foi o dia da última plenária, inclusive, coincidiu. Onde nós  
927 pactuamos os critérios para essas duas resoluções. E eles foram aprovados pelo Conselho  
928 Nacional, ontem. Eu as recebi já no final da tarde. E aí gostaria de saber se os senhores  
929 querem que a gente faça a leitura do conteúdo dessas duas resoluções, ou se a gente copia  
930 e passa pra todos. **Presidente:** Conselheira Nívia, não são tão grandes, porém, eu penso  
931 que a gente podia socializar por e-mail, pra todos os conselheiros. É muito importante que  
932 vocês leiam. Eu fiz uma leitura aqui antes, passei para o conselheiro José Fernando. Mas  
933 se você quiser assim, resumir em questão de valores. Eu acho que é interessante, pra vocês  
934 verem a diferença que tem. Até porque aqueles que representam os municípios é  
935 importante a gente saber disso. Aqueles que estão em gestão inicial têm um valor bem  
936 inferior ao valor daquele que está em gestão plena gestão e por número de habitante.  
937 Então tem um negócio bem coerente, bem bacana. Mas aí vamos socializar por e-mail e  
938 vamos passar pra todos os conselhos municipais. Para que tomem conhecimento.  
939 **Conselheira Nívia:** OK. Eu queria dizer que foram dois dias de trabalho árduo na CIT pra  
940 gente pactuar os critérios. Mas desde que eu participo da CIT eu nunca vi uma reunião tão  
941 representativa e tão atenciosa. Não houve muita polêmica, houve uma atenção muito  
942 grande na hora da leitura dos critérios. Houve um momento lá de aplausos e de  
943 reconhecimento de que este é o papel da união e que finalmente nós estamos alcançando  
944 este momento de possibilidade de ampliação dos recursos de uma forma mais adequada a  
945 nossa realidade hoje para implementação do SUAS. Então com relação a resolução  
946 numero 07, aprova os critérios para expansão 2012 do co-financiamento federal do serviço  
947 de proteção e atendimento integral a família e PAIF. E do serviço de proteção social  
948 básica e as suas executadas pelas equipes volantes. E dá outras providências. Ela  
949 basicamente define como critério de expansão do PAIF. Vou ler aqui alguns artigos mais  
950 importantes. Artigo segundo serão elegíveis para participar do processo de expansão

951 qualificada. Do co-financiamento federal do PAIF, municípios e Distrito Federal, que não  
952 possua nenhum centro de referencia de assistência social, CRAS, co-financiado pelo  
953 MDS, e com o mínimo de CRAS co-financiado pelo governo federal, inferior ao  
954 necessário para a cobertura de todas as famílias com renda mensal per capita de até meio  
955 salário mínimo, cadastradas no CAD- ÚNICO do governo federal. E com números de  
956 CRAS co-financiados pelo governo federal, inferior ao necessário para garantir a  
957 cobertura de 20% dos domicílios do município ou Distrito Federal. Outro parâmetro  
958 importante é o do artigo terceiro. Que fala, considerado para o parâmetro, indicar maior  
959 necessidade a oferta de PAIF por município ou distrito federal. Dar-se-á pela soma do  
960 total de CRAS, implantados com recursos próprios e cadastrados no senso SUAS 2011.  
961 Mais a quantidade determinada pelo porte populacional, a qual obedecerá a seguinte regra.  
962 Pequeno porte 1 e pequeno porte 2, oferta de no máximo um CRAS. Médio porte oferta de  
963 no máximo 2 CRAS. Grande porte oferta de no máximo três CRAS. Metrópole oferta de  
964 no máximo 4 CRAS e distrito federal, oferta de no máximo quatro CRAS. Com relação às  
965 equipes dos LOATS, expansão do co-financiamento das equipes do LOATS. Os critérios  
966 principais são: artigo segundo, são elegíveis para participar do processo de expansão  
967 2012, do co-financiamento federal para implantação do serviço de proteção social básica,  
968 e a serem executadas pelas equipes volantes, os municípios e o distrito federal que  
969 obedecem aos seguintes critérios. Possui o CRAS, que atendem famílias em território cuja  
970 área é extensa, isolada, rural e de difícil acesso. E possui CRAS cadastrados no senso  
971 SUAS 2011, com o quantitativo de profissionais previstos, nas metas de desenvolvimento  
972 dos CRAS, referente ao período 2010/2011. Os municípios e distrito federal que atenda ao  
973 disposto do artigo sexto. Serão classificados em ordem decrescente até a classificação do  
974 número 400, considerando a média calculada a partir das seguintes variáveis. Percentual  
975 de pessoas extremamente pobres no município. Com base no Censo SUAS 2010 e o censo  
976 2010 do IBGE, descolpa. Percentual de pessoas extremamente pobres que residem em  
977 área rural com base no censo 2010 do IBGE. E houve também uma inspeção de recurso  
978 para compra de lanchas, para os municípios. E aí Minas não vai ser contemplado porque  
979 não é o caso. De municípios que tenha na sua extensão territorial, áreas limítrofes  
980 separadas por rios, por grandes lagos. E aí só principalmente municípios da região norte e  
981 alguns da região sul, é que serão contemplados com essas lanchas. Que esta se definindo o  
982 nome ainda pra essas lanchas. Foi um ponto de polêmica lá. A proposta já veio com o  
983 nome de ambulancha. Não minto, como é que é? Ah? Não. Ambulancha é da saúde me  
984 parece que tem esse nome. A lanchas que atendem a equipe de P S E. Me faltou a  
985 memória agora. Então não foi aprovado o nome que foi batizado a lancha. Então vai haver  
986 uma nova. Não mas é o nome que é dado à lancha. Foi até mostrado lá, o modelo, que vai  
987 ser comprado, muito bacana, muito bem equipada. Como é que é a segurança. Mas Minas  
988 enfim não vai ser contemplado com esse equipamento não. Vamos passar então pra  
989 resolução 06, que aprova os critérios para expansão qualificada 2012, do co-financiamento  
990 federal e re-ordenamento dos serviços sócio assistenciais de proteção social especial.  
991 Então eu vou passar então para os critérios de pactuação mais importantes, que são os  
992 seguintes: Aprova o critério de elegibilidade, a partilha dos recursos do co-financiamento  
993 federal em 2012, para expansão qualificada dos serviços socioassistenciais de proteção  
994 social especial. E houver ordenamento no caso de serviço de acolhimento para pessoas em  
995 situação de rua. Para efeitos dessa resolução consideram-se re-ordenamento e qualificação  
996 da oferta do serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua, vivendo a adequação  
997 às normativas, orientações e legislações vigentes. Os recursos orçamentários disponíveis  
998 para expansão qualificada e o re-ordenamento dos serviços sócio assistenciais de proteção  
999 social especial. Serão destinados aos municípios e distrito federal, para a boa oferta dos  
1000 seguintes serviços: 1- piso fixo de média complexidade. Apoio à oferta do serviço de

1001 proteção e atenção integral as famílias e indivíduos PAEF. Do serviço especializado em  
1002 abordagem social. E do serviço especializado para pessoas em situação de rua. 2 – piso de  
1003 alta complexidade dois. Apoio a oferta de serviços de acolhimento institucional, e dos  
1004 serviços de acolhimento em república, para pessoas em situação de rua. Parágrafo único.  
1005 Poderão receber os recursos do co-financiamento federal de que trata o caput, os  
1006 municípios e o distrito federal que atenderem os critérios dispostos nesta resolução. E aí  
1007 os critérios dizem respeito, ao porte do município, e ao nível de gestão do SUAS. E aí os  
1008 critérios são bem extensos, vocês vão verificar. Mas é importante destacar o critério da  
1009 referência que foi utilizada pelo Ministério. Eu inclusive pedi a vez, a fala, e perguntei se  
1010 no caso dos Estados, como é o nosso caso, que já tem a sua pesquisa própria. Qual a sua  
1011 situação de censo próprio se seria considerado. Aí o ministério disse que não. Porque ele  
1012 está usando como base de referencia, para definir o critério populacional, no caso da  
1013 população de rua. Independente do porte do município, independente do nível de gestão  
1014 no SUAS. Deixa eu ver se eu acho aqui. É basicamente os dados da pesquisa nacional,  
1015 sobre população que o MDS lançou em 2010. E os dados do IBGE, também do último  
1016 censo do IBGE. Enfim, os dados de pesquisas estaduais, não foram levados em  
1017 consideração. Nós tentamos inclusive o representante do conselho nacional, que estava  
1018 presente na mesa, também defendeu. Que o ministério deveria levar em consideração a  
1019 realidade de cada estado, no caso dos estados que tenha essa realidade levantada.  
1020 Principalmente depois da pesquisa nacional. Mas não houve cociente, e aí foi. Eu entendo  
1021 até que era uma ânsia de aprovar os critérios, de pactuar os critérios já naquela reunião.  
1022 De considerar válidos só mesmo a base de dados que foi proposta pela resolução que o  
1023 MDS fez. Então referenciando só aos dados da pesquisa eleitoral e os dados do IBGE. Do  
1024 censo do IBGE. Então gente, nós recebemos ontem, essa resolução ela foi aprovada ontem  
1025 pelo Conselho Nacional. Ela está datada de, anteontem, desculpe, de 14 de março. Agora  
1026 os números e os municípios, o valor que cada município do nosso estado irá receber, nós  
1027 estaremos daqui poucos dias recebendo. E aí repassando então, pros conselheiros, pro  
1028 COGEMAS e individualmente pra cada município a ser contemplado. Lembrando que  
1029 todos os municípios de Minas. Que foram contemplados com a expansão das equipes  
1030 volantes fizeram a adesão. Né Gilvânia? Foi 100% dos municípios do nosso Estado. 89%,  
1031 desculpe. Assinaram o termo de aceite, então esses 89% dos municípios de Minas, com  
1032 certeza serão contemplados com essa expansão, para atuações das equipes volantes.  
1033 Conselheiro Marcelo: Se alguém quiser manifestar sobre os esclarecimentos apresentados.  
1034 Se não, a próxima inscrita é Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Bom dia. Só completando  
1035 uma informação da secretária. Os municípios que fizeram a adesão da equipe volante.  
1036 Estão no prazo suplementar de demonstrar a implantação dessa equipe volante. E a gente  
1037 está com o nível muito baixo, em torno de 23% de demonstração até hoje no sistema.  
1038 Então é preciso implantar o serviço e demonstrar no sistema. Para que não haja corte do  
1039 co-financiamento. Isso aqui tem pouco interesse, porque tem pouca gente de município,  
1040 mas de qualquer forma o COGEMAS está aqui. Ta bom? Bom o que eu queria colocar, é  
1041 como na fala do Marcelo. Da visita de vocês ao município de Santos Dumont. E aquela  
1042 reflexão a partir da Eleonora. De gente delimitar bastante o quê que é a ação de gestor, o  
1043 quê que é ação de conselho. Eu acho muito pertinente. Eu acho que pro município é difícil  
1044 reconhecer, quando chega o gestor. Ou conselho. E ambos falam praticamente a mesma  
1045 coisa. É difícil o município fazer essa diferenciação, até por causa dessa confusão que eles  
1046 têm lá de acúmulo de funções. E aí eu queria sugerir, eu não sei se isso entraria como  
1047 pauta de deliberação. Ou só a gente combinar um fluxo interno. Que as ações de  
1048 supervisão do conselho estadual aos conselhos municipais. A partir do momento em que  
1049 nós detectássemos que é uma ação, que é uma dificuldade de gestão. Como que isso  
1050 chegaria ao gestor estadual. **Consolação:** É só esclarecimento. Assim que chega, por

1051 exemplo, denúncia. A gente já encaminha sempre ao gestor estadual também. Quando a  
1052 gente está no sentido de apuração. No mais, os planos de providências que vem, é da  
1053 gestão para o Conselho, pra que ele acompanhe e faça. Isso surgiu disso, foi tratado na  
1054 comissão de apoio a conselhos. Que agora você é coordenador. Aí então, vocês vão ter o  
1055 acesso a tudo que chegar no conselho, nesse sentido de apoio, pra esse encaminhamento.  
1056 Mas sempre esse fluxo já existe. **Conselheira Gilvânia:** Já existe. Ta. Porque aí eu devo  
1057 ter perdido alguma coisa. Como é que foi deliberado a visita a Congonhas. E lá que vocês  
1058 chegaram a Santos Dumont. E lá que vocês verificaram que a situação era de gestão?  
1059 **Conselheiro Marcelo:** Ta. O. Só. Pois não? **Conselheiro José Fernando:** Na verdade é o  
1060 seguinte. É José Fernando falando. Na verdade, em um dos momentos no processo todo.  
1061 O conselho municipal nos fala, que o plano de providência não foi levado ao conselho  
1062 municipal, eles não tinham conhecimento. Tem ofício dentro do processo que fala disso.  
1063 Então na verdade a gente percebeu que havia essa fragilidade. E fomos apesar de ter o  
1064 plano de providência, fomos para fazer essa orientação. Nós fizemos essa orientação. E  
1065 chegando lá, a gente percebeu que não somente o plano de providência, eles não tinha  
1066 noção de que era competência deles. De receber isso e de acompanhar, como também o  
1067 Marcelo já explanou aqui. Eles não recebem a prestação de contas trimestral. Então assim,  
1068 a gente viu que o protocolo de ações que o conselho municipal de assistência social tem  
1069 que executar, ele não têm. E é óbvio que, aí com o plano de providência startado a gente  
1070 foi colocando pra eles que isso teria que hoje sanado, virar uma resolução. Eles  
1071 comprovarem isso. Isso virar uma resolução para ser encaminhado. Quer dizer, todas essas  
1072 ações sanadas tem que ser levada em plenária. Os conselheiros têm constatar de que  
1073 realmente lá no município, aquilo foi avançado. E gerar um documento, que além da ata  
1074 que é a resolução. Mas chegando lá, o problema que a gente viu como apoio CEAS. A  
1075 gente viu que a gestão estava toda realmente. **Conselheiro Marcelo:** Além do que falou.  
1076 É Marcelo dizendo. Além do que você falou, a pergunta dela é de onde que surgiu ao  
1077 início da decisão da visita. Primeiro chegou, a SEDESE, encaminhou para o Conselho  
1078 Estadual, essas situações de providências dos municípios. Foi pra comissão de apoio. E a  
1079 comissão de apoio é que deu encaminhamento e que foi aprovado pelo Conselho Estadual,  
1080 da visita do CEAS. Então esse que foi o fluxo. **Conselheira Gilvânia:** OK. Então já é um  
1081 fluxo estabelecido. É só pra gente tomar, estar acompanhando juntos, em paralelo. OK.  
1082 **Presidente:** Bom então nós terminamos assim esse item. Que é os informes. Eu penso  
1083 que, nós estamos com um horário aqui, são onze e meia. Ta. É só pra ver a proposta. A  
1084 comissão de normas, como é que ela ta? Podemos ir com comissão de normas então?  
1085 Letra B da letra F, ta gente. **Conselheiro Marcelo,** por favor. **Conselheiro Marcelo:** A  
1086 nossa coordenadora não pode comparecer, a Ana Paula, por motivo de trabalho. Mas a  
1087 comissão, ela estava praticamente com todos os seus membros. Somente com a ausência  
1088 então da Ana Paula, por motivo de trabalho e do Márcio Caldeira. E tivemos também a  
1089 participação do Conselheiro Marcos Vinícius, que tomou posse hoje. Mas ele também  
1090 participou da nossa reunião. E já se colocou a disposição de compor essa comissão. Bom,  
1091 os nossos pontos são usinas. O ponto primeiro é PCH Tróia, conforme deliberação da  
1092 plenária ordinária 166<sup>a</sup>. A comissão de normas realizou na sede do CEAS, em 14 de  
1093 março de 2012. Reunião com o conselho municipal de Leandro Ferreira e com o  
1094 empreendedor Lisboa. Para discutir sobre o impasse em relação à implantação do Posto de  
1095 Atendimento Social, no município PCH Tróia. Na reunião estiveram presentes vários  
1096 representantes. Dentre eles Carlos Henriques Torres e Renata Larbone, representantes da  
1097 Luz Boa. Luiz Sebastião Fidelis, representante do Conselho Municipal de Leandro  
1098 Ferreira. Ruth Silvo. Diretora do departamento municipal de assistência social. Elder  
1099 Correia, assessor da prefeitura. E os conselheiros Márcio Caldeira e Guilhermina,  
1100 Guilhermina Torga. E as técnicas, Rosalice e Luciana. Os representantes do município do

1101 empreendedor apresentaram as suas dúvidas em relação ao atendimento da equipe dos  
1102 postos nas comunidades. Sobre os equipamentos disponibilizados pelo empreendedor, e os  
1103 dias de atendimento no município de Leandro Ferreira. Após devidos esclarecimentos,  
1104 ficou acordado que o empreendedor deverá cumprir imediatamente, o disposto na  
1105 resolução 348, que aprovou o PAS PCH Tróia. E ainda que equipe do Posto deverá  
1106 elaborar e apresentar ao Conselho Municipal de Leandro Ferreira e Bom Despacho. Um  
1107 plano de trabalho das ações que desenvolveram nas comunidades. E que será a partir de  
1108 um diagnóstico. A sugestão do encaminhamento foi acatar o que foi acordado na reunião  
1109 de 14 de março. Senhor presidente. **Presidente:** É ponto de deliberação. Algum... está  
1110 aberto aos conselheiros. Algum questionamento? Perguntas? Não. OK. Então de acordo  
1111 com o encaminhamento. **Conselheiro Marcelo:** O segundo ponto é da PCH Mucuri. Nós  
1112 recebemos um e-mail de 08/03/2012. A Construtora Queiroz Galvão, responsável pelo  
1113 empreendimento PCH Mucuri, instalada nos municípios mineiros de Carlos Chagas e  
1114 Pavão. Solicita reunião com a diretoria do CEAS, para discutir sobre o processo da  
1115 referida usina. Eles nos enviaram então um documento, solicitando reunião com a mesa  
1116 diretora. Eu vou deixar, se vocês me permitem. De relatar a contextualização do processo,  
1117 porque vai se discutir isso na reunião da mesa diretora. E conforme proposta apresentada.  
1118 Entretanto, diante do que foi apresentado pela técnica. Pela técnica do nosso Conselho.  
1119 Foi destacados alguns pontos que são muito relevantes e que precisam ser discutidos com  
1120 o empreendedor. Diante disso, nós fizemos um encaminhamento, de solicitar, de  
1121 encaminhar ao empreendedor, atendendo a sua solicitação. Mas com a reunião, não com a  
1122 mesa diretora, mas com a comissão de normas. Isso até inclusive, numa conversa que  
1123 tivemos com o presidente. Considerando a responsabilidade que a mesa diretora tem. E as  
1124 especificidades que a comissão de normas detém. Então, considerando isso, nós fazemos o  
1125 encaminhamento de que essa construtora, esse empreendedor, não reúna com a mesa  
1126 diretora. Mas com a comissão de normas, em data a ser definida. **Presidente:** OK. Algum  
1127 questionamento? Colocação dos conselheiros? OK. Penso que é o melhor  
1128 encaminhamento, é a comissão. Acho que não temos que. Primeiro eu acho que a gente  
1129 precisa socializar mais, descentralizar mais. Os conselheiros estão todos muito bem  
1130 capacitados pra isso. E mesmo porque, tem situações que são trazidas e que primeiro têm  
1131 que ser conhecidas pela comissão. Não faz muito sentido à gente estar, de repente receber  
1132 um questionamento no que diz respeito à decisão, sem ouvir a comissão. OK. A comissão  
1133 de normas então venceu. Eu vou voltar aqui só numa questão de encaminhamento. Sobre a  
1134 Consolação vai falar a respeito da capacitação. **Consolação:** É rapidinho, é os  
1135 encaminhamentos que foram gerados ontem na oficina que nós tivemos na parte da tarde.  
1136 Então ficou acordado pela comissão que a secretaria executiva vai encaminhar todo o  
1137 material, que a gente discutiu ontem. Mais uma síntese desse a todos os conselheiros. Mas  
1138 que hoje necessariamente teríamos que passar algumas questões de encaminhamento, na  
1139 plenária. E só um parêntese né? Uma pena de quem não pode estar presente. Que foi  
1140 riquíssimo, os conselheiros depois podem se o presidente, se achar devido, até comentar  
1141 um pouco como é que foi essa capacitação, que ela realmente foi muito rica. Você projeta  
1142 pra mim Rosa, por favor? Porque só tem ali, ta gente? Na telinha. Então  
1143 encaminhamentos, repensar formas de comunicação do CEAS para com os conselhos  
1144 municipais. E porque está colocado isso aí. Porque todo ofício que a partir de hoje, se  
1145 assim a plenária julgar devido. A serem encaminhados para os conselhos municipais. Ao  
1146 invés de ser aqueles de cobrança, conteúdo de cobrança, quando a gente às vezes fazia. De  
1147 pedir esclarecimentos. A gente vai mudar esse tom do ofício. É um ofício de apoio, de  
1148 levantamento de questões, então a nossa cobrança. Monitorar retorno, então já é uma  
1149 construção dessa questão dos retornos. Que a gente também tem visto que alguns, a gente  
1150 tem alguns problemas, por mais que a gente cobre, em relação até há contatos telefônicos.

1151 E viagens a municípios para atender questões de demanda de conselhos e não de gestão.  
1152 Então essa foi uma primeira proposta. A outra, priorizar a participação nas URCMAS.  
1153 Elaborar um plano de capacitação específico do Conselho Estadual, para os conselhos  
1154 municipais e secretarias executivas. Bem como lideranças comunitárias e a rede sócio-  
1155 assistencial, entendendo aí, as lideranças e as redes, quem são possíveis conselheiros, os  
1156 profissionais também, são possíveis conselheiros. Então a gente ontem, chegou a essa  
1157 conclusão, desse sentido dessa capacitação. Em virtude disso, nós tínhamos que rever o  
1158 planejamento do Conselho, pra que a gente possa dar novas prioridades. Se não a gente  
1159 não teria também condições de estar apoiando, da forma que a gente está pensando a  
1160 proposta acima. E pautar então um novo encontro, pra discutir esses pontos da oficina, e  
1161 dar a formatação ao novo planejamento e a elaboração desse plano de capacitação do  
1162 conselho. É isso senhor presidente. **Presidente:** Está aberto, para os conselheiros. Eu não  
1163 sei se conselheira Nívia esteve conosco ontem? Eu estava viajando. Não. Bom, penso eu  
1164 que, quero respeitar os encaminhamentos. Agora, contudo eu acho que o primordial aí é  
1165 realmente fazer, pactuar um novo encontro, pra poder discutir. Porque são  
1166 encaminhamentos que, sem nenhum sentido pejorativo, atropela um planejamento já  
1167 construído. E os dois eu acho difícil a gente poder cumprir. Então precisa fazer uma nova  
1168 discussão, e aí encaminhar para uma priorização mesmo. OK. Pode ser assim? OK. Então  
1169 vencemos esse encaminhamento. E aí eu gostaria ainda de aproveitar. E como a comissão  
1170 de política vai falar do plano estadual de capacitação. Penso que a gente pode gastar um  
1171 tempo um pouquinho maior. E a gente poderia avançar. E falar da proposta da nova  
1172 recomposição do Conselho. E eu passo pra Consolação. Pra fazer esse encaminhamento.  
1173 Que tem um ponto na letra G, vocês vão ver aí pra deliberação. Ela vai falar então da  
1174 proposta. Porque o último item já está vencido. **Consolação:** Bom, então a proposta. De  
1175 acordo com o regulamento, a gente teve a última resolução 383 que dispôs sobre o  
1176 processo de preenchimento das vacâncias. Foi nesse processo que os atuais conselheiros  
1177 que empossaram hoje da sociedade civil, participaram. Lá consta disposições gerais,  
1178 artigo 16, que após esse processo, caso permaneça vacância no CEAS. Procederá a  
1179 composição por meio de carta convite, para uma entidade ou Conselho que a plenária  
1180 assim deliberar. Então o quê que nós temos ainda de vacância. Pela categoria de entidade  
1181 de assistência social, nós temos duas vacâncias de suplência. A terceira e a quarta  
1182 suplência. Pelo governamental de conselhos, nós temos uma vacância ainda. É uma  
1183 suplência. E pela categoria não governamental de conselho, nós temos três vacâncias.  
1184 Uma titularidade e duas suplências. Sugestão: pras entidades, verificar aqui em plenária,  
1185 indicação de entidade em âmbito estadual. Porque âmbito estadual? Em que pese também  
1186 a discussão que fizemos ontem, em relação a representação, representatividade. A nossa  
1187 lei estadual fala que a entidade ela tem que estar presente no mínimo em dois estados. Em  
1188 dois municípios. Estou pensando nacional. Em dois municípios. E aí a gente, teria que  
1189 estar indicando se ela não tem inscrição, por exemplo, em dois municípios, ela pelo menos  
1190 desenvolve uma atividade no outro que é relevante. Isso através inclusive de atestado do  
1191 conselho municipal do outro município. No caso de conselho governamental, como esteve  
1192 presente, lá na conferência. E foram eleitos, e lá receberam votos. O conselho de Santa  
1193 Cruz de Salinas e de Montes Claros. Nós já tínhamos feito um contato com Santa Cruz de  
1194 Salinas, que não manifestou um prazo que o conselho dispôs pra plenária passada. Não  
1195 soube interesse. E aí ao seguinte é o conselho de Montes Claros, então trago aqui, essa  
1196 sugestão que a gente faça o convite então ao conselho de Montes Claros. Respeitando  
1197 aquilo que saiu na conferência inclusive. As pessoas participaram, foram votadas. O outro  
1198 encaminhamento pra conselho municipal não governamental. Nós temos alguns conselhos  
1199 que estiveram presentes, que se candidataram também na época da conferência. Nós  
1200 temos o conselho de Pirapora, se candidatou pra não governamental. Recebeu três votos



1201 inclusive, mas ele não estava presente. Desrespeitando o regulamento, por isso ele foi  
1202 retirado na época. O Conselho de Gouvêa e de Já Paraíba. Gouvêa da regional de Curvelo  
1203 e Já Paraíba, Divinópolis. Candidataram-se na categoria governamental e não receberam  
1204 voto algum. Então talvez, por ter candidatado, poderiam ser conselhos também da gente  
1205 considerar. E poderia ser escolhido. A gente poderia escolher então dentro desses  
1206 conselhos, ou outros considerando que saiu ontem também, que quando a gente fala de  
1207 representação estadual, que a gente deveria levantar o aspecto da territorialidade. E sendo  
1208 assim, talvez o levantamento mesmo por regionais, para a gente ter uma maior  
1209 participação e representação dentro do Conselho. É isso senhor presidente. **Presidente:**  
1210 **Conselheiro Marcelo:** Quando você fala dos conselhos municipais  
1211 governamentais. Montes Claros tem uma conselheira municipal que também é da gestão lá  
1212 de Montes Claros, ela é assistente social. E ela tem reiteradamente, perguntando se há  
1213 possibilidade do Conselho Municipal de Montes Claros participar. Inclusive ela seria a  
1214 representante. É uma pessoa. O Geraldo conhece, é uma pessoa muito competente. Então  
1215 eu acho que se Montes Claros aceitar, nós vamos ganhar muito aqui com a participação  
1216 deste Conselho. **Presidente:** Dentro da linha que Consolação coloca. Penso eu que  
1217 Montes Claros pode ser contemplado. E lá essa pessoa que o Marcelo fala, eu conheço  
1218 bem. Participou da nossa conferência estadual e da nacional. E teve inclusive  
1219 interferência, foi constituído um GT, Ami deve lembrar aquele GT das entidades. Foi  
1220 construído e ela teve lá uma fala assim excepcional, e a fala foi incluída na construção da  
1221 normativa das entidades. Então é uma menina muito competente. Eu acho que se ela puder  
1222 vir, vai somar muito. Temos preocupações com Montes Claros. Que Montes Claros  
1223 sempre que vem aqui, nem sempre dá a continuidade, o atento da expectativa que a gente  
1224 tem que ter um processo. De ter um conselheiro aqui de forma contínua e permanente,  
1225 contribuindo com o coletivo. Mas ainda assim, eu penso que é uma pessoa muito  
1226 competente. **Conselheiro Marcelo:** É também só pra fazer um registro. Ela por ser  
1227 assistente social, ela hoje é a coordenadora da seccional, o CRESS, criou uma seccional  
1228 em Montes Claros, uma nova seccional. Então hoje nós temos três seccionais. Uma em  
1229 Juiz de Fora, outra em Uberlândia, e agora em Montes Claros. E é ela que coordena essa  
1230 seccional. É uma pessoa muito envolvida e comprometida. **Presidente:** Pessoal, mais  
1231 alguém? Alguma sugestão no que a Consolação nos traz aqui como sugestão de  
1232 encaminhamento? Não? Podemos fazer essa tratativa. O quê que você acha Ami? Sim,  
1233 pois não Ami. Por favor, passe o microfone pra ele. **Conselheiro Ami:** Eu gostaria de  
1234 sugerir uma entidade que eu conheço, participo dela no conselho fiscal. É uma entidade  
1235 que tem abrangência e atua no Vale do Jequitinhonha. E é o Fundo Cristão para Crianças.  
1236 Eu acho que é uma entidade que atende mais de 40.000 crianças aqui em Minas Gerais. E  
1237 tem um trabalho social, atende muito bem as políticas públicas de assistência social. Eu  
1238 gostaria de sugerir essa entidade. **Presidente:** Eu quero fazer um comentário. Quero  
1239 endossar a sugestão do Ami. Por conhecimento muito próximo das ações do Fundo  
1240 Cristão. É uma entidade muito séria, faz um trabalho realmente muito louvável, e tem  
1241 pessoas muito competentes pra estar somando. Precisamos saber se eles realmente vão ter  
1242 interesse. Né Ami? Nós vamos formular o convite e eu acho que eles vão somar muito.  
1243 Com toda a certeza. **Conselheiro Volney:** Engraçado, que na época das inscrições, eu até  
1244 falei com o Gerson, que é o presidente atual aqui. Pra que se inscrevesse o Fundo Cristão  
1245 aqui. E até pode reformular o convite, mas ele disse que o Fundo hoje, ele estava  
1246 preferindo em falar no nível de uma instância federal. Entendeu? Então eu acho muito  
1247 louvável. Eu fiz o convite diretamente pra ele mesmo. Eu acho bacana. **Presidente:** Nós  
1248 tivemos aqui num passado próximo, uma situação em que a gente não tinha a inscrição do  
1249 Fundo Cristão, no Conselho. Embora ele tenha atuação em várias cidades e municípios.  
1250 Inclusive no nordeste do país. Ele tem uma atuação muito grande no Ceará, mais

1251 especificamente região do Cariri. E Mucuri e Vale do Jetinhonha. Muito bacana. Porém a  
1252 gente precisa ver se de repente de lá pra cá, se eles fizeram alguma inscrição em qualquer  
1253 que seja o município. Porque a gente sabe disso. Mas aí a secretaria executiva faz esse  
1254 trabalho. Também Aninha, se você quiser conversar com o Gerson. Seu contato é maior é  
1255 com Gerson? OK. Isso dá uma ligada pra ele. Por favor, se você puder. Dá uma ligada pra  
1256 ela. Fala com ele que tem enrosco nosso aqui. Mas que nós gostaríamos de ver se. Ta.  
1257 **Conselheiro Volney:** Geraldo, só completando. Já Paraíba. Eu até fiz a conferência lá. E  
1258 provoquei, para que eles se inscrevessem pra fazerem parte do conselho aqui. Eu até me  
1259 surpreendi muito, eles não estarem na conferência. Mas eu acho assim, acho uma turma  
1260 muito engajada, um pessoal novo, com muita garra. E eu acho que vale a pena, reforçar o  
1261 convite, pra Já Paraíba. Uma cidade pertinho de Lagoa da Prata. Uma cidade bem  
1262 pequenina. As meninas em geral muito envolvidas mesmo. Eu me perguntei, porque eles  
1263 não estavam presentes na conferência? **Presidente:** Eu estou lembrando aqui. Pra não  
1264 ficar restrito a poucas indicações, a gente pode tentar também a KNH. A KNH tem  
1265 também atuação em vários estados. Rio Grande do Sul, Pernambuco, aqui também.  
1266 Também entradas no Fundo lá do Pernambuco lá, faz divisa com o Maranhão. Atuam no  
1267 Mucuri. E tem uma atuação legal. Só não sei se eles vão ter essa condição. Mas podemos  
1268 fazer um contato aí, pode ser com o Dr. James Andrews. É o advogado e é o consultor  
1269 dele aqui no Brasil. Eu sei que eles têm um assento no Conselho Estadual da Criança. Não  
1270 sei se eles teriam perna ou não, mas têm pessoas capacitadas, técnicos lá dentro, pode  
1271 trazer uma contribuição efetiva. **Conselheiro Márcio:** **Conselheiro Márcio:** É Márcio.  
1272 Com relação a essas indicações. Seria, como poderia ser feito. Eu estava olhando para a  
1273 minha entidade também. Estar ta dentro da diretoria da entidade. Pra vivenciar essa  
1274 possibilidade dessas indicações. Então esse momento, a ASSPROM, não teria uma  
1275 indicação. Mas eu poderia trazer uma indicação, sendo provocada pela diretoria da  
1276 entidade. É como a gente poderia estar conduzindo essa indicação que não passaria aqui  
1277 por essa plenária. **Presidente:** OK. Mauro. **Conselheiro Mauro:** Eu não conheço muito  
1278 bem. Mas um colega meu trabalha. Está fazendo um trabalho, nessa entidade, que é  
1279 chamada APAC. Ela trabalha no Mucuri, envolve o Mucuri, Jequitinhonha. E com  
1280 indígenas, quilombola, com criança e adolescente. Eu poderia estar vendo com eles essa  
1281 possibilidade. Eu não conheço muito bem, mas o meu colega trabalha nela. E eles estão  
1282 até fazendo esse trabalho lá com as comunidades quilombolas, indígenas e criança e  
1283 adolescente. **Presidente:** A APAC hoje, tem um trabalho excepcional. Excepcional. Estão  
1284 em várias localidades nossas. E inclusive, foi ponto até de reinvidicação desse Conselho,  
1285 para dar o parecer sobre a atuação dela, na área de assistência. Muito bem lembrado,  
1286 conselheiro Mauro. Podemos formular com toda a certeza, pra APAC. Eu penso que ela  
1287 vai poder somar. Se tiver essa situação de inscrição. Eu penso que sim. Tem atuação em  
1288 várias. E tem um trabalho muito bonito pra ser difundido. **Consolação:** Marcelo, nós  
1289 temos três entidades. Nós temos duas vagas. Aí, o encaminhamento. E diante da fala do  
1290 Márcio, aí eu não sei. Estou fazendo uma sugestão de encaminhamento. Que a gente dê  
1291 prazo, pra que essas entidades, a gente entre em contato com elas. Quem conhece e que  
1292 está inclusive indicando, que elas apresentam aqui a documentação, que foi pedida para o  
1293 processo. Porque tem que ser uma entidade de assistência social. Então que apresente a  
1294 documentação. E que a plenária então, dentro da pauta, da plenária descentralizada. A  
1295 gente volte naquelas que apresentarem. Que isso também não vai demandar muito tempo.  
1296 A gente pode inclusive fazer isso na presença até de outros conselhos. Essa recomposição  
1297 de vacância. Fica até um exemplo bom pros conselhos também. **Presidente:** Eu quero só.  
1298 O encaminhamento está legal. Só quero modificar um pouquinho, Consolação, proposta  
1299 de esse papel, acho que você enquanto secretária executiva. Precisa sempre fazer esse  
1300 contato. Até porque de repente você liga lá no Fundo Cristão, não, não tem inscrição

1301 nenhuma. Então a gente já sabe que. Mas aí vai um trabalho político nosso, fala: oh,  
1302 inscreve, por causa dessa situação que está somando, não é? E assim, concomitantemente  
1303 com os outros. Com as outras sugestões. Independente de nós enquanto conselheiros fazer  
1304 esse contato. Eu acho que só soma e fortalece. Mas aí o oficial fica por conta dela, mas  
1305 cada um de nós conselheiros faz essa situação. E aguardamos essa situação do Márcio, é  
1306 isso? OK. Pode ser assim pessoal? Pronto. Então o Mário dentro da semana ele dá o  
1307 contato. OK. Ta. Sobre as indicações, por exemplo, CRAS, sem movimentar, está com  
1308 Montes Claros e Já Paraíba. Pergunto? Tem outras indicações? Alguém sabe? Não. É  
1309 isso? **Consolação:** Pela resolução. É carta convite para uma entidade. Para entidade ou  
1310 conselho que a plenária deliberar. Então não tem uma ordem. Eu fiz assim só um  
1311 levantamento, pra saber assim. Alguém que já manifestou em algum tempo, algum  
1312 interesse de estar fazendo parte. E levando em consideração a questão da regionalidade,  
1313 territorialidade que discutimos ontem. Então por exemplo, se a gente for fazer  
1314 levantamento aqui. Cataguases já representa aqui Muriaé. Belo Horizonte, região  
1315 metropolitana, tem dois conselhos. Belo Horizonte e Lagoa Santa e temos Ituiutaba. Igual  
1316 a Monte Claros nessa cá. Aí Já Paraíba e Divinópolis. Esta sendo. Então a gente teria que  
1317 pensar, em outros de outras regiões. **Presidente:** Eu penso que nós podemos priorizar o  
1318 norte. Né? Porque a gente dá uma. Pode ser assim? OK. Marcelo. **Conselheiro Marcelo:**  
1319 Eu concordo na priorização. E eu acho que a gente deve atentar lá por Montes Claros  
1320 mesmo. Mas pra adiantar. Pode ser que Montes Claros coloque alguma dificuldade. Nós já  
1321 tivemos aqui, manifestação, de uma ex-conselheira, de conselho municipal  
1322 governamental. Que é do conselho municipal de Ouro Branco, a Sônia. Que já se  
1323 manifestou algumas vezes, até aqui, de inclusive vir participar. Até como ouvinte e tal.  
1324 Então de repente é uma pessoa também comprometida. Caso não consiga Montes Claros,  
1325 que a gente possa conversar como conselho de Ouro Branco. **Presidente:** OK. Alguma  
1326 outra sugestão? Não. Vão ver Curvelo está bem próximo da região. Quer dizer, o bem  
1327 próximo, na situação daquele pedaço nosso de norte, noroeste, é complicado. Mas pode  
1328 ser assim? OK. Montes Claros e Curvelo. Vencemos esse ponto de pauta. Sim. OK. Pois  
1329 não Fátima. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Juiz de Fora e zona da mata não podia  
1330 contemplar não? Tem aqui Juiz de Fora? **Presidente:** É nós estamos com Cataguases  
1331 dentro da regional. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Cataguases está dentro da região de Juiz  
1332 de Fora. Ah ta. Obrigado! **Presidente:** Eu quero concordar com vocês aqui uma situação.  
1333 São 3 minutos para o meio dia. E nós temos um compromisso com Roberta. Vai estar aqui  
1334 pra apresentar pra gente, Travessia. Às 14 horas. Aí eu queria consultar ao conselheiro  
1335 Volney, se a gente consegue aí num prazo de. Porque penso que todos nós vamos almoçar  
1336 aqui. Acho que uma hora e quinze é o suficiente. Penso, dá pra fazer essa apresentação  
1337 agora? Pois não. Pode ser assim pessoal? A gente estende mais meia hora. E aí a gente  
1338 tem só a apresentação de Travessia na parte da tarde. OK. E tirar o nome das  
1339 representações, tem o ponto de pauta. Ta. Tá OK? Mas a gente tenta vencer. Conselheiro  
1340 Volney então com... A comissão de política vai fazer a apresentação dele agora. É isso que  
1341 nós estamos concordando aqui. OK, Conselheiro Volney? **Conselheiro Volney:** Bom.  
1342 Então ontem, houve a apresentação do plano estadual de capacitação da SEDESE.  
1343 Apresentação e discussão do mesmo, pela diretoria de capacitação da SEDESE, com os  
1344 conselheiros do CEAS. Dentre as construções apresentadas para esclarecimentos  
1345 registramos correções a serem feitas pela SEDESE, no documento. Na página 2 do  
1346 documento, substituir o nome da superintendente Juanita, já desligada da SEDESE.  
1347 Tecendo a ela créditos pela contribuição ao plano. Página 16: Relação de conselheiros  
1348 será atualizada. Página 20: será feita correção do nome do gráfico. Página 30: inclusão dos  
1349 procuradores municipais, contadores, membros do legislativo e membros da secretaria de  
1350 fazenda, no processo de capacitação. Ainda que aja solicitação à OAB, para divulgação

1351 em seus canais de comunicação. Outras informações a serem alteradas: no quadro abaixo  
1352 foi verificado que somando as percentagens, registra-se somente 50% e não esclarece  
1353 quais seriam os outros vínculos empregatícios. A SEDESE ficou de repassa-los  
1354 novamente corrigidos. Na página 15, o gráfico apresenta os dados referentes às equipes  
1355 das diretorias regionais. Houve questionamento acerca do vínculo das equipes com a  
1356 SEDESE. Estatutários, Cargos comissionados, etc. A SEDESE que já dispõe desses  
1357 dados, comprometeu-se a re-elaborar esses dados, separando no diagnóstico a sua  
1358 vinculação. Houve questionamento acerca do tempo de atuação do conselheiro naquele  
1359 órgão. O nível de escolaridade e a sua relação com a representação. Foi indagada também,  
1360 se a representação governamental, que aponta a ocupação de gestor em 15%. Técnico em  
1361 21%. E coordenadora de área em 14%. Se esses dois últimos, ou seja, técnico e  
1362 coordenador de área, são da assistência social, ou de outras áreas? Foi sugerido que  
1363 buscassem a separação de escolaridade por categoria de representação e segmento. Ainda  
1364 que fizessem a correção, a correlação entre escolaridade e a representação de conselheiros,  
1365 bem como incluíssem na correlação de cadeiras de: tempo de atuação e participação em  
1366 capacitações. A SEDESE informou que não dispõe desses dados, no levantamento  
1367 realizado. Mas comprometeu-se a inseri-los no próximo diagnóstico. No tocante às áreas  
1368 de interesse. A partir da página 23, os dados referentes à proteção social básica. Não  
1369 correspondem ao gráfico correspondente que, somados é inferior a 60%. Também não  
1370 esclarece o que seriam outros. O que corresponderiam a mais de 40%. Considerando as  
1371 especificidades regionais de Minas Gerais, e também a distribuição dos municípios de  
1372 pequeno porte. 1 e 2. Salientando que estes representam mais de 90% do conjunto de  
1373 municípios do Estado. Os conselheiros solicitaram informações, dos interesses em  
1374 temáticas destacadas por regiões. Alterando também a forma de apresentação dos dados  
1375 para que fique mais didático. Houve solicitação de que sejam incluídas as ações de  
1376 monitoramento e avaliação para cada ação. Seus instrumentos de avaliação e impacto. No  
1377 anexo 1, quadro de metas e planejamento das ações. Também foi solicitado que incluam  
1378 como referência na avaliação e monitoramento, as seguintes perguntas: a capacitação tele-  
1379 presencial tem respondido efetivamente ao objetivo que se propôs inicialmente? Quantas  
1380 pessoas participaram do plano anterior? Onde estão estas pessoas? Qual a avaliação que  
1381 fizeram? Houve alteração? Impacto na gestão municipal, estadual, ou nos órgãos de  
1382 controle social? Sugestões: que a Lei do PROUNI, mencionada na NOB-RH, seja re-  
1383 visitada para levantamento legal. Sobre a obrigatoriedade de capacitação da assistente  
1384 social de uma entidade de educação. Que se busque celebração de parceria com a  
1385 assembleia legislativa de Minas Gerais. Para inserção dos conteúdos específicos de  
1386 assistência social, na programação da TV Assembleia. Considerando que o sinal da  
1387 mesma pode ser captado na maioria dos municípios do Estado. Conclusão, As  
1388 contribuições dos conselheiros do CEAS, foram entregues à diretoria de capacitação de  
1389 gestores e conselheiros de assistência social, da SUBA SEDESE, de forma que possam ser  
1390 avaliadas e incorporadas imediatamente ao plano de capacitação. Nos itens que já  
1391 possuem informações e nos demais. Comprometendo-se a subsecretaria, inclui-los nos  
1392 próximos documentos análogos. Indicação: pela aprovação. **Presidente:** Está aberto aos  
1393 conselheiros. Mayra, por favor. Pode pegar o microfone, por favor, e se identifica.  
1394 **Mayra:** Eu gostaria de dizer que muitas das alterações aqui ditas, já foi alterado no plano.  
1395 E que as de diagnóstico, aqui a gente vai mais ter um pouco de trabalho pra poder cruzar.  
1396 Já estão sendo repensadas para que sejam alteradas no documento. Mas acho que não  
1397 precisa passar. **Presidente:** Conselheira Gilvânia e logo em seguida Conselheira Nívia.  
1398 **Conselheira Gilvânia:** Então. Eu queria colocar, que a nossa discussão ontem,  
1399 presidente. Com relação a plano de capacitação estadual. Ela foi muito rica, e tudo que foi  
1400 pontuado pelos colegas, a gente pretende incluir na execução, principalmente mais do que

1401 no plano, na execução das ações. Porque foram sugestões muito bem vindas. Incluindo  
1402 aquela que o Marcelo fez da TV Assembléia. De disponibilizar conteúdo próprio da  
1403 assistência numa TV que tenha acesso a maioria dos municípios, capilaridade bem grande.  
1404 E dizer que esse plano, ele não está acabado. Como Mayra colocou ontem. A gente tem a  
1405 função de o tempo todo estar monitorando a renovação da equipe de profissionais nos  
1406 municípios, no próprio estado. Pra estar buscando os novos profissionais. E esse é um  
1407 trabalho contínuo que a gente pretende fazê-lo de forma bem sempre atualizando dados, e  
1408 estratégias e números de pessoas a serem capacitadas. Obrigada! **Conselheira Nívia:** Eu  
1409 quero fazer algumas considerações aqui. Eu participei também ontem da reunião da  
1410 comissão. Também considerei muito ricas as sugestões, as ponderações que foram feitas,  
1411 pelos conselheiros e gostaria de justificar o seguinte: eu faço sim aqui, o compromisso, de  
1412 fazermos incorporações precisas. Pra 2012, claro. Mas gostaria de fazer também algumas  
1413 outras considerações do que não pode ser não é possível ser incorporado imediatamente ao  
1414 plano de capacitação. Essa sugestão da parceria com a TV Assembléia. Ela é muito válida,  
1415 ela é muito pertinente, mas eu queria esclarecer aqui que nós fizemos várias consultas, a  
1416 vários canais de transmissão várias empresas que trabalham com essa ferramenta. Né? De  
1417 satélite, de TV fechada. De canal de TV fechado. E não é simples assim fazer uma  
1418 parceria com essas entidades. Primeiro porque, o custo de qualquer empresa. Seja ela  
1419 vinculada a órgão público, ou seja, ela privada. O Custo é muito alto. O aluguel de satélite  
1420 tem um custo alto. O segundo problema que nós temos. E aí eu estou explicando que é pra  
1421 que possamos fazer convênio imediato, em curto prazo. Nós temos as questões legais. Do  
1422 serviço público, todos nós gestores públicos sabemos disso. Que precisa passar por uma  
1423 série de normativas, que vão desde abertura de licitação, chamamento, pregão, registro de  
1424 preço. Vários mecanismos, trâmites que impossibilitam que nós definamos. Oh, queremos  
1425 fazer esse convênio com a TV Assembléia. Com A ou B. Né? Então hoje nós trabalhamos  
1426 com alguns convênios, que a gente vem fazendo aditamento de preços. Pra que a gente  
1427 não precise abrir um novo. Porque isso demandaria tempo e oneraria muito mais. Então, e  
1428 que vem atendendo com qualidade e com eficiência, então nós estamos, vamos dizer  
1429 assim, pegando carona com convênios que já existiam dentro da casa. Às vezes não feito  
1430 por nós, mas pelo Estado. Então há essa possibilidade. Então nós vamos estudar a  
1431 possibilidade, conversei com Roberta. Ela já havia feito anteriormente. Uma proposta,  
1432 uma conversa. Uma não? Várias. Mas não conseguiu a época, abrir o canal com a TV  
1433 Assembléia, por questões de contratação. Com relação à sugestão do que a lei do  
1434 PROUNI, mencionado na NOB-RH estabelece. Eu gostaria de informar novamente. Eu já  
1435 havia dito ontem. Que com o recurso federal que nós estamos já aguardando. Aproveito  
1436 faço só essa informação. Que na última reunião da CIT foi definido o critério de repasse  
1437 de recursos do MDS para os estados, para os planos estaduais de capacitação. Para cursos  
1438 de, na modalidade de pós-graduação. E que nós já estamos conversando com entidades  
1439 conceituadas, renomadas, nesta área. Pra fazermos então o nosso novo convênio para essa  
1440 modalidade de capacitação. Então, com relação ao cumprimento dessa regulamentação,  
1441 vocês podem ficar tranquilos, que nós vamos tentar fechar convênio, dentro da forma legal  
1442 que possibilita ao Estado de fazer. Com a mais renomada universidade, entidade de  
1443 educação possível. E aí também eu registro que nós não temos condições de fazer um  
1444 convênio direto com uma instituição, precisa passar pelos procedimentos públicos de  
1445 seleção, de preços, do cumprimento com alguns critérios que a gente tenha pré-  
1446 estabelecido. Então não é simples assim. Nós não temos como, não é como você ir numa  
1447 loja e comprar uma determinada marca. Eu quero comprar aquela marca. Então eu não  
1448 posso dizer, eu quero fazer convênio com a TV Assembléia. Nós tentamos convênio com  
1449 o Canal Minas Saúde, que é uma ferramenta que hoje, nós já temos uma parceria, em que  
1450 a gente acredita que vai ser um canal muito, de muita capilaridade. Principalmente nos

1451 pequenos municípios, porque o canal já vai até esses locais, esses municípios através de  
1452 capacitação da saúde. Então nós estamos pegando uma carona, pra capacitações na  
1453 intersetorialidade com a assistência social. No caso que nós temos hoje é o programa,  
1454 Curso Prevenção em Pauta. Do programa aliança pela vida. E aí não conseguimos de  
1455 imediato fazer convênio com o canal Minas Saúde, porque vimos que hoje, nós não temos  
1456 legalmente, condições financeiras de fazer o convênio com o Canal Minas Saúde, e é um  
1457 órgão ligado ao governo. Então o mesmo ocorre com a TV Assembléia. Então vamos  
1458 caminhar nesse sentido, vamos continuar fazendo essas avaliações, essas conversas,  
1459 procurando um caminho legal, pra que possamos fazer, mas de imediato, eu não tenho  
1460 como comprometer, a cumprir com este compromisso. Mas no mais, outras sugestões  
1461 aqui, já serão contempladas imediatamente. Por exemplo, quantas pessoas participaram do  
1462 plano anterior? Onde estas pessoas estão? Qual avaliação fizeram? Nós já temos isso. Já  
1463 foi feito inclusive com relação às ações de 2011, só que não incluímos no plano. Porque se  
1464 trata de um plano e não de um relatório. Mas podemos estar trazendo já pra apresentação  
1465 do Conselho, essas informações que a diretoria de capacitação já tem lá levantadas. Se  
1466 houve alguma alteração no pacto, na gestão municipal e estadual ou nos órgãos de  
1467 controle social. Temos que pensar, como que nós poderíamos ter fidedignidade nesse  
1468 levantamento. Que eu acho, eu particularmente, acho que se trata de uma questão muito  
1469 subjetiva. Você medir o pacto, em gestão, em gestão municipal, em gestão de controle, de  
1470 órgão de controle social. Eu acho muito, difícil da gente pensar em dados quantitativos.  
1471 Eu acho que isso se trata de uma questão qualitativa, e que também não pode ser medida a  
1472 curto e médio prazo. Eu acho que são questões que nós só vamos verificar daqui a alguns  
1473 anos. Eu acho assim que é uma atribuição muito difícil que está sendo colocada pra  
1474 SEDESE. Acho que nós temos que repensar isso aí. Nós estamos trabalhando com uma  
1475 subjetividade muito grande de uma política que já é muito subjetiva. Porque nós estamos  
1476 falando aqui de capacitação. De capacitação a distancia, em diversas modalidades. E  
1477 tratando-se de alcance de impacto em ações que estão ligadas, muito ligadas a gestão  
1478 pública. Que passa por um processo de rotatividade. Esse ano mesmo, um ano eleitoral.  
1479 Com certeza o ano que vem muito desses gestores que foram capacitados, não estarão lá  
1480 mais. Serão novos. Então como que nós vamos medir um público que já não é o mesmo.  
1481 Né? Então é uma questão que eu acho que é um pouco complicado da gente se pensar  
1482 agora. É importante, é interessante? Sim. Não estou tirando esse mérito. Mas eu acho  
1483 muito difícil, principalmente se tratando de uma parte da política muito nova, muito  
1484 recente, muito incipiente. O próprio ministério lançou em dezembro seu plano nacional de  
1485 capacitação. Eu entendo, já estamos a quase quatro anos frente do ministério, nesta  
1486 empreitada, nesta ação e nessa tarefa ousada. Eu acho que assim, então, pensando muito  
1487 aquém do que o próprio MDS hoje tem pra nos oferecer, pra nos dar como orientação.  
1488 Como parâmetro de orientação. E no mais as outras sugestões, as outras solicitações que  
1489 foram feitas. Algumas já estão inseridas. Mayra chegou lá ontem, reuniu com a equipe, já  
1490 fez várias correções e várias inclusões, do que foi sugerido. Eu acho que a hora que vocês  
1491 tiverem acesso à nova versão, vocês vão verificar que já está contemplado. Mas no mais o  
1492 que for possível de estarmos comprometendo. De cumprir com as sugestões, e as  
1493 orientações tiradas por este Conselho. Definidas por este Conselho. Podem contar com a  
1494 nossa total, nosso total comprometimento. **Conselheiro Marcelo:** Conselheira Nívia. Da  
1495 minha parte eu não tenho dúvidas de que a SEDESE na pessoa sua, como subsecretária,  
1496 acate tudo aquilo que é deliberado pelo Conselho. Eu só quero fazer uma reflexão. Ontem  
1497 nós discutimos o plano, deliberamos, estamos trazendo para deliberação pontos que foram  
1498 colocados, para serem acrescidos ou alterados. E isso passa por deliberação. Está certo  
1499 presidente? E, portanto, a indicação que está aqui é pela aprovação. E aí a questão de até  
1500 mesmo como sairá à resolução. Porque a resolução ela vai aprovar a proposta de

1501 aprovação. Mas, como fica? E aí é uma dúvida presidente. Como ficam as propostas de  
1502 alterações que foram feitas, a gente ouviu aqui o compromisso do estado, na pessoa da  
1503 Conselheira Nívia, dizendo que acata alguns, mas outros são impossíveis acatar no  
1504 momento. Então assim, é só mesmo pra gente ter essa compreensão na hora de fazer essa  
1505 resolução, como que ficará isso? É uma dúvida que eu coloco aqui. **Conselheira Nívia:**  
1506 Marcelo eu quero esclarecer. Permita-me talvez não tenha ficado muito claro, do quê que  
1507 é proposta concreta. Eu acho que a gente teria que fazer essa discussão. Fazer uma  
1508 separação. Algumas propostas concretas já estão inseridas no plano. Nós já fizemos  
1509 algumas adequações ontem mesmo. Algumas propostas nós temos como apresentar pra  
1510 este Conselho como eu disse. Por exemplo, avaliação de 2011, isto nós já temos pronto.  
1511 Não trouxemos ontem porque não fazia parte da proposta. A gente trouxe uma proposta.  
1512 Nós temos como pautar, pra uma próxima reunião para estar apresentando pros  
1513 conselheiros. Outra proposta, outra sugestão que consta aqui neste documento, que acho  
1514 que nós não temos como. Porque aqui na conclusão pede que sejam avaliadas e  
1515 incorporadas imediatamente ao plano. Então eu acho que nós temos que levar em  
1516 consideração, que algumas sugestões não têm como a gente incorporar imediatamente. É  
1517 processo. É isso que eu quis dizer. **Mayra:** Posso só falar uma coisa, rapidinho. Ah,  
1518 inscrição. **Conselheira Nívia:** Talvez a gente tenha só que separar, o quê que já foi  
1519 incorporado. O que foi sugerido e já foi incorporado. O quê que não tem como ser  
1520 incorporado imediatamente, mas que a gente faz o compromisso de incorporar ao longo  
1521 do processo, ou para os próximos planos. O quê que é questão subjetiva que cabe uma  
1522 reflexão deste Conselho. Nós vamos definir isso como uma meta a ser cumprida pelo  
1523 Estado. Ou como uma reflexão, ou como uma ferramenta pra gente pensar daqui pra  
1524 frente. Para as nossas próximas ações de capacitação. **Presidente:** Mayra, logo seguida a  
1525 Conselheira Gilvânia e a Consolação. **Mayra:** Sobre esse ponto. Se houve alteração no  
1526 impacto da gestão municipal. Ontem na nossa discussão eu havia entendido que isso não  
1527 iria constar no documento do plano. Mas seria uma conscientização de que nós iríamos  
1528 fazer, para o decorrer da execução do plano. **Conselheira Gilvânia:** Eu também entendi  
1529 isso. Assim, porque exatamente isso, por causa dessas questões de ser difícil de mensurar.  
1530 E aí, era um, eu acho que foi uma contribuição muito bacana, que foi dada, para que a  
1531 gente comece desde o início da execução, a perceber essas questões de impacto, de fazer  
1532 formulários específicos, de medir e tentar mensurar essa questão. Que como até a  
1533 Consolação disse aqui ontem, trazendo a contribuição, que nem o governo federal ainda  
1534 tem esses parâmetros pra medir essa questão. Que a gente fala de qualitativa. E aí na  
1535 minha percepção do que ficou ontem, seria isso. Não estaria constando no documento,  
1536 mas é uma questão que nós, ficaríamos atentas pra medir, com este comprometimento de  
1537 estar medindo, isso no decorrer da execução do plano. **Presidente:** Penso que a  
1538 observação feita por Mayra, pelo balançar das cabeças de quem participou. Está aprovada.  
1539 Talvez mudar aqui a forma de redação. Mas, Conselheira Gilvânia. **Conselheira**  
1540 **Gilvânia:** É isso mesmo. A minha diretora Mayra me contemplou totalmente. A gente  
1541 está falando aqui nessas duas questões de uma avaliação de processo, de execução, para  
1542 agora em diante. OK. **Presidente:** A Consolação vai fazer uma razoada aqui. Só que antes  
1543 dela falar, eu queria me manifestar e dizer o seguinte. Tem a Nívia, a Conselheira Nívia  
1544 que coloca uma justificativa, não foi uma explicação. E todos nós aqui, todo mundo  
1545 conhece bem, como é que é essa situação de mídia mesmo. A gente sabe como é que é  
1546 isso. A segunda situação. E aí a gente precisa entender. Não é questão de querer. É  
1547 precisar entender. A segunda situação é: como conselheiro, eu diria que esse processo,  
1548 também dentro da sua justificativa, tem um processo aí. Que a gente sabe ocorre em todos  
1549 os conselhos, em quase todos os conselhos de forma generalizada. Fica parecendo que são  
1550 as ondas do mar. Elas vão e vem. Isso não impede de a gente estar procedendo uma

1551 qualificação, ainda que, tem essa situação observada por Mayra. Porque, a gente sabe que  
1552 nesse país, com a flexibilização dos direitos trabalhistas e as admissões por várias formas,  
1553 de contratação por todos os entes federados, nas três esferas de governo. Eu te diria um  
1554 quantitativo muito maior hoje na esfera federal. Isso flexibiliza direito, e isso inclusive é  
1555 que banaliza a execução com comprometimento de 100% de toda e qualquer política.  
1556 Porque não é só os militantes, não é só a sociedade civil organizada. É também esse idoso  
1557 que são contratados por RPA, por contrato temporário, por contrato que é por CLT, por  
1558 concurso público, por pregão. Por pregão. E aí o quê que se acontece, fica parecendo o  
1559 trem da alegria. Entra um partido e leva a sua turma. Sai um partido e leva outra turma. E  
1560 o pior que está tão banalizado hoje, que o mesmo partido entra uma turma e sai uma  
1561 turma. Então quer dizer, se a gente for nesse vai e vem das ondas do mar. A gente vai ter  
1562 uma situação de segurança, então não podemos ir por aí. O fato é que nós precisamos  
1563 treinar. Aferir essa situação é outro caso. Como presidente do conselho, eu quero entender  
1564 a justificativa sua. É realmente uma justificativa. E aí, tendo esse entendimento, a minha  
1565 proposta é que a gente possa trabalhar uma resolução naquilo que é cabível, conforme foi  
1566 sugerido e replicado aqui pelas três. Agente faz a aprovação. É aquilo que está, que será  
1567 um tratamento a miúdo para gente não deixar o ditado. De fazer cumprir o ditado “água  
1568 mole em pedra dura”... a gente coloca como recomendação. Mas aí não vai sair da  
1569 resolução. Vai estar como recomendação. É a minha sugestão, mas eu vou passar pra  
1570 Consola. **Consolação:** Em termo de esclarecimento, eu acho que eu não preciso fazer  
1571 nenhum, porque eu acho que todo mundo já fez aqui. É só de encaminhamento e  
1572 contemplando, tá senhor presidente? É, a questão da gente fazer a resolução de aprovação  
1573 e um ofício com este documento formalizando esse documento com esses indicativos.  
1574 Porque dentro dessa matéria, acho que fica até esquisito você colocar algum tipo de  
1575 consideração ou recomendação, dentro da resolução. Isso ne, do meu ponto de vista. Então  
1576 acho que seria interessante, a gente faz só a resolução e um ofício do jeito que o senhor  
1577 falou. **Presidente:** Alguma outra contribuição? **Conselheiro José Fernando. Conselheiro**  
1578 **José Fernando:** Presidente, ontem o senhor não esteve nessa discussão. Mas eu acho que  
1579 até em forma de contribuir. Nós inclusive colocamos nas capacitações, não somente pra  
1580 conselheiros e pra gestores, mas chamando as lideranças. Pensando nisso. Que ainda  
1581 havendo nesse país, essa mudança, essa rotatividade profissional. Esse profissionais eles  
1582 continuam na política, seja em um outro município. Então nós fizemos a incorporação  
1583 ontem na capacitação. Os modelos em formas de estratégias de capacitação. De incluir  
1584 lideranças, de incluir entidades, de incluir. Independente de ser um ano eleitoral, esse  
1585 profissionais vão estar no sistema. Então onde quer que eles estejam em Minas, é  
1586 importante a gente não delimitar muito isso. E aí eu acho que isso ficou muito, ficou  
1587 muito avançado ontem na discussão. Por causa desse problema que o senhor acabou de  
1588 colocar aí. Né? **Presidente:** Obrigado. Eu fico feliz que não estou fora da compreensão  
1589 mesmo não tendo participado. Mas considere o puxão de orelha. Obrigado. Não, não eu  
1590 sei. Brincadeira. Mas na verdade tem hora que é assim mesmo. Eu tive que pegar um  
1591 avião aqui, de noite, chegar onze horas, aí tive que pegar um carro pra viajar seis horas,  
1592 voltar. E pegar outro avião e chegar ontem de noite, pra andar pra estar na plenária. Mas a  
1593 vida da gente é assim mesmo. Mas penso que os considerados foi muito rico. Pelo que eu  
1594 estou vendo aqui, alguns já manifestaram alguma coisa. Foi bacaníssimo. Quero fazer  
1595 duas observações. Eu fico triplamente feliz, nessa manhã, pelas situações que foram  
1596 trazidas, de ganhos que nós tivemos. As duas resoluções são ganhos de recurso federal.  
1597 Isso me deixa feliz, porque primeiro, o nosso Estado tem uma contemplação ampla, em  
1598 função de que a gente tem pouquíssimos municípios em gestão inicial. São quantos?  
1599 Noventa por cento? Vinte e oito municípios. Isso representa três por cento, dos municípios  
1600 em gestão inicial. Então é mais dinheiro pra nós. Então isso me deixa feliz. A segunda



1601 situação que me deixa feliz. É ver o governo federal, pelo menos com um pouquinho de  
1602 sensibilidade, de que o dinheiro que é arrecadado, de toda a população enquanto  
1603 contribuinte, dos municípios. Precisam ser revertidas pros municípios. E Estado enquanto  
1604 entes federados. A terceira situação é que, nele também traz uma outra contemplação pra  
1605 nós. E aí eu diria mais pro corpo técnico nosso, com a técnica Rosa, nossa querida técnica  
1606 Rosa. A Nilce, as demais. Tanto tempo já trabalhando, viajando numas “cangaia” de uns  
1607 carros. Que mais oferece risco de segurança do que de uma locomoção. E aí houve esse  
1608 entendimento, quero aqui enaltecer e elogiar o nosso ex-secretário de estado Wander  
1609 Borges. Porque ele fez questão de ligar pra gente e falar: presidente, assumi o  
1610 compromisso, nós vamos comprar uma caminhonete. Não me venha não, não que Fiat  
1611 Uno, na época. Nós queremos uma caminhonete dupla, com ar condicionado, com tudo  
1612 que nós temos direito. Não é porque o presidente é mais bonito não. Porque eu sei que  
1613 sou. Mas é porque este Conselho ele merece. Esse colegiado merece. Esse colegiado é  
1614 permanente, nós somos passageiros. E eu sou passageiro também enquanto presidente.  
1615 Então ele vai ficar aqui para o Conselho, e mais especificamente para os técnicos, que têm  
1616 realmente que ter segurança pra viajar. E o nosso querido motorista que é o nosso anjo da  
1617 guarda na estrada. Vamos deixar de falar das ocorrências que nós tivemos de risco. Agora  
1618 precisamos falar do que vem por aí e que é muito bom. Então por favor, meus parabéns  
1619 enquanto conselheira. E leve, por favor, ao Wander Borges, que isso é gestão dele. A  
1620 minha felicidade em receber mais essa, com alegria, esse benefício que é trazido ao  
1621 colegiado. Pois não? **Geralda:** Geralda, em plenária. Eu queria só registrar aqui, que o  
1622 secretário quando saiu, no último dia que ele trabalhou conosco. Ele me chamou na sala  
1623 dele e pediu. Fez algumas recomendações, enquanto eu estivesse na secretaria. Que assim  
1624 que saísse o carro do CEAS, que eu informasse pra ele, porque ele gostaria de saber. Que  
1625 ó eu queria ter sido a pessoa a dar a notícia pro Geraldo. Mas como eu estou saindo, eu  
1626 quero só saber, pra eu ter a tranquilidade que a gente cumpriu esse compromisso, porque  
1627 foi uma promessa que eu fiz para o Geraldo. E agora que eu estou lembrando disso. E aí  
1628 eu tentei falar com ele ontem, assim que eu recebi o e-mail, de que o carro já estava lá no  
1629 pátio. E tal. Mas eu não consegui falar. E fiquei, fui informada no gabinete dele, de que  
1630 ele estava viajando. O telefone dele só dava fora de área. Então Geraldo, depois se você  
1631 puder dar uma ligadinha, fala que eu tentei avisar pra ele, só pra ele saber. Então ele vai  
1632 saber pelo menos de você. Hoje por sinal é aniversário dele. Já tentei falar com ele hoje,  
1633 mas o celular continua desligado. **Presidente:** Eu tentei também e não consegui. Mas e aí  
1634 eu falei que a felicidade era tripla. Dei o corte aqui para a Nívia poder responder. E a  
1635 terceira é ver assim o cumprimento de uma pauta. Numa parte da manhã. Com todas as  
1636 inversões e tudo. E aí é mérito de todo o colegiado. Em eficiência e eficácia, fez cumprir  
1637 essa tarefa. E nós vamos ficar com muito pouca coisa pra parte da tarde. Que é a  
1638 apresentação do Travessia. A segunda situação é o item de pauta que foi solicitado pelo  
1639 conselheiro Francisco. E nós temos aqui alguns encaminhamentos, que é rapidinho. Que  
1640 eu gostaria de fazer de uma vez. Nós temos alguns indicativos pra fazer de eventos. A  
1641 assembléia legislativa do estado, dia 22 de março, nove e trinta, e de quatorze Às dezoito.  
1642 Trata da comissão de representação do seminário de pobreza e desigualdade. A gente  
1643 participou lá atrás, nas comissões. Demos a contribuição efetiva deste Conselho. Mas a  
1644 gente precisa ter alguém que possa acompanhar isso aqui. Eu gostaria que os conselheiros  
1645 se manifestassem a respeito. O Conselheiro Márcio participa desde o início dessa situação.  
1646 Conselheiro Francisco também participou de parte. Então nós precisamos ter esse  
1647 indicativo pra esse dia. Acho que o Conselho precisa se fazer presente. Vocês vão  
1648 pensando aí. Dia 22 de março, de nove e trinta e de quatorze às dezoito. Nós precisamos  
1649 atender também, o Conselho Municipal de Ibitité, junto à secretaria executiva do  
1650 Conselho Estadual. O Conselho de Ibitité. Ta. E aí nós estamos atendendo uma solicitação

1651 deles, de capacitação. Que eles virão aqui. Na secretaria executiva. Mas é importante que  
1652 tenha também um conselheiro pra acompanhar, ou vários. Quanto mais tiver melhor. A  
1653 gente faz o indicativo de quem pode participar e comunga essa agenda. Acho importante  
1654 que tenha conselheiro, precisa ter. A União de Conselhos do município de Poços de  
1655 Caldas. Também pede uma data. Nós já fizemos uma descentralizada e ampliada lá. Os  
1656 conselheiros que participaram haverão de se lembrar. Mas eles também fazem essa  
1657 solicitação. Então precisamos ver quem está disposto, pra gente estar mais próximo e levar  
1658 essa situação lá. A união de conselhos lá no sul de minas, em Poços de Caldas, ela não se  
1659 consolidou. Embora vários conselheiros estiveram, eu estive, o conselheiro José Ismar  
1660 esteve também. Conselheiro Marcelo esteve. Eu penso que o conselheiro Marcelo podia  
1661 retornar. Ela gosta muito lá do circuito das águas. E está aproximando lá a ... O segundo  
1662 seminário regional do SUAS, vai ser em Passos, dia 28 de março. As oito horas, segundo  
1663 seminário regional do SUAS e vai ser realizado em Passos. OK? E precisamos ter também  
1664 um indicativo. Eu não poderei estar presente, embora eu gostaria de estar presente. Mas  
1665 estarei contemplando o aniversário de quem manda em mim, já há trinta e cinco anos.  
1666 Então? E tem uma capacitação de Arcos. E Arcos se compromete estar com mais dez  
1667 municípios circunvizinhos pra aproveitar o momento. E eles dão aqui as datas de 02 e 03  
1668 de abril, 09 e 10 de abril, 12 e 13 de abril. Então eles deram três datas, pra que a gente  
1669 pudesse se encaixar em uma delas e se manifestar. Dois e três de abril, nove e dez e doze e  
1670 treze. E tem uma outra de 28 e 29 também, parece. Março não dá mais. Há tem a questão  
1671 do tempo de diária. E aí eu gostaria que vocês pensassem, manifestassem para a  
1672 Consolação, e acertassem uma agenda. OK. Eu perguntei no ouvido baixinho, Fernando  
1673 também falou que é bom que nós estamos atentos. A aprovação do plano. Então foi  
1674 colocado foi discutido, foi feito interferências. E aí a gente coloca mais uma vez pros  
1675 conselheiros. Mais algum questionamento? Inclusão? Não. Pela aprovação. Isso. E a  
1676 resolução. Está entendido a forma de encaminhamento? É isso? Todo mundo de acordo.  
1677 OK. Então por unanimidade está aprovado. Tenham todos um bom apetite. As quatorze  
1678 nós retornamos. Com a fala da Roberta, que vai falar sobre a Travessia. E o Francisco  
1679 inicialmente faz a intervenção dele, com o item de pauta aprovado. OK pessoal? Bom  
1680 apetite. Obrigado. **Parte da Tarde – Conselheiro Marcelo:** Boa tarde. Agradecendo já de  
1681 imediato a participação da subsecretária Roberta, que nos visita, ex-conselheira, nossa  
1682 amiga. Que eu convido pra fazer parte aqui da mesa. Danilo também nosso convidado,  
1683 que eles irão falar aqui pra gente sobre o Travessia. Então já de imediato. Do Programa  
1684 Travessia. De imediato já passo a palavra pra Roberta e Danilo, pra eles ficarem à  
1685 vontade. **Subsecretária Roberta:** Boa tarde a todos. Eu queria dizer que foi com alegria  
1686 que eu assumi esse convite. Até porque, desde que eu assumi lá a subsecretaria de projetos  
1687 especiais, a gente não teve oportunidade de vir a este colegiado, tanto pra apresentar a  
1688 subsecretaria como um todo. E especificamente pra apresentar o programa da qual ele  
1689 quase que é o carro chefe. Porque eu tenho o programa Travessia e o programa poupança  
1690 jovem, que agora virou processo estratégico. Então eu vou falar um pouco do programa  
1691 Travessia. Acredito que na apresentação, porque eu não a apresentação como um todo,  
1692 deve ter alguma coisa mais estruturada sobre a secretaria. Se não tiver também, a gente faz  
1693 esse painel pra vocês depois. Tá bom. Acho que eu vou ficar de lado, fica mais fácil.  
1694 Então vamos lá, só pra gente lembrar, o programa Travessia não é um programa novo, ele  
1695 é um programa que vem desde 2007. Ele foi concebido do ponto de vista metodológico  
1696 em 2007. E 2008 foi a sua primeira execução. Nós começamos timidamente no programa  
1697 Travessia, a gente começou com poucos municípios e depois a gente, ao longo do *time* a  
1698 gente foi aprimorando e expandindo para outros municípios. E lembrando que o programa  
1699 Travessia em 2011 ele teve um redesenho do programa como um todo. Por duas questões  
1700 que nos pontuaram a debruçar em cima dele. Quer dizer, eu assumi a secretaria já com

1701 esse desafio de redesenhar o programa. Porque nós tínhamos dois questionamentos fortes.  
1702 O primeiro foi quando nós fizemos a avaliação de impacto do programa. Quem fez foi a  
1703 UMFG, e a UFMG apontou algumas questões pra gente. Do ponto de vista da onde que a  
1704 gente tinha que caminhar para alguns redeseños dele. Ele trazia alguns impactos  
1705 significantes, mas do ponto de vista mais da estrutura urbana. E ao apresentar essa  
1706 avaliação de impacto para o governador. O governador nos deu três meses mais ou menos,  
1707 para redesenhá-lo todinho. Entendendo que, estavam colocados enquanto impacto do  
1708 programa, eram muito bons. Mas eram resultados basicamente de uma secretaria de obras.  
1709 Então ele disse, com as seguintes letras: Ou vocês o redesenham para ser um programa  
1710 coordenado pela SEDESE, que seja voltado para a questão do desenvolvimento social,  
1711 que ele tenha um cunho, aonde ele possa chegar mais nas pessoas. Ou então eu vou levá-  
1712 lo para a secretaria de obra, porque lá sim, a gente tem um conjunto de pessoas,  
1713 engenheiros especialistas pra fiscalizar obra. E a missão da SEDESE não é só obra. A  
1714 gente pode até fazer uma ação que tenha obra, mas essa não é a missão específica. Ao  
1715 avaliar as contas do programa, ele fez dois questionamentos pra gente. O primeiro deles,  
1716 ele perguntava assim. Porque vocês dão o mesmo valor de vídeo orçamento igualmente  
1717 para todos os municípios. Né? Se o programa tem como primícias de promover a inclusão  
1718 social produtiva da população, minimizar as privações que existem, porque que vocês  
1719 dividem igualmente? Quer dizer, os critérios para vocês pegarem vocês pegam os  
1720 municípios com IDH, faz um corte no IDH. Agora o que vocês identifica que de  
1721 diferença, do ponto de vista de inclusão, de determinadas ações que são diferenciadas, que  
1722 você deva dar mais ênfase, ao município ao outro, porque dividem o valor igual. Então  
1723 essa pergunta a gente não soube responder. Que é muito comum em políticas públicas,  
1724 você pega o orçamento, pega o número de pessoas que você, o número de municípios que  
1725 você tem que beneficiar e divide aquilo de uma forma, irramente. Achando que a gente é  
1726 eqüitativo isso. E o princípio da equidade ele é quebrado a partir da hora que você trabalha  
1727 de uma forma de divisão de igual. Quer dizer, equidade não é igual a igualdade. Ao  
1728 colocar isso, a gente também começou a pensar como que a gente poderia trabalhar essa  
1729 questão. Não só de entender melhor, o quê que a gente vai fazer nos municípios, de que  
1730 forma a gente vai fazer, e de que forma a gente partilhar esse recurso. Mas com alguns  
1731 indicadores que teriam substância, pra gente inclusive tecnicamente poder discutir isso  
1732 com os prefeitos. Ta. Então, isto posto, nos provocou de uma certa forma. A trabalhar esse  
1733 redesenho, e trabalhar esse redesenho já na prática. Então a gente traçou algumas linhas, e  
1734 fomos imediatamente pra rua, redesenhando e fazendo. Que foi, pra nós, eu digo assim,  
1735 agora no ano de 2012, foi um ganho muito grande. Porque tudo aquilo que a gente errou  
1736 fazendo, a gente veio ajustando agora em 2012 de uma forma mais sólida. Então ele tem  
1737 esse objetivo, como é que a gente faz isso? Quer dizer, basicamente a diretriz do  
1738 programa, a essência do programa é articular e integrar de forma bem convergente, as  
1739 ações do estado para chegar no município. Porque essa é a ferramenta que a gente usa. A  
1740 gente trabalha com a ferramenta da articulação em duas instâncias. A gente trabalha com  
1741 uma instância, do comitê de secretários de estados. E a gente trabalha com o comitê  
1742 técnico. Então nós temos dois comitês da secretaria envolvidos nesse programa. Nós  
1743 temos reuniões com o comitê técnico. Que é que são os técnicos que executam as ações.  
1744 E, a gente tem o comitê de secretários, de estados, que define as prioridades que a gente  
1745 vai trabalhar no ano seguinte, e define melhor as diretrizes do programa. E aonde a gente  
1746 faz, a gente faz nos municípios com menor IDH. A gente também teve uma provocação da  
1747 assembléia legislativa. Ao fazer a revisão do PPAG. Porque, a assembléia pontuava pra  
1748 gente a seguinte questão: nós estávamos focados apenas em algumas regiões. Que era  
1749 norte de minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Então a assembléia pontuou, falou:  
1750 Porque não expandir pra outras regiões? Então nós fizemos um redesenho também,

1751 pegando os municípios de menor IDH de outras regiões do Estado. De tal forma que a  
1752 gente tem hoje, uma amostragem de municípios do estado como um todo. Claro que se  
1753 concentra mais na região do norte, do vale do Jequitinhonha. OK? Bom, e nesse redesenho  
1754 provocado pela essa questão do tribunal de contas, aonde pontua pra gente. Vocês não  
1755 precisam copiar não que nós vamos deixar isso aqui. Depois a gente pede pra imprimir pra  
1756 vocês. Quando ele nos provocou dizendo como é que a gente dividiu o dinheiro? E ele  
1757 dizia também da questão do diagnóstico, foi aí que nós pegamos essa questão do porta a  
1758 porta. Pra gente identificar melhor essas privações pra que a gente pudesse estar  
1759 trabalhando. O Danilo vai explicar direitinho pra vocês, a metodologia do porta a porta.  
1760 Como é que a gente trabalhou, e nós vamos entregar também aqui pro conselho, um CD  
1761 que tem um consolidado dos mapas de privações dos municípios que nós trabalhamos o  
1762 ano passado. Então nesse consolidado, tem dos 45 municípios que nós fizemos porta a  
1763 porta. Dos 45, 35 nós fizemos usando a ferramenta do fundo, pra repassar dinheiro pros  
1764 municípios. Porque ao fazer esse diagnostico a gente do porta a porta, a gente passa um  
1765 aporte de recursos na área de custeio pros municípios, para ajudar os municípios nessa  
1766 questão da busca ativa, da visita domiciliar, pra facilitar pros municípios, fazer no tempo  
1767 que a gente precisa ser feito. Dos domicílios que a gente vai mapear. Então ele segue uma  
1768 lógica que é o seguinte: primeiro a gente seleciona os municípios, discute a seleção dos  
1769 municípios com os dois comitês. Depois a gente, a gente fala, roda o porta a porta, nos  
1770 municípios. Com o processo de capacitação. Por exemplo, 14 e 15 a gente estava em  
1771 processo de capacitação com a turma que a gente vai começar a rodar terça feira o porta a  
1772 porta, em 75 municípios. Que nós já estamos alcançando 75 este ano. Ao rodar o porta a  
1773 porta, e na medida que os municípios começam a bater de porta em porta e aplicam seu  
1774 questionário, fazendo esse levantamento pra identificação de privação, a gente digita. Os  
1775 municípios digitam esse questionário. Esse questionário cai num sistema que foi  
1776 desenhado para o porta a porta e automaticamente, ele tem a suas formas de cálculos que o  
1777 Danilo vai mostrar pra vocês como é que calcula o índice de pobreza multidimensional do  
1778 domicílio. A gente consegue ver o quão é pobre multidimensionalmente falando em  
1779 domicílio. E a gente consegue ver o quão é pobre o município, do ponto de vista do  
1780 índice. A gente calcula os dois índices, por domicílio e por município. Se eu estiver  
1781 falando bobagem você me corrige viu Danilo. E ainda assim, a gente consegue dentro das  
1782 variáveis, dentro das privações que a gente, avalia. A gente consegue também saber que  
1783 aquele pobre, tem um índice mais alto em determinada privação do que a outra. Nos eixos  
1784 da educação, da saúde e padrão de vida. Então é um dado extremamente rico, porque você  
1785 estratifica, do ponto de vista da pobreza multidimensional. É um pouco do que a gente  
1786 tentou desenhar no governo federal. Eu não sei como é que está isso. Aquele IDH Família.  
1787 Que você consegue fazer o índice, de desenvolvimento da Família. A gente consegue  
1788 fazer o índice de pobreza do domicílio, dentro desse domicílio a gente calcula, qual que é  
1789 a privação maior que ele tem. Entendeu? E a gente calcula também do município. O nosso  
1790 sonho é calcular do Estado. Quer dizer a gente tem um índice multidimensional de  
1791 pobreza do Estado de Minas Gerais. Esse pra nós seria o maior sonho. Porque do ponto de  
1792 vista de indicador. Você pode ter uma linha de base. Você as intervenções com o  
1793 programa, com esse conjunto de projetos que a gente está trabalhando. E isto posto, volta  
1794 aplicando. Você pode fazer de forma até, amostral. E com dados secundários, pra você  
1795 aferir o índice de pobreza do município. E se algum dia a gente chegar a calcular o índice  
1796 do Estado. Isso pra nós vai ser um avanço muito grande. Por enquanto do estado a gente  
1797 não conseguiu. E é importante lembrar, o Danilo vai reforçar isso. Essa metodologia que  
1798 nós estamos trabalhando da pobreza multidimensional. Ela não foi tirada do bolso, ela não  
1799 foi inventada dentro da SEDESE. Nós aportamos essa metodologia do PINUD, o PINUD  
1800 está testando essa metodologia em vários países. E o Brasil tem sido o primeiro país a

1801 pensar na possibilidade. Que eles estão chamando de re-visita, para aferir a privação da  
1802 pobreza multidimensional. Nós já temos um contrato com o PINUD, que nós já estamos  
1803 desenhando essa metodologia, como e que nós vamos aferir se o índice, teve alguma  
1804 alteração ou não desses municípios que nós estamos trabalhando. Então a gente faz o  
1805 mapa de privação, do município. A gente entrega para a prefeitura, pro município, esse  
1806 mapa de privação. Com o desenho das áreas aonde a gente mapeou, visitou. Entrega a  
1807 relação dos domicílios que a gente visitou, com o endereço. Entrega o índice dos  
1808 domicílios que nós visitamos e entrega o índice de pobreza multidimensional pra ele. Isto  
1809 posto, a gente vai para o plano travessia. Porque a gente já desenhou, já vimos quais são  
1810 as privações, já viu qual que é o índice de pobreza dele. A gente faz um plano estadual. A  
1811 gente senta e diz nesse comitê técnico, com as secretarias, como é que a gente vai intervir  
1812 com os projetos que são acoplados no programa travessia. Como é que a gente vai intervir  
1813 nessa realidade que a gente tirou essa fotografia. Esse plano feito. A gente começa a  
1814 execução e o monitoramento, e a gente estar fazendo essa margem de tempo de  
1815 intervenção de dois anos. Então, as nossas ações, elas são previstas no município, com o  
1816 programa, num *time* de dois anos. Isso tudo que eu estou colocando pra vocês, já veio de  
1817 um escopo novo, do programa travessia. Aí. Pode passar. É importante o que é isso que eu  
1818 estava dizendo. O programa travessia, ele tem. Pode passar tudo. Ele tem esses projetos  
1819 aqui. Ele tem o projeto porta a porta, que a gente está chamando de diagnóstico do  
1820 levantamento. Aí é muito importante lembrar que não é uma pesquisa. Ta gente? A  
1821 pesquisa ela tem uma metodologia mais acirrada. Ele é um levantamento muito simples, é  
1822 um questionário de uma folha. A gente trabalha, quando a gente vai trabalhar com as  
1823 secretaria estaduais, saúde, educação, apontando que eles também se debrucem nos seus  
1824 dados. A própria assistência social, debruce nos seus dados, nos seus censos, nas suas  
1825 coletas de dados. Que eles vão ter dados muito mais ricos, do que o próprio porta a porta.  
1826 Tem o Travessia social. O Travessia social está dentro da SEDESE. Ele é um aporte de  
1827 recursos significativo de investimento que a gente passa pros municípios. Os municípios  
1828 ficam ensandecidos com esse dinheiro. Tem o Travessia saúde, que ele fica na saúde. Tem  
1829 o Banco Travessia, que ele já foi criado nessa perspectiva, ta aqui o banner. Eu fiquei  
1830 chateada que ele ficou pra fora. Eu imagino que ele está fazendo propaganda pros vizinhos  
1831 ali. Mas enfim. O Banco Travessia também, ele já foi criado para dar uma resposta na  
1832 privação de educação. Nos municípios daqueles 44. Então nós estamos implantando. Nós  
1833 implantamos 10 agências o ano passado. Esse ano nós estamos implantando mais 30  
1834 agências nos municípios. Não é? Tem o Travessia renda que está na área do trabalho. Que  
1835 ele trabalha com todo o processo de qualificação profissional e elevação de escolaridade  
1836 também. Dando uma resposta na privação da educação. E tem o próprio Travessia  
1837 Educação, que está na secretaria de educação. Agora, o que é importante os senhores  
1838 saber, o seguinte: esses projetos que acompanham o programa travessia. Todos eles têm  
1839 orçamento carimbado. Todos eles nas suas secretarias de estado têm o seu orçamento  
1840 carimbado. Eles são obrigados a trabalhar com um universo de municípios que nós  
1841 determinamos. Que é aprovado pelo comitê. Então o comitê aprova o conjunto de  
1842 municípios, a gente passa pra eles a lista no início de ano. E eles começam a se organizar  
1843 com o orçamento que tem carimbado como o nome travessia. Pra poder jogar nesses  
1844 municípios, fazer ação nesses municípios. Fora desses parceiros aí que nós temos que ter  
1845 orçamento carimbado. Mas temos um rol de parceiros, como a EMATER, a CEMIG,  
1846 COPASA, COPANOR, SEDIVAN, SEDRU, que não tem carimbo, ainda. Porque a  
1847 idéia nossa é de chegar com o carimbo. Pensamento carimbado em todas as secretarias  
1848 que também são parceiros nossos. Mas que não tem carimbo de orçamento. OK. Bom aí  
1849 começa o porta a porta. Aí é você que vai começar agora. Então só pra gente lembrar.  
1850 Bom, aqui tem uma explicação geral. E não vou me ater nela. Porque o importante aqui é

1851 vocês conhecerem o resultado do trabalho que nós fizemos. No fundo a fundo. Resultado  
1852 do porta a porta, que nós fizemos utilizando o fundo estadual de assistência social, pra  
1853 repassar recursos pros municípios. Recursos, esses que eram do Fundo, não era do FEAS.  
1854 A gente só usou a ferramenta do fundo, usando o plano de serviço. E a gente pagou de  
1855 forma com o plano de serviço. É e tem uma explicação aqui, o quê que é o travessia  
1856 social. E aí pra nossa alegria, eu como subsecretária lá, o travessia social está dentro da  
1857 SEDESE, lá na minha subsecretaria. Com certeza nós podíamos deixar de priorizar nossos  
1858 crasinhos aqui, entendeu? Os crasinhos estão tudo aqui, incluído. E a gente tem uma luta  
1859 imensa com os prefeitos. Na hora de fazer o plano de trabalho de quê que nós vamos  
1860 passar dinheiro. Porque a tendência deles é fazer praça, fazer estrada. Entendeu? Aí a  
1861 gente, vai batendo forte com eles no quê que nós precisamos trabalhar. Porque nessa  
1862 construção, a gente tem atuado, muito na questão do saneamento básico, na questão de  
1863 módulos sanitários. Aí quando esgota toda essa possibilidade, eu falo: então agora nós  
1864 vamos para os equipamentos públicos estatais. Aí dá-lhe CRAS. Aí o CRAS é que é. Não  
1865 seu fulano como é que está seu CRAS. Aí vai espremendo, espremendo, até sair. Com  
1866 certeza, até porque, qual que é a nossa intenção? Especificamente aonde a gente não puder  
1867 interferir diretamente no domicílio da pessoa. A idéia nossa é trabalhar a oferta, qualificar  
1868 a oferta de serviço. Porque a gente entende que, nós só vamos conseguir superar  
1869 minimamente essas privações. Aonde elas forem indicadas pra gente. Se a gente também  
1870 qualificar a oferta de serviço. Então seja a unidade básica de saúde, que é importante pra  
1871 nós. Seja a questão do CRAS, e escola municipal. Porque a quantidade de crianças, de  
1872 pessoas que estão fora da escola. E muitas vezes eles pontuam pela não condição  
1873 estrutural da escola. Ou a mesma coisa do CRAS. As vezes não tem acesso ao serviço do  
1874 CRAS, não tem acesso ao serviço da unidade básica porque está longe. Aí a gente faz um  
1875 casamento tanto na SUBAS, quanto também faz um casamento lá na saúde  
1876 principalmente. Na saúde às vezes eu falo: olha. Sento com a equipe da saúde e falo, se  
1877 você construir eu equipo. A unidade básica. Ou vice e versa. Pra gente fazer casado, para  
1878 que a população possa ter acesso a esse serviço. Então a gente também atua, muito nessa  
1879 lógica de que: é importante a gente estruturar as redes de serviços básicos para a  
1880 população, pra que elas possam ter acesso. A questão da educação, a questão da saúde.  
1881 Entendendo que do ponto de vista da pobreza, esses eixos, saúde, educação, condição de  
1882 vida, renda, essas coisas são primordiais assim, porque senão a gente não sai do lugar. A  
1883 gente fica amassando barro, e não sai do lugar. OK? Aí tem o banco travessia. Que como  
1884 eu falei é uma idéia fantástica, ta difícil de desagarrar. Mas a gente está lá batalhando. A  
1885 idéia é que as famílias se cadastrem nesse banco. E na medida que os membros da família  
1886 começa a estudar. Cada inserção dela no sistema educacional ela ganha um caderneta e vai  
1887 carimbando travessia pra ela. 200 travessias, 500 travessias, num espaço de um ano, dois  
1888 anos, a gente converte aquilo em real. E ela recebe isso num banco oficial. Fizemos o  
1889 cálculo, dependendo do número da família, ela pode adquirir até R\$ 3.000,00 num  
1890 contrato que ela fizer conosco de dois anos. Ela pode adquirir até no máximo. Quer dizer,  
1891 no máximo é R\$ 5.000,00. Mas a gente sabe que o esforço para retorno ao sistema  
1892 educacional é muito grande. Tem o travessia renda, que é aquele que eu falei, trabalha  
1893 com a qualificação e inserção. Geração de renda e o aumento de escolaridade, que está  
1894 faltando ali. E evasão de escolaridade. O travessia educação que trabalha basicamente  
1895 com a capacitação, e ele contribui pra melhoria também. Trabalha com investimento  
1896 melhorias nas escolas, só que aqui ele tem um viés, que ele trabalha só com escola  
1897 estadual. Por isso que eu atendo, tento atender escola municipal no travessia social. O  
1898 travessia saúde, que também tem eminentemente a questão da capacitação, e ele vai  
1899 estruturar toda a sua rede básica. As UBS's e capacitar para o atendimento na unidade  
1900 básica lá da saúde. Pode passar. Mais uma linha preventiva. Então isso aqui é só um

1901 pouco da evolução do programa travessia. Nós começamos com cinco. Hoje nós estamos  
1902 com 250, estimativa ne? Se a gente cumprir em 2012, 84 municípios, nós já vamos para  
1903 250 municípios atendidos. Ei meu querido, ta bom? Pra quem começou timidamente, quer  
1904 dizer nós demos um salto enorme ali. Quer dizer, a gente está aqui com mais de 20% dos  
1905 municípios atendidos. Agora a gente está mapeando do ponto de vista de indicador, do  
1906 ponto de vista do IDH, qual que é o quatinho que a gente tem que ter, pra dizer que nós  
1907 universalizamos do ponto de vista do critério, o programa travessia. Porque também era  
1908 uma crítica da assembléia, dizendo que, o programa travessia estava em poucos  
1909 municípios. Mas hoje a gente já está dando grandes saltos. Pode passar. Aqui, é aquilo que  
1910 eu falei vocês, um pouco da rede estadual que são parceiros nossos no programa. Tem  
1911 muitos que têm o carimbo. Outros não tem, mas são todos parceiros. Por exemplo, nós  
1912 estamos fazendo um trabalho, muito legal na regularização fundiária. Porque o porta a  
1913 porta está apontando a quantidade de domicílio que não tem o seu título da casa, da sua  
1914 terra. E isso capitaneado pelo porta a porta, nós estamos mandando lá pra secretaria que  
1915 hoje é do Wander. E eles estão com todo um processo para poder regularizar o título dessa  
1916 casa, pra essas pessoas que a gente entende que é de suma importância. E do ponto de  
1917 vista de cidadania, essas pessoas moram a 20, 30 anos na casa e não tem o título da casa.  
1918 Então isso. Quer dizer, embora pobre não divide a herança, mas a gente sabe como é  
1919 difícil. OK? Aí os nossos contatos, a gente vai deixar isso aqui pra vocês. Qualquer coisa  
1920 que vocês precisarem. Lá a gente tem também o Com Licença Vou a Luta. O com licença  
1921 vou à luta, é um programa que está tímido. Ele está mais voltado pra mulheres acima de  
1922 40 anos, que nunca trabalharam. E que a gente tem toda uma metodologia para trabalhar  
1923 com essas mulheres. Nós passamos agora pros 84 municípios uma chamada pública para  
1924 eles aderirem ao programa. Nós estamos em fase de análise dos projetos, pra gente  
1925 começar esse ano, minimamente, com os 40 municípios trabalhando conosco, com o Com  
1926 Licença Vou a Luta. OK. Então a gente vai deixar essa apresentação aí, depois na hora das  
1927 perguntas a gente está à disposição. Eu vou passar pro Danilo agora, porque o Danilo vai.  
1928 Você quer perguntar Bebê. Então pergunta? **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Esse título da  
1929 casa que você está falando. É o título que as pessoas ganhou essa casa, por exemplo,  
1930 vamos dar um exemplo de casa popular, por exemplo tem muito na minha terra. Casa  
1931 popular que as pessoas ainda não têm o título. E tem outras casas, que era cedida da igreja.  
1932 Nesse caso aí, como é que vocês estão olhando esses títulos. Você entendeu?  
1933 **Subsecretária Roberta:** Veja bem, eu vou falar de novo. Nós estamos onde o programa  
1934 travessia está. Se o seu município não tem travessia. Aí não é uma função minha. Aí essa  
1935 resposta você tem buscar lá na secretaria extraordinária fundiária, porque este detalhe eu  
1936 não sei, porque eu não trabalho nessa secretaria. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Só questão.  
1937 **Subsecretária Roberta:** Não sei. Esse é um detalhe que eu não sei. Quer dizer aonde eu  
1938 tenho o Travessia. Eu capto a informação, a pergunta é feita assim: D. Maria a senhora  
1939 tem a certidão da sua casa? Ela fala: não tenho. Ela fala tenho. A senhora pode me  
1940 mostrar? Aí ela mostra. Beleza. Então ela tem a certidão. Todo mundo que compra casa  
1941 tem a sua certidão lá. Entendeu? Se ela diz não tenho. A gente só marca lá. Não tem. A  
1942 gente passa esse dado pra secretaria, responsável. A secretaria que vai fazer a atuação lá.  
1943 Essa pergunta sua deve ser respondida por esta secretaria. Porque eu não sei como é que  
1944 faz isso. Ta? Isso é uma operação deles. **Conselheiro Volney:** Pra mim não ficou muito  
1945 claro, o Banco Travessia. Se puder detalhar ele mais pra mim de uma forma mais  
1946 concreta. **Subsecretária Roberta:** Ta. Então eu vou falar o seguinte. Por exemplo, nós  
1947 temos uma agência. A gente abre uma agência do Banco. Tem lá uma agência, um local,  
1948 tem duas atendentes lá. Quando eu fui fazer o porta a porta. A gente pergunta assim: aqui  
1949 tem pessoas com menos de cinco anos de escolaridade. Por quê? O normal é que quem  
1950 tem acima de cinco anos de escolaridade, ele está na sua faixa normal. Né? Ensino médio,

1951 ensino fundamental. Se a pessoa disser assim: tem, aqui, por exemplo, meu filho não fez  
1952 nem o ensino fundamental. Então a gente marca lá. Este domicílio tem pessoas com, que  
1953 tem gente com, abaixo de cinco anos de escolaridade. Isso é uma privação. Significa que  
1954 naquele domicílio, tem gente que não completou o ensino médio, o ensino fundamental.  
1955 Entendeu? Normal que qualquer ser humano completa. OK. A gente pega aquele dado.  
1956 Você vai ver na hora que ele te apresentar aqui o índice. E vai falar assim, neste domicílio,  
1957 tem. Neste município tem 40% das pessoas, que nós visitamos. Dos domicílios que nós  
1958 visitamos, tem baixa escolaridade. Quando eu implanto o Banco Travessia, a primeira  
1959 carta que vai, são pra esses domicílios. Pra esses domicílios que dizem que tem baixa  
1960 escolaridade. Dizendo, tem uma agência do Banco. Procure a agência do banco em tal  
1961 lugar. A pessoa vai lá. Olha, aqui é um Banco, que se a senhora voltar a estudar, se a  
1962 senhora fizer esse contrato com a gente. Se todos os membros da sua família voltar a  
1963 estudar. A senhora vai converter isso aqui depois em travessia. Então tem as regras do  
1964 banco. Por isso que está ali uma nota de 100, de 5 de 1 e de 10 travessia. Se ela voltou,  
1965 por exemplo, eu sei de cor. Então ela fala assim: beleza eu fiz o contrato. Aí ela fala  
1966 assim. Então eu vou. Só dela fazer o contrato ela ganha 200 travessias, OK. Aí, beleza, ela  
1967 vai embora pra casa com uma cadernetazinha. D. Maria se a senhora entrar no curso do  
1968 EJA, a senhora vem aqui. Beleza. Ela foi lá e matriculou no curso do EJA. Ela chega com  
1969 a caderneta dela. Aí a menina olha lá. Curso ensino fundamental. Carimba 200 travessias.  
1970 Carimba pra ela 200 travessias. Bota no sistema 200 travessias. D. Maria com o contrato  
1971 número tal, tem 400 travessias. Porque ela já tinha 200 só dela ter cadastrado. No contrato  
1972 dela. OK. Passou seis meses, a D. Maria. Aí quando ela fala que fez isso, aí ele fala assim  
1973 olha. Ela vem com evidência, ela não fala não. Ela chega aqui e mostra a matrícula dela.  
1974 Aí ela fala assim, meu filho terminou, por exemplo, entrou no ensino médio. A mesma  
1975 coisa, ela mostra a matrícula que ele fez. Carimba a travessia. Tem uma série de coisa lá.  
1976 Aí quando o contrato dela está vencendo ela é chamada pra mostrar a evidência se ele  
1977 continua estudando. Se ela terminou. Porque tem curso que neste período ela não  
1978 terminou. Mas se ela continuar estudando. Ela mantém a travessia dela. Se ela não  
1979 comprovou que ela continuou estudando, ela perde aquela travessia dela. Aí tem uma  
1980 outra coluna que põe assim, menos tanto. Ela ganhou tanto e perdeu menos tanto. No  
1981 final, se computa aquilo, ela fez 600 travessias. Ela só conseguiu fazer 600 travessias. Aí é  
1982 emitido pra ela um documento pra ela ir no Banco do Brasil e pegar R\$ 600,00. Cada  
1983 travessia vale R\$ 1,00. Uma travessia vale R\$1,00. OK? Então esse período de dois anos.  
1984 É o período que ela tem de transitar e de inserção no sistema educacional. Aí tem todo um  
1985 processo que ela evidencia a entrada, evidencia a manutenção dela. E depois a conversão  
1986 em travessia, que ela vai ao banco e recebe. OK? **Conselheiro Mauro:** Mauro, de Ouro  
1987 Verde. No início do Travessia, eu até estava no CMDRS e passou por lá para aprovação.  
1988 Que necessitava. **Subsecretária Roberta:** Aonde? **Conselheiro Mauro:** Ouro Verde de  
1989 Minas. Necessitava de aprovação do CMDRS. **Subsecretária Roberta:** O que é CMDRS.  
1990 **Conselheiro Mauro:** É Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. É o  
1991 conselho que deliberava. E na época, o conselho juntamente com o pessoal da prefeitura  
1992 que esteve lá. Fizeram um acordo. **Subsecretária Roberta:** Qual foi essa época, só pra eu  
1993 entender? **Conselheiro Mauro:** Foi inicial, 2008, 2009, por aí. E aí o que foi deliberado  
1994 acho que seria construção e reforma de casas. E depois com o passar do tempo, nada disso  
1995 foi feito. Acho que houve mudança. E não passou pelo CMDRS. Eu queria saber hoje?  
1996 **Subsecretária Roberta:** Hoje não passa pelos conselhos não? Não passa. **Conselheiro**  
1997 **Mauro:** E a outra pergunta, é em relação à questão da reforma agrária. No caso das  
1998 comunidades remanescentes de quilombola. Como é que se dá esse processo de  
1999 titularização? **Subsecretária Roberta:** Eu vou falar a mesma coisa que eu falei pra ela.  
2000 Aonde o município tem o Travessia, tem o quilombola, entendeu? E lá faz. Se bateu lá na



2001 porta do quilombola e fez essa pergunta. Entendeu? A gente quando a gente faz. Na rede  
2002 que eu tenho de municípios, eu já identifico quem tem quilombola. A pergunta é a mesma.  
2003 Aí quando manda pra lá, tem todo o tratamento que a lei determina gente. Lá a regra  
2004 continua a mesma. A mesma. Como é que ele vai fazer o reconhecimento de terra, de  
2005 quilombola. É a mesma coisa, o Travessia não mudou nada. Eu só capto a informação que  
2006 ele não tem. E mando pra secretaria lá que tem responsável. Se essa secretaria não é  
2007 responsável por essa titularidade, ela vai responder para o programa travessia e para o  
2008 domicílio dizendo, esse conjunto de pessoas aqui, por exemplo, quilombolas. A  
2009 responsabilidade de identificação dessa terra é da FUNAI, é da não sei o que. Você  
2010 entendeu? É de quem é responsável. A gente não faz. A gente capta e manda pra quem  
2011 tem fazer. E dentro das regras normas legais. Aí eu não sei como é que é essa regra.  
2012 Porque eu não trabalho lá na secretaria. **Conselheiro Mauro:** Nesse caso eles ficam sem  
2013 atendimento porque o nosso Estado não está fazendo trabalho de atualização das  
2014 comunidades quilombolas. **Subsecretária Roberta:** Não gente. Aí é outra discussão. É o  
2015 seguinte: é isso que eu estou dizendo. Assim, se o Travessia chegou lá, no seu município  
2016 que tem isso. Quer dizer, quando a gente estiver atuando, se ele já passou, a gente pode até  
2017 voltar essa discussão. Porque o Travessia tem esse papel particular. Completamente real.  
2018 Se isso chegar para o programa. Eu sou gerente do programa. Se isso chegar para o  
2019 programa, dizendo assim: Tem identificação dessa comunidade quilombola, o programa  
2020 travessia esteve aqui. Vocês agora estão com esse redesenho. É possível fazer alguma  
2021 coisa. Nós vamos encaminha e discutir com as pessoas certas. Agora isso gente, assim. Eu  
2022 quero colocar para os senhores, o seguinte: não significa que a partir desse redesenho,  
2023 desse processo. Nós estamos com as secretarias todas estruturadas para dar resposta. Não  
2024 nós continuamos com as mesmas dificuldades. O que a gente faz agora, é que a gente  
2025 volta a tona. E quando têm esses dois comitês a gente fica batalhando, pra ver se as  
2026 pessoas conseguem resolver aqueles problemas. Mas coisas continuam ainda difíceis.  
2027 Você está dizendo, não fez. Então vamos identificar oficialmente, para o programa. E nós  
2028 vamos ver o quê que a gente pode fazer. É isso que eu estou dizendo, assim, nós não  
2029 estamos ainda, quiséramos nós, com a capacidade inclusive institucional de dizer assim: é  
2030 esse o problema, eu estou dando essa resposta. Não. **Conselheiro Mauro:** É só pra trazer  
2031 aqui pro conselho essa situação. Porque se é um programa que vai de encontro com uma  
2032 população. Eu digo isso e não somente pra quilombolas. Até por outros processos de  
2033 regularização fundiária que tem no estado de Minas Gerais. Pra indígenas, pra mulheres,  
2034 jovens também. E que não passa por um processo legal de regulação fundiária. E somos  
2035 públicos. Todos nós somos públicos desse processo. E levando em consideração o  
2036 processo histórico de Minas, e o presente. É de se conhecer que dentro de uma visão assim  
2037 de curto prazo, até longo, esse público não será atendido. **Conselheiro Marcos Vinícius:**  
2038 Eu sou Marcos Vinícius. Em queria assim, só entender o seguinte: eu sou também da  
2039 região do Jequitinhonha, sou da cidade Jordânia. E eu queria entender uma coisa. Você  
2040 colocou aí pra serviço de hoje 250 municípios que estão no programa. Como que se faz,  
2041 por exemplo, existe na página da própria secretaria, onde que eu possa ter acesso, quais  
2042 que são os municípios. Essa é uma pergunta. A outra seria hoje, quantas famílias que o  
2043 programa ele está abrangendo. E essas famílias, por exemplo, no caso dos municípios.  
2044 Existe alguma forma, algum conselho que faz esse controle. Então assim, eu faço parte de  
2045 alguma entidade de conselho, ou de alguma entidade da sociedade civil no município.  
2046 Como que eu faço, por exemplo, para mim saber, qual são as famílias que estão sendo  
2047 beneficiárias. Como que está isso? **Subsecretária Roberta:** Veja bem. Primeiro nós não  
2048 trabalhamos com família. Não. Eu trabalho com domicílio, trabalho com domicílio, do  
2049 ponto de vista, por exemplo. Alguns projetos aqui, a gente trabalha mais com o foco em  
2050 domicílio, domicílio. Quando eu trabalho com o banco Travessia. Ta? Se você me

2051 perguntar assim: quantas famílias tem banco travessia hoje? Se essa pergunta me for feita,  
2052 eu tenho condições de passar pra vocês. Tantas famílias estão sendo atendidas.No  
2053 município A, no município B que tem o banco. Ta? Das outras ações das outras  
2054 secretarias. Cada uma continuam suas ações normais. Então eles também, se eu fizer essa  
2055 pergunta. Se eu perguntar assim: quantas famílias são atendidas no Travessia Saúde? Aí  
2056 determinada ação que ela faz, ela pode coletar isso e a gente manda. Isso eu não tenho  
2057 aqui agora assim, um sistema que eu faça. Nós estamos tentando fazer a matriz de  
2058 informação do que foi desenhado o ano passado, foi feito. E coletando as informações.  
2059 Porque nós estamos num processo também de execução dessas intervenções. E elas são  
2060 bastante diferenciadas. Porque elas vão de capacitação a reforma de casa, a construção de  
2061 banheiro. Vocês viram o rol de. É bem diversificadas as ações que a gente faz, entendendo  
2062 que a pobreza é multidimensional. Nós estamos atacando ela multidimensional. De vários  
2063 focos. OK? Segundo, no desenho do programa, nós não fizemos essa estrutura de  
2064 controle. Por quê? São programas que foram selecionados pelo Estado. Decisão do  
2065 Estado. Fala assim: Esse aqui é um programa estratégico. Ele vai ser assim, assim, assim.  
2066 E ele vai ter esse, esse e esse projeto. Ele não tem uma estrutura de um sistema único de  
2067 assistência social. Que tem que ter controle, que tem que ter. Você entendeu? Uma  
2068 política pública mais clássica. Porque se a gente fosse por esse processo. Eu diria aos  
2069 senhores o seguinte: eu nessa cadeira eu já aqui sentei. E sei a importância da  
2070 participação, das entidades. A importância da participação dos conselhos. Agora,  
2071 determinada ação, se você detecta a privação que a pessoa está passando. E se você não  
2072 faz a intervenção de imediata. E se você passa por um processo de discussão e de  
2073 deliberação, nada acontece gente. Por exemplo, você vai lá percebe que você tem um  
2074 conjunto de domicílios que não tem banheiro. Se você manda isso, pra discutir, parará e  
2075 parará. Pra alguém deliberar e pra voltar pra cá pra fazer. Essa privação fica no mínimo  
2076 mais um ano. Porque isso não é serviço continuado, isso é projeto. Projeto você fotografia  
2077 a realidade, faz a intervenção em curto prazo, e faz a intervenção. E isso é o seguinte:  
2078 todas essas intervenções, por se tratarem, das secretarias de estado que são públicas. Elas  
2079 seguem as regras de repasse de recurso de convênio. Com todo o controle do tribunal de  
2080 contas. De tudo. De auditoria e de tudo. Então essa conta ela fecha. Numa matemática, se  
2081 eu passe tantos mil pro conselho, pro município, o município tem executar aquilo que está  
2082 no convênio. Aqueles que são monitorados e que tem mal versação de recurso, a gente  
2083 abre tomada de conta. A gente suspende recurso. A gente rescinde convênio. Agora só pra  
2084 tranquilidade dos senhores, o quê que nós estamos fazendo? Entendendo que a informação  
2085 pra população é importante. Nós fizemos três estratégias. Todo o recurso que nós  
2086 passamos para os municípios, a gente passa um ofício para os conselhos municipais de  
2087 assistência social. Eu tenho acesso a essa informação. Eu passo pra câmara dos  
2088 vereadores. Que está chegando ao município, tantos e tantos mil pra fazer isso. E para,  
2089 além disso. A gente vai instalar agora esse ano, uma plana enorme dizendo: aqui tem  
2090 travessia. Com ação A, B, C e D. No valor de X mil reais. De tal forma que todo mundo  
2091 saiba. Agora, nós não temos como. Até pelo conceito. Quando você fala programa  
2092 estratégico, e projeto estratégico. Ele tem que ser rápido. Porque se ele não for rápido, nós  
2093 vamos passar por uma discussão aqui, por uma deliberação acolá, que tem todas as  
2094 vantagens, e tem as desvantagens. Porque as desvantagens, você tem interferências  
2095 políticas, você tem tudo, que define. Como nós estamos trabalhando com indicador  
2096 técnico, o risco é menor. Ouviu? Porque você imagina se for descentralizar essa discussão  
2097 até lá na ponta, pra deliberar e voltar pra gente, pra gente poder fazer passar. Eu vou  
2098 chegar ao final do ano e não gastei nem tostão de recurso. **Presidente:** Conselheiro  
2099 Francisco. **Não Identificado:** Só pra concluir. Fazer um comentário. Posso? Com relação  
2100 só essa questão fundiária de regularização. Principalmente aquele na região do

2101 Jequitinhonha, as famílias têm enfrentado um problema gravíssimo. O povo fez um  
2102 levantamento na época. Acho que várias pessoas aqui têm conhecimento disso. Levaram  
2103 isso. E aí teve aquele problema na secretaria. Esses títulos não saíram. E várias políticas  
2104 que as famílias poderiam estar acessando. Elas não estão conseguindo porque não tem o  
2105 documento da propriedade onde mora. A gente tem feito algumas atividades em conta ali  
2106 na região. Pra habitação rural. Pras famílias poderem acessar e construir a casa. Tem o  
2107 recurso, tem o programa. O pessoal está começando a conseguir a acessar. E essas  
2108 famílias, elas não conseguem porque o título não chega até elas. E elas fizeram um  
2109 cadastro, e está todo um processo emperrado. Então é um problema gravíssimo que está  
2110 acontecendo principalmente naquela região ali, Mucuri, Jequitinhonha. **Presidente:**  
2111 Conselheiro Francisco e logo em seguida Conselheira Fátima. E aí Roberta, eu pediria pra  
2112 você responder os dois de uma vez, para gente passar para o... **Conselheiro Francisco:**  
2113 Até uma da colocação que você fez. Que eu ia perguntar a você era o número de famílias  
2114 atendidas pelo programa. E esse cadastro. Ele é paralelo ao CAD-ÚNICO, de que forma  
2115 esse cadastro. **Subsecretária Roberta:** Qual cadastro que você está falando? **Conselheiro**  
2116 **Francisco:** Esse cadastro do domicílio. **Subsecretária Roberta:** Do porta a porta? Ta.  
2117 **Conselheiro Francisco:** De que forma que ele é esse cadastro? **Subsecretária Roberta:**  
2118 Ele vai explicar pra vocês aí como é que é o questionário. E aí foi importante você colocar  
2119 essa questão do CAD-ÚNICO, porque grande o embate que nós tivemos. Quando eu falo  
2120 embate é extremamente saudável. Ta. Por exemplo, tem uma corrente que defende isso,  
2121 dizendo assim: o CAD-ÚNICO tem essas informações. Aí eu tenho duas questões.  
2122 Primeiro o CAD-ÚNICO ele é validado de dois em dois anos. A pessoa vai lá no local, e  
2123 responde aquelas perguntas. Correto? Então a inferência do quê que pode estar no CAD-  
2124 ÚNICO ou não. É muito grande, do ponto de vista pra você desenhar projeto. Projeto. Ta?  
2125 Pra você desenhar, um programa de transferência de renda como foi desenhado o Bolsa  
2126 Família. Pra você ter dados de indicadores de pobreza. Porque eu não sei se vocês já  
2127 tiveram a oportunidade? Se vocês pegarem os dados que o IBGE usa com os dados do  
2128 CAD-ÚNICO. Você tem diferenças enormes de números. De números. Mas isso é real  
2129 gente. Isso é real, porque ninguém consegue fazer, um dado preciso, quando você vai pra  
2130 pergunta pra pessoa. A pessoa. Você tem que acreditar no que ela está respondendo.  
2131 Entendeu? Isso é super real. Isso não é nenhum defeito do CAD-ÚNICO, muito menos  
2132 defeito do IBGE. Correto? São riscos que a gente trabalha, quando você quer aferir dados,  
2133 diagnósticos, quando você faz a pergunta e é a pessoa que responde. OK? Então esse é o  
2134 primeiro problema que nós temos. Quando você cruza. Que nós já fizemos. Cruzar os  
2135 dados do CAD-ÚNICO, com os dados do porta a porta. Com a base de dados do porta a  
2136 porta. O CAD-ÚNICO tem dez mil vezes mais dados do que o que a gente, do porta a  
2137 porta. É. Ele tem mais dados. Entendeu? Ele tem mais variáveis lá que eu posso cruzar de  
2138 várias formas. Agora quando a gente trabalhou com essa metodologia do PNUD. Nós  
2139 optamos por ela, o Governo. Porque primeiro. Só esse processo de você bater de porta em  
2140 porta. E aí, só pros senhores saberem. Assim a importância, por exemplo, nos municípios  
2141 a gente faz isso com a equipe da assistência e da saúde. A equipe da assistência e dos  
2142 CRAS que faz pra gente. A buscativa ela se torna mais viva. Porque nós estamos  
2143 acessando domicílios que está lá na zona rural e que muitas vezes o próprio CRAS tem  
2144 dificuldade de ver. Tem dificuldade de fomentar essa ida lá, pra fazer esse território.  
2145 Porque a gente tem todo um desenho de território que a gente sabe que os CRAS ainda  
2146 não têm a estrutura tamanha pra poder fazer visita domiciliar. Ne? Até estrutura de  
2147 pessoas, de equipe. Nos CRAS. Então, isso, quê que a gente ta fazendo? A gente está  
2148 somando junto com os CRAS. Porque por exemplo. Várias perguntas que nós  
2149 aumentamos nesse modelo do questionário. A gente adaptou aqui. E uma das coisas foi  
2150 pra atender alguns quesitos da assistência social. Quesitos que, a secretaria. O CRAS e a

2151 secretaria podem trabalhar se ele quiser. Então a gente de certa forma, está contribuindo  
2152 por buscativa. Entendeu? Inclusive pra inserção daquelas famílias que estão em zona  
2153 rural, que não estão no CAD-ÚNICO. Porque a gente costuma a trabalhar com equipe em  
2154 capacitação, é o seguinte: você chegou na ponta do morro, achou que acabou o domicílio.  
2155 Pode subir o morro que depois do morro ainda tem domicílio a ser visitado. Ta? E a gente  
2156 pega o universo do IBGE. **Presidente:** Conselheira Fátima. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:**  
2157 Você diz aqui, que foi criado dois comitês. Esse comitê ele está em ponto estratégico pra  
2158 atender essa demanda. Ou esse comitê está regionalizado aonde? Esse dois comitês.  
2159 **Subsecretária Roberta:** Esse comitê não é pra atender demanda. Esse comitê é um  
2160 comitê de secretários de estado senta na mesa assim ó. 20 secretários de estado. Pra tomar  
2161 decisão de gestão. E tem o comitê de técnicos que somos nós da secretaria. Que vamos  
2162 trabalhar nas secretarias. Entendeu? É um comitê de gestão. Ele toma decisão de gestão.  
2163 Pra dizer assim: vai atender esses municípios, porque que a secretaria não está atendendo?  
2164 Porque que, por exemplo, quando você pontua isso. Quando a gente apresenta os  
2165 resultados. Fala o quê que é que está acontecendo na secretaria que ela não está atendendo  
2166 isso. Quais são as dificuldades. Então não é um comitê descentralizado, não é um comitê  
2167 de participação. É um comitê de gestão técnica, do Estado. De secretários e técnicos. São  
2168 esses dois comitês. **Presidente:** Momentaneamente a gente agradece. Minha cara  
2169 superintendente e ex-conselheira. Vamos passar para o Danilo, pra gente ouvir. Obrigado  
2170 secretária. **Subsecretária Roberta:** Isso aqui tem que registrar. Aqui ó, estou entregando  
2171 oficialmente pro presidente. O CD com o mapa de privação. Ta? Pra depois vocês darem  
2172 acesso aos conselheiros aí. Até legal na hora que você puderem navegar nessas  
2173 informações. São boas informações. **Presidente:** O Conselho unido agradece. Fica aqui  
2174 Roberta, senta do meu lado direito que você ta com saudade já. **Danilo:** Primeiramente,  
2175 boa tarde. Está numa posição correta? Mais perto assim melhor. Meu nome é Danilo, estou  
2176 na assessoria de articulação, parceria e participação social. E também na gerência do  
2177 projeto porta a porta. O projeto porta a porta, ele é a primeira etapa do programa travessia.  
2178 O programa travessia, como o próprio nome indica. Ele objetiva a travessia de uma  
2179 situação de exclusão para uma situação de inclusão social. Correto? E nesse processo de  
2180 travessia, o governo de Minas entende que, o domicílio ele precisa criar ativos. Para que  
2181 consiga de fato realizar a travessia, caso contrário, ele não consegue. E quais ativos são  
2182 esses? São diversos. Educação, saúde, habitação, enfim. Vários ativos necessários para  
2183 que essa travessia seja, realmente firme e realmente aconteça. Isso indica pra gente, que  
2184 pobreza então não é um aspecto, um fenômeno somente de renda. Não é somente ausência  
2185 de renda. Ele é também um aspecto, um fenômeno multidimensional. Ou seja, eu não  
2186 tenho que tratar somente de renda. Eu preciso tratar de renda também. Mas não somente  
2187 de renda. Eu preciso ir sanar as privações de educação, sanar as privações de saúde, sanar  
2188 as privações de padrão de vida. Correto? Concordam comigo? E aí nesse contexto, o porta  
2189 a porta, adota uma metodologia que foi desenvolvida pelo Instituto. Pela Universidade  
2190 Oxford, através de um instituto chamado OFIR. Que é o Instituto. Um departamento  
2191 dentro da Universidade de Oxford. Especializado no estudo e no desenvolvimento de  
2192 metodologias para superação da pobreza. Certo? É hoje, a metodologia melhor  
2193 desenvolvida dentro do caráter do aspecto multidimensional. Certo? Então o governo de  
2194 Minas adota essa metodologia multidimensional para aferir os seus pobres. Porque disso  
2195 também? Nós sabemos que o governo federal tem hoje, um dos projetos que é referência  
2196 mundial para, no que se refere a transferência de renda. Correto? Então o governo federal  
2197 já trabalha na transferência de renda. O governo de Minas então vem completar essa  
2198 situação para que a travessia de fato ocorra. Então o governo federal trabalha na  
2199 transferência de renda, e nós vamos aqui trabalhar sanando as privações dos domicílios.  
2200 Ta bem? Desta forma, o governo federal lá trabalhando na renda, e nós aqui trabalhando

2201 na privação, nós conseguimos somar. A gente sobrepõe e soma. Não somente sobrepõe,  
2202 como vários projetos que são paralelos e que no fim, não somaram, que atenderam  
2203 pouquíssimas pessoas e teve pouco impacto. Correto? Então o porta a porta é a buscativa  
2204 que Minas realiza para identificação dos pobres, dos domicílios com o qual precisamos  
2205 trabalhar. Ta bem? Buscativa. A Buscativa então. O porta a porta adota a metodologia de  
2206 buscativa, onde o trabalho é realizado junto com, os trabalhadores da assistência social, e  
2207 os trabalhadores da saúde, envolvendo a comunidade. Porque disso? Primeiro que, ao  
2208 envolver tantas pessoas e a comunidade, eu consigo algo que é fundamental para qualquer  
2209 projeto de superação da pobreza, que é mobilidade social. Então quando o programa  
2210 travessia chega, o primeiro projeto dele que é buscativa, que é porta a porta chega no  
2211 município. Além da câmara como a secretária colocou, além do conselho, a própria  
2212 comunidade fica sabendo que o Travessia está ali. Porque ela ouve o barulho, ouve a coisa  
2213 acontecendo. Certo? Por quê? Porque acontece através da comunidade mesmo. Ta bem?  
2214 Pode passar, por favor, Mayra. Isso que eu já coloquei, então nós utilizamos o índice de  
2215 pobreza multidimensional, que é o índice desenvolvido pela Universidade de Oxford,  
2216 através do Instituto OFIR. A pedido do programa das nações unidas para o  
2217 desenvolvimento. Então a pedido do PNUD, essa metodologia foi desenvolvida e foi  
2218 testada, foi implantada, em 104 países, através de dados secundários. Então no Brasil eles  
2219 utilizaram dados do IBGE, dados do DATA SUS, de fontes para chegar ao IPM do Brasil  
2220 e de outros 104 países. E aí nesse aspecto Minas é tonier por quê? Eles utilizaram dados  
2221 secundários. Utilizaram lá dados do IBGE, dados do DATA SUS. Minas não. Poderiam  
2222 utilizar dados secundários, mas esse não é o nosso objetivo. E aí nós não estaríamos  
2223 realizando buscativa. O nosso objetivo é ir, ao encontro principalmente de domicílios  
2224 onde há membros que estão invisíveis às políticas públicas. Certo? E aí mais uma vez  
2225 importante a participação da comunidade. Por quê? Porque se eu fosse lá realizar  
2226 buscativa, porta a porta, naquele município. Eu andaria 30, 50 quilômetros, chegaria no  
2227 final, numa metade de uma estrada, e falaria assim: daqui pra frente não tem ninguém.  
2228 Certo? Um morador daquela região ele sabe que chegando ali, lá pra frente tem cinco  
2229 domicílios. E aí ele chega no quinto e fala assim: D. Maria tem alguém aqui pra frente? A  
2230 D.Maria fala assim: atrás daquele morro tem mais dois domicílios. E aí ele tem que ir  
2231 nesses mais dois domicílios, até encontrar todos os domicílios daquele município. Nós  
2232 fazemos uma varredura social em todos os domicílios do município. Não fica domicílio  
2233 nenhum de fora dessa metodologia, porque? Porque nós conseguimos capilaridade.  
2234 Conseguimos ir além, porque utilizamos as pessoas que conhecem o território, não são  
2235 pessoas de fora, não são pessoas daqui, que nós levamos pra lá. Claro que há pessoas que  
2236 vão, supervisionar esse trabalho, né? Orientar o trabalho, para que a coisa aconteça da  
2237 forma correta. Mas o trabalho é realizado principalmente com o apoio da comunidade do  
2238 município. Ta bem? Pode passar, por favor, Mayra. A quem vem falando então que o  
2239 porta a porta é o retrato social do município. Por quê? Por que após realizar o porta a  
2240 porta, depois que eu rodo o porta a porta, eu consigo visualizar em territórios, exatamente  
2241 onde que está à pobreza e aonde está as privações daquele município. Certo? Por quê? Por  
2242 que nós dividimos junto com a comunidade o município em regiões. Nós não vamos no  
2243 IBGE e pegamos lá um cadastro de bairros que está no IBGE, ou um cadastro de bairros  
2244 que está em determinado outro agrupamento. Nós chamamos convidamos a comunidade  
2245 para que juntos façamos o mapa do município. Na verdade o mapa já existe, o contorno já  
2246 existe, e aí o município com a gente, nós vamos dividir aquele território, certo? E formar  
2247 as áreas para que depois de tabulados os questionários, eu sei exatamente naquela área X  
2248 quais são os trabalhos que precisam ser desenvolvidos. Tá bom? Vocês vão ver isso daqui  
2249 um pouquinho. Pode passar, por favor. A metodologia que é utilizada. O índice de  
2250 pobreza multidimensional. Essa metodologia, multidimensional, ela possui três

2251 dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Dentro dessas três dimensões há dez  
2252 indicadores. Ou seja, os dez indicadores estão agrupados, subdivididos dentro das três  
2253 dimensões. Certo? Em educação eu tenho, por exemplo: o membro tem que ter pelo  
2254 menos cinco anos de estudo. E todas as crianças do domicílio têm que estar matriculadas.  
2255 Se essas características não forem atendidas. Naquele indicador o domicílio é considerado  
2256 privado. No total dos dez indicadores, computa-se 100 pontos, ou 100%. Pode passar por  
2257 favor, Mayra. Eu tenho aqui então as três dimensões, educação, saúde e padrão de vida. E  
2258 os dez indicadores subdivididos nessas três dimensões. Na primeira, educação, eu tenho  
2259 ônus de escolaridade e crianças matriculadas. Cada dimensão, como tudo vale 100. Cada  
2260 uma vale 33,3. Educação vale 33,3. Como eu tenho 2 indicadores. Cada indicador vale  
2261 16,70%. No caso a saúde é igual a educação. No caso de padrão de vida, 33,33 divididos  
2262 por 6 indicadores. Cada um vale 5,6 pontos. Correto? O questionário então, o visitador  
2263 social vai ao domicílio de Maria e pergunta pra ela: D. Maria, todos os membros do seu  
2264 domicílio possuem pelo menos cinco anos de estudo. Aí a D. Maria pode falar: sim, todos  
2265 possuem. Ou ela pode dizer: não, apenas algum ou ninguém possui. Se ela responder que  
2266 apenas algum ou que ninguém possui. D. Maria já computa 16,7 pontos no indicador do  
2267 domicílio dela, que é o IPM. Aplicando os 10 indicadores. Se o domicílio da D. Maria  
2268 alcançar 30% ou mais, aquele domicílio se diz que ele é pobre multidimensionalmente.  
2269 Certo? Para ser pobre multidimensionalmente ele tem que alcançar no mínimo 30% nesse  
2270 total de indicadores. No entanto, é importante vocês saberem que o público do programa  
2271 travessia não é somente os domicílios multidimensionalmente pobres. Suponhamos que a  
2272 D. Maria, não fosse multidimensionalmente pobre, ela não alcançou 30%. D. Maria  
2273 também possui uma renda per capita superior a R\$ 70,00 mês. Que é o corte do Bolsa  
2274 Família. Correto? Suponhamos que o domicílio da D. Maria compute renda superior per  
2275 capita a meio salário-mínimo que o corte mundial, internacional de pobreza. Certo?  
2276 **Subsecretária Roberta:** Danilo, o corte do Bolsa Família é 140, ta. **Danilo:** Desculpa, eu  
2277 quis falar Brasil sem miséria. Tá bom? D. Maria então, no quesito renda, ela não é  
2278 considerada pobre. Ela também não é multidimensionalmente pobre. Certo? No entanto,  
2279 D. Maria não tem, sanitário, não tem banheiro em casa. Para o governo de Minas, ela não  
2280 é pobre conforme a renda, mas ela é pobre porque não tem sanitário. Concordem comigo,  
2281 mesmo tendo uma renda superior a 70, 140, ou 252, se ela não possui sanitário em casa,  
2282 ela é pobre. Concordam? Para o governo de Minas também. Se ela não possui sanitário,  
2283 mesmo que ela não se enquadre nos outros cortes de pobreza, ela é público do programa  
2284 travessia também. Ou seja, o nosso público torna-se então, muito maior do que o de outros  
2285 cortes. O índice de pobreza multidimensional ele alcança, ele possui uma gama, uma  
2286 abrangência maior do que outros cortes porque nós consideramos pobres, mesmo os  
2287 domicílios que não são multidimensionalmente pobres. Ta bem? Pode passar, por favor.  
2288 Esse quadro aqui vem as perguntas. Vamos ler. São dez rapidinho. Nenhum membro do  
2289 domicílio completou cinco anos de estudo. E aí eu vou explicar aquele quadrinho ali,  
2290 somente assim de cabeça, porque é um pouco diferente do que eu falei agorinha mesmo.  
2291 Ali está descrito nenhum membro. Aqui em Minas é considerado muito pobre, privado,  
2292 naquele indicador. Nenhum. Ou se tiver pelo menos um que não tenha cinco anos de  
2293 estudo, é considerado privado naquele indicador. Certo? Isso porque? Porque o PNUD  
2294 admite e aconselha, ele limita adequações a metodologia no caso de países desenvolvidos,  
2295 igual ao Brasil. Certo? Por exemplo, na África, o corte realmente seria nenhum. Mas no  
2296 caso do Brasil, se houver pelo menos um, ele já considerado pobre. Porque, possivelmente  
2297 daqui cinquenta, sessenta anos, aquela pessoa que não tem cinco anos de estudo completo,  
2298 ela vai precisar de um benefício, ela vai depender de alguém daquele domicílio. Ta bem?  
2299 Matrícula das crianças. Se pelo menos uma criança em idade escolar não estiver  
2300 freqüentando a escola. O domicílio é considerado privado neste indicador. Mortalidade.

2301 Se pelo menos uma criança no domicílio faleceu, é considerado uma privação naquele  
2302 domicílio. Nutrição, se houver, pelo menos um adulto ou uma criança desnutrida, ela é  
2303 considerada privado naquele quesito. Eletricidade. Se o domicílio não é servido por  
2304 eletricidade, é considerada privação. Sanitário. A estrutura de sanitário não é adequada, ou  
2305 compartilhada com outros domicílios. Ou seja, se não possui sanitário, ou se possui mas  
2306 não é adequado. O quê que é adequado? Tem que ter, chuveiro, sanitário e pia para lavar a  
2307 mão. Se não tiver os três não é considerado adequado, é considerado privado. E se é  
2308 compartilhado. Isso é muito comum na zona rural. Mesmo se ele for adequado, se ele for  
2309 compartilhado, é computada a privação também. Água. Se não tem acesso a água potável  
2310 ou a fonte de água potável está a mais de trinta minutos a pé de casa. É considerada  
2311 computada privação. O piso. Se é de terra, areia ou esterco. Ou seja, se não é de cimento,  
2312 é computada privação. A família usa lenha, carvão ou esterco para cozinhar. Se não é gás  
2313 de cozinha, é computada privação. Bens domésticos. O domicílio não tem mais de um:  
2314 rádio, TV, telefone, bicicleta ou moto. E se não tem carro ou trator, é computada a  
2315 privação. Esse é pouco mais difícil de entender. Ele tem que ter pelo menos dois. Então se  
2316 ele tiver rádio e TV, ele não é privado. Se ele tiver rádio e telefone ou telefone e moto,  
2317 não é considerado privado. Agora aquele que não tem nenhum daqueles bens ou só tem  
2318 um, é considerado privado. Ta bem? Pode passar Mayra. Esse quadro aqui. Ele não  
2319 demonstra exatamente, como que o calculo é feito. Mas se eu for abrir a fórmula ali  
2320 exatamente do jeito que ela é feita, a secretária me joga daqui. Então eu explico dessa  
2321 forma que fica mais fácil de entender. Isso é brincadeira, ta gente. Ela está séria lá. A  
2322 metodologia ao calcular. **Subsecretária Roberta:** Eu vou explicar porque. Sabe por que  
2323 gente? Você põe a fórmula lá é assim:  $Y^2$ , X é não sei o que, divide por... aí o pobre está  
2324 morrendo. Nós estamos explicando aqui. A fórmula. Que só os acadêmicos e estatísticos  
2325 entende. Então é preferível, eu falo com ele, toda a vez que a gente vai apresentar, eu falo  
2326 assim: se você apresentar aquela fórmula, você vai ficar sem um dente na boca. **Danilo:**  
2327 Ta gravado. Pode claro. Sem problema. Nós podemos mandar a metodologia completa.  
2328 Ao calcular o IPM nós calculamos em cima da população. Certo? Por quê? Porque os  
2329 domicílios pobres, independente do corte. Se é multinacional, se é por renda. Eles são na  
2330 maioria das vezes, maiores do que os domicílios não pobres. Certo? Se você pega o IBGE,  
2331 por exemplo. A classe de domicílios por renda. Nós conseguimos ver, por exemplo, que  
2332 domicílios, em que a renda média é de por exemplo até um salário mínimo. A média de  
2333 moradores por domicílio, é de 2, 3 no máximo. Desculpa, é de cinco, quatro ou cinco.  
2334 Quando você pega acima de 2, 3 salários mínimos, a média é de dois ou três no máximo.  
2335 Então ele tem uma média normalmente, os domicílios pobres eles são em média 30%  
2336 maiores do que domicílios não pobres. Então eu não posso calcular o IPM em cima de um  
2337 domicílio que não é justo, que não é o correto. Eu tenho que calcular em cima da  
2338 população. Ta bem? Mas ao apresentar aqui, eu apresento por domicílio, por isso que já  
2339 foi explicado anteriormente. Então aqui, eu tenho duas cidades, a cidade X e a cidade Y.  
2340 As duas cidades têm a mesma quantidade de domicílios, que são os cinco A, B, C e D.  
2341 Certo? O domicílio A da cidade X. O visitador social, foi lá bateu na porta, aplicou o  
2342 questionário computou 30% de privação. No B 20%, No C 35, no D 30 e no E 32. O corte  
2343 não é 30%? Então são considerados multidimensionalmente pobres, os domicílios A, C, D  
2344 e E. Ou seja, 4 do total de 5. Isso equivale a 80%. Certo? Na cidade Y, são considerados  
2345 multinacionalmente pobres, os domicílios C e E. Com 72 e 28, os outros estão abaixo de  
2346 30. 68. Dois domicílios, isso equivale a 40%. Certo? Até aqui, me leva a entender que o  
2347 município X é mais pobre que o município Y. Por quê? Porque ele tem uma maior  
2348 quantidade de pobres do que o outro. Correto? No entanto, a metodologia do índice de  
2349 pobreza multidimensional, ele orienta, ele coloca que, eu tenho que achar a média,  
2350 daquela pobreza ali. Então se eu pego e somo a pontuação dos domicílios pobres da

2351 primeira, eu tenho 127. Na segunda eu tenho 140. Eu achei uma média 127 por 4 e 140  
2352 por 2. Eu vejo que no município X a média da pobreza é de 32%. No município Y, a  
2353 média é 70. Certo? Multiplicando esses dois é que eu acho o IPM. Então o município X  
2354 possui um IPM de 25 ponto 6. O município Y de 28%. O quê que isso me indica? Me  
2355 indica que o município Y, apesar de ter menor quantidade de pobres, a pobreza lá é tão  
2356 severa, que ele é considerado mais pobre do que o outro. Então eu não considero só essa  
2357 possibilidade. Isso era um problema sério pra política pública, porque antes a gente  
2358 perguntava: quem vai atuar lá no Vale do Jequitinhonha, no município com 1000  
2359 domicílios, ou vou atuar na região metropolitana, no município com 10.000 domicílios.  
2360 Certo? Aí optava-se por fazer em maior quantidade. 4.000 domicílios. No entanto a  
2361 pobreza lá era muito maior, e muito mais complexa certo? Muito mais severa. Então ele  
2362 traz esse benefício pra gente. Porque ele orienta a política pública da maneira correta. Não  
2363 só pela quantidade, mas levando em consideração também, a severidade de pobreza que  
2364 esses municípios têm vivido. Ta bem? Podemos passar. Aqui eu tenho aqui estático os  
2365 dados que o porta a porta produz. No entanto, eu vou trocar o slide de vocês, porque aí eu  
2366 já vou mostrar pra vocês, os dados. Primeiro eu vou mostrar os dados de um município e  
2367 depois eu vou mostrar o consolidado dos trinta e cinco municípios que recebem recursos  
2368 fundo a fundo. Ta bem? Então o primeiro que eu vou colocar é o IPDF, Mayra. Acho que  
2369 assim. Assim ta melhor, não ta, dá pra ler. Tele show ta aonde? Que eu não estou. Sobe  
2370 Mayra. Modo de tela cheia é exatamente isso que eu estava procurando. Então eu vou  
2371 apresentar aqui o município de Frei Lagonegro. Pode passar que isso aqui é explicando a  
2372 metodologia. E aí volta, por favor, isso aqui é interessante. O IPM do Brasil é de 0,039.  
2373 Certo? O IPM de Frei Lagonegro é de 0,139. Ou seja, o IPM de Frei Lagonegro é três  
2374 vezes e meia maior do que o IPM do Brasil. Aí eu preciso que vocês entendam que não é  
2375 só em quantidade. Pode ser que a quantidade lá seja pequena, mas lá é tão severo, que dele  
2376 é 3,5 maior do que o do Brasil. Certo? Pode passar, por favor. Em fazendo uma análise  
2377 pelas dimensões, eu tenho essa situação: 33,5% domicílios neste município, são  
2378 considerados multidimensionalmente pobres. Ou seja, 100 domicílios que total  
2379 alcançaram 30% de privação. Certo? 83,9% dos domicílios possuem uma privação na  
2380 educação. Ou no indicador ano de estudo, ou no indicador matrícula das crianças. Certo?  
2381 Saúde. 22,8% dos domicílios possuem pelo menos uma privação na dimensão saúde. E  
2382 80% dos domicílios possuem privação em pelo menos um dos indicadores de padrão de  
2383 vida. Nós próximos a gente abre cada uma dessas dimensões. Pode abrir Mayra. Em anos  
2384 de estudo, 83,8% dos domicílios tem pelo menos uma pessoa, sem cinco anos de estudo.  
2385 Aí eu te pergunto: merece ou não merece banco travessia? Merece, não merece. Já está  
2386 implantando lá. **Conselheiro Volney:** Só um momento, Davi né? **Danilo. Conselheiro**  
2387 **Volney:** Danilo, pegando esse município aí em específico. Porque que o índice educação é  
2388 tão alarmante. Qual que é a explicação, uma vez que tem a travessia educação. Qual que é  
2389 a explicação? Porque é alarmante. Só pra gente entender o raciocínio ta. **Danilo:** Certo. Aí  
2390 eu vou te explicar. Vou perguntar que você recorde, aquele primeiro processo que a  
2391 secretária apresentou. A gente faz o porta a porta, faz mapa de privações que é isso daqui.  
2392 E depois eu faço plano Travessia. No mapa de privações, eu identifico a situação. Aí com  
2393 o mapa de privações, nós chamamos o município e vamos falar assim: vamos ver o que é  
2394 que está acontecendo aqui. Aí com o município nós vamos verificar porque se chegou  
2395 aquela situação, entende? E indicar qual que é a ação adequada. Certo? Então por  
2396 exemplo, pode ser que nesse município, aqueles 83.8% seja porque nos anos 70 e 80, a  
2397 educação não era universalizada lá. Como de fato não era no Brasil. Certo? Possivelmente  
2398 não tinha estrutura educacional adequada lá. Pode ser que o problema lá também seja  
2399 acesso. Certo? Estrada. E aí as pessoas não conseguiam ir. Então ao fazer essa análise no  
2400 plano Travessia. Eu consigo dizer: se tem que levar estrutura educacional, ou se é, por



2401 exemplo, um problema de infra-estrutura. Certo? As pessoas que vão, os assessores que  
2402 vão fazer o plano Travessia. São capacitados na metodologia de árvore dos problemas  
2403 aonde elas levam os gestores municipais a identificar o porquê, as causas daquele  
2404 problema. E juntos indicar qual que é a ação. E aí essas ações é que vão ser pactuadas,  
2405 vários convênios, do Travessia social, do travessia saúde, do travessia educação. Certo?  
2406 **Subsecretária Roberta:** Agora, deixa eu só colocar uma questão aqui. Volney. Que eu  
2407 acho que. É Márcio? Volney. É só pra gente poder compreender o seguinte, gente. O  
2408 porta a porta, ele não tem a pretensão de dar muita resposta pra questões que são  
2409 estruturais. Entendeu? Qualquer dado do IBGE que a gente pegar, nós vamos ver assim.  
2410 Se avançamos no Brasil de educação, se avançamos em Minas em educação. Se  
2411 avançamos em saúde. Nós temos grandes gargalos que são estruturais. Estruturais. Quer  
2412 dizer, aqui o que nós estamos tentando e uma estratégia pra minimizar privação. Saber por  
2413 que, por exemplo, se você pegar, igual ele colocou Frei Lagonegro. Primeira pergunta,  
2414 onde está Frei Lagonegro? Geograficamente? Se você pensar nisso, você vai ver norte de  
2415 minas e vale do Jequitinhonha e não sei mais o que. Você tem uma pobreza que é  
2416 estrutural. E que é histórica. Você não tem escola pra todo mundo. Você não tem posto de  
2417 saúde pra todo mundo. Você não tem hospital pra todo mundo. Isso é real. Isso é real.  
2418 Entendeu? Assim, então as causas disso aí elas são múltiplas. Pode ser uma questão de  
2419 estrada, pode ser uma questão de transporte, pode ser uma falta de professor. Pode ser  
2420 uma série de questões que o sistema da educação, o sistema de saúde, o sistema da  
2421 assistência social, ainda não é universal. E universal de qualidade. Porque se ele fosse  
2422 universal de qualidade, a política de renda para as pessoas se fosse de qualidade, nós não  
2423 teríamos indicadores no Brasil, de desigualdade, de pobreza, do jeito que nós estamos  
2424 tendo. Por isso é estrutural. Muito estrutural. Aqui existe um esforço, um esforço muito  
2425 grande nosso de tentar, fotografar uma realidade imediata. E tentar intervir em algumas  
2426 coisas, imediato, que pode minimizar privação. Nós estamos trabalhando com esse  
2427 conceito que é, é importante até que os conselheiros aqui, que pelo ponto de vista da  
2428 assistência social, a gente não trabalha com esses conceitos. Né? Por exemplo, você  
2429 pensar uma pessoa, eu estava falando aqui com o Geraldo, uma pessoa que ganha salário  
2430 mínimo, ou que vive do Bolsa Família gente, esse dinheiro é pra comer. Esse dinheiro não  
2431 é pra fazer o vaso sanitário. Não é pra fazer reforma em casa. Que quem é pobre, até nós  
2432 da classe média vamos fazer reforma em casa, a gente divide em 200 prestações. Pobre  
2433 não tem condições de fazer reforma. Pobre não tem condições de construir banheiro.  
2434 Pobre mora longe, não tem escola. Pobre tem que levantar cedo. Pobre não tem trabalho.  
2435 É isso, é disso que nós estamos falando. Nós estamos falando assim: é olhar para essas  
2436 pessoas com o olhar diferente. E entender que nós avançamos na política de superação de  
2437 pobreza, quando a gente traz no Brasil, um programa de renda mínima, que fala assim: por  
2438 isso que fala renda mínima, é para as pessoas minimamente comer. Por quê? Quando a  
2439 gente sustenta no Brasil de dizer: é impossível que a gente tenha pobres, que estão  
2440 comendo sopa de cacto. Isso é impossível. Nenhum gestor público pode tolerar isso. O  
2441 que nós estamos tentando dizer aqui, é que também não podemos tolerar. E essa conversa  
2442 a gente tem com os prefeitos, de uma forma muito gostosa. Eu falo assim: prefeito, não dá  
2443 para eu achar que o senhor está dormindo tranquilo, quando eu abro o mapa de privação  
2444 dele e falo assim: o senhor tem vinte domicílios que as pessoas estão “cagando” no mato  
2445 prefeito. E não sou eu que estou dizendo não. Sua equipe foi lá e viram elas não têm vasos  
2446 sanitários. Aí prefeito, eu não posso pactuar com o senhor de fazer uma praça. O senhor  
2447 sabe por quê? Porque se fizer uma praça, eu vou mandar o povo “cagar” na praça.  
2448 Entendeu? E é fato que as pessoas não têm vaso sanitário. As pessoas estão defecando em  
2449 lugares. Elas estão contaminando doença. Por exemplo, nós não podemos dormir  
2450 tranquilos, nós da política de assistência social. Achando que os CRAS estão fazendo

2451 visita nesses territórios. E estão vendo pessoas que caminham 30 minutos pra buscar água.  
2452 Entendeu? E essa água muitas vezes não é tratada. As pessoas estão adoecendo. Quer  
2453 dizer, nós estamos falando é desse tipo de pobreza. Que nós aqui nessa sala não temos.  
2454 Nós estamos falando de uma pobreza de pessoas que não tem luz. Nós estamos falando de  
2455 pobreza de pessoas. Nós estamos até avançando mais no patamar civilizatório. Porque nós  
2456 estamos falando de pobreza, por exemplo, porque que a pessoa pobre não pode ter uma  
2457 televisão. Não pode ter um meio de comunicação na sua casa. Nós estamos também  
2458 limitando um acesso dela, a diversão, a comunicação e a informação. Quando eu falo de  
2459 rádio, quando eu falo, nós estamos falando disso. Quando nós estamos falando, por  
2460 exemplo, da questão da lenha. Nós fizemos uma discussão super legal. Porque foi assim.  
2461 Pela questão cultural, que as pessoas cozinham a lenha. OK. Isso é super legal não é? Aí  
2462 você começa a pegar dados gente. Por exemplo, de zona rural. Porque isso é zona rural.  
2463 Né? Você pega a base, os adolescente, as pessoas, os filhos estão vindo pra área urbana.  
2464 Quem está sobrando na zona rural? São os idosos. Correto? Ao estar na zona rural, aí você  
2465 pensa assim. Pra gente é muito fácil. Porque se você chega em casa, por exemplo, vai  
2466 esquentar um leite, esquentar uma comida, fazer um mexido. Vocês ligam o fogão a gás e  
2467 faz tranqüilo. O pobre que cozinha a fogão a lenha, ele vai ter que ter a lenha lá pra  
2468 cozinhar. Se choveu, se molhou, dependendo da sua condição de vida. Ele pode inclusive  
2469 tomar leite frio, ele pode não ter geladeira, pode. São essas coisas que nós estamos  
2470 falando, que nós da área urbana, a gente não tem dimensão disso não. Entendeu? A gente  
2471 não tem dimensão do quê que é que essas pessoas estão passando de privação. Assim, da  
2472 forma como elas cozinham. Por exemplo, quando a gente trabalha a questão da reforma  
2473 em habitação é porque nós vamos construindo a habitação. A gente prioriza o que a gente  
2474 chama de cômodos molhados. Por quê? Porque são cômodos coletivos, e são cômodos de  
2475 contaminação. A cozinha, uma cozinha é alvo de contaminação, o banheiro é alvo de  
2476 contaminação. Então nós estamos com um conceito para além desse. Você entendeu? Que  
2477 eu acho que isso é super legal. E eu fico pensando assim, do ponto de vista da política de  
2478 assistência social. Se a gente tivesse condições, força pra poder universalizar isso. No  
2479 ponto de vista um dos maiores números de municípios. E a gente conseguisse melhorar o  
2480 padrão de vida dessas pessoas. Nós estamos falando é desse tipo de coisa. Que a gente  
2481 entende. A gente entende assim. Você chega na casa do pobre, ele tem uma casa no xxx,  
2482 tem uma casa organizada. E ele tem todas as coisas de dignidade e de direito, que todos  
2483 nós nessa aqui usamos. Todos nós. Entendeu? E aí, por exemplo, o meu ali, ele defende  
2484 essa questão do título. Porque ele sente isso na pele. Porque todos nós aqui deveríamos ter  
2485 casa com título na mão. E ele defende ali aguerrido. Então nós estamos fazendo esse  
2486 olhar. É multi. É uma porção de coisa que envolve o pobre, e que as políticas públicas  
2487 clássicas, continuam normais. O SUAS, o SUS, eles continuam fazendo os seus papeis.  
2488 Agora ao pobre, eu tenho que ter políticas, que a gente chama de políticas positivas, que  
2489 de essa sustentação. Porque ele não tem dinheiro nem tem condições de ter empréstimo  
2490 pra essas coisas não. Vai um pobre pedir empréstimo no banco pra poder fazer. Entendeu?  
2491 Fazer uma reforma. Nós estamos falando é disso. Assim, m síntese. Porque o meu amigo  
2492 ali é professor ele fala bonitinho. **Danilo:** Na dimensão nós passamos pra dimensão saúde.  
2493 Não. Volta, por favor, Mayra. Aí. Não. Passa. Oi? **Presidente:** Pode retornar Danilo. É  
2494 porque foi dado uma pausa aqui. Por que. Pra mesmo os conselheiros retomar a atenção a  
2495 sua fala. **Danilo:** É o senhor perguntou quantos domicílios nesse município. Lá no início  
2496 tem Mayra. Você retorna lá pra mim, por favor. Não total de domicílios, quando este  
2497 daqui foi feito, no ano passado, eu ainda não tinha os dados do censo 2010. Então aqui os  
2498 dados do censo de 2010. Você viu, por favor, que aqui está confuso Mayra. 1067,  
2499 representando uma população de 3367, 3329, ta bom? **Presidente:** Só um minutinho, por  
2500 favor. Danilo. Eu vou pedir a todos os conselheiros, qualquer intervenção, fazer... por

2501 favor, no microfone. Antes até de fazer, identificando o nome, para gravação depois.  
2502 **Conselheiro Ami:** Quantos domicílios se enquadraram no projeto travessia, no programa  
2503 travessia nesse município? **Danilo:** O município tem 1067. Correto? É isso? 1067  
2504 domicílios. E destes 1067 domicílios, passa, por favor, Mayra. 33,5% de domicílios são  
2505 dimensionalmente pobres. Trezentos e poucos. **Conselheiro Ami:** Trezentos e poucos. É  
2506 só outra pergunta que eu gostaria de fazer, é o seguinte: quando vocês vão a comunidade e  
2507 aos domicílios, pegam as informações e trazem. Fazem a tabulação. Vocês devolvem isso  
2508 para as famílias, para elas terem consciência de que, da situação delas. Porque vocês  
2509 foram lá, fizeram o levantamento, trouxeram, trabalharam aqui. Ou não sei aonde. Aí  
2510 obtiveram. Vocês fizeram essa apresentaram pra eles. **Danilo:** Esse mapa de privações, do  
2511 jeito que está aqui. É apresentado pra a comunidade, para a prefeitura. A prefeitura chama  
2512 de quem é a rede de instituições e apresenta. **Conselheiro Ami:** Não, não é as instituições.  
2513 É o povo que foi pesquisado. Lá a comunidade. **Danilo:** Eu entendi a pergunta do senhor.  
2514 Eu entendi. Aí nesse primeiro momento, isso daqui é apresentado para a prefeitura e para  
2515 as instituições, certo? Como nós temos domicílio por domicílio. Na hora de fazer a  
2516 atuação, Aí à população fica sabendo qual que é a situação real de cada domicílio.  
2517 **Conselheiro Ami:** Pois é, no contexto da comunidade. Da comunidade saber a situação  
2518 deles. Porque na verdade o município também é dividido também por áreas. E cada área  
2519 deve ter 50 domicílios assim. 30. **Danilo:** A secretária quer fazer uma colocação em  
2520 relação a isso. **Subsecretária Roberta:** Eu entendi. Como é que o senhor chama?  
2521 **Conselheiro Ami:** Ami. **Subsecretária Roberta:** Amir. Deixa eu te falar. A gente não  
2522 chega nesse grau de comunicação não. Com o indivíduo não. Sabe por quê? O quê que  
2523 nós estamos tratando aqui. Nós estamos tratando de uma responsabilidade pública, quase  
2524 o que eu diria de uma vigilância social. Entendeu? Pra dizer assim: vi isso, e lá eu tenho  
2525 que voltar a fazer intervenção. Porque ao pobre, ao pobre. A não ser o médico, porque o  
2526 médico é importante quando o médico faz um diagnóstico, ele fala com você o quê que  
2527 você tem e te dá o remédio. Aí o médico faz uma intervenção direta no indivíduo. A gente  
2528 faz intervenção na privação que ele tem. Então quando a gente vai rodar o porta a porta. A  
2529 gente faz todo um processo de mobilização. Comunicando que vai ter essa visita, que vai  
2530 ser feito programa travessia. E ter que explicar o quê que é o programa. Que o programa  
2531 vai chegar com essas intervenções. Então, o que a gente preocupa muito, é em dar  
2532 resposta imediata pra ele. Porque a ele, pra ele saber o grau de pobreza dele, não é  
2533 novidade. Porque eu vou falar assim: olha aqui, eu vou mostrar pro senhor. Eu vim aqui  
2534 visitei o senhor, aí o senhor está sem banheiro. Isso ele já sabe. Isso ele já sabe. Agora o  
2535 que a gente busca, imediatamente a essa resposta. É dar uma resposta pra ele, na  
2536 intervenção da vida dele. Quando a gente volta, por exemplo, construindo o banheiro. Aí  
2537 quando a gente vai na ação de construção de banheiro. Isso é o município que faz. E aí  
2538 quem faz essa pesquisa, não somos nós do estado não. É o município que faz isso. É a  
2539 equipe do município, das políticas públicas lá. Que é o território que eles já conhecem e  
2540 tudo. Aí quando vai fazer a intervenção, a gente seleciona esses domicílios. Aí é chamado  
2541 esse grupo, e fala: olha aquela visita que teve aqui, detectou que vocês estavam sem  
2542 banheiro. Então agora nós já vamos fazer o banheiro. Aí tem inclusive palestra, faz,  
2543 discute com eles como é que é o uso do banheiro. Tem toda uma monitoria, que faz  
2544 também. Porque não é só construir o vaso e depois voltar nisso não. Porque isso que a  
2545 gente está fazendo com as duas políticas públicas, saúde e CRAS. Então essa resposta, ela  
2546 é dada de uma forma de intervenção imediata. A gente volta pra ele e diz: olha nesse  
2547 conjunto de municípios aqui, tantos domicílios vão construir banheiro. Quando tem a  
2548 questão da água, que a gente faz uma redistribuição, que a gente entrevistou nisso também.  
2549 Instala junto com a COPASA e com a COPANOR, quem quer que seja. A redistribuição  
2550 dessa água pra ele ser beneficiado. Então ele tem uma resposta da ação. **Conselheiro**

2551 **Ami:** É eu sei, é tranquilo. Eu só queria saber. Esse projeto ele dura em torno de quantos  
2552 anos com a família? **Danilo:** O programa travessia? **Conselheiro Ami:** É. Por exemplo,  
2553 um ano, dois anos. **Danilo:** O convênio do programa travessia é de dois anos.  
2554 **Conselheiro Ami:** Dois anos. É porque meio importante, não sei se cabe o momento,  
2555 senhor presidente. Sugerir alguma coisa, eu não sei. Ou se eu puder falar em momento  
2556 oportuno. Eu sugeriria que nesses núcleos, que vocês trabalham no município, até núcleos,  
2557 famílias aglomerados no local, no distrito, sei lá. Que fizesse esse retorno pra, não pra  
2558 individualmente, no grupo pra você criar uma consciência coletiva da dificuldade. Pra que  
2559 as famílias tentem resolver coletivamente, as suas dificuldades. Dê uma contribuição. Pra  
2560 resolver a situação. Nossa situação está assim, está assado e tal, tal, tal. Então nós temos  
2561 consciência disso, e motivar as pessoas também a lutar em não receber só do estado o  
2562 benefício. **Danilo:** Eu entendi a colocação. **Conselheiro Ami:** Mas também procurar junto  
2563 com o estado junto com o estado, junto com, que o estado, prefeitura. Ne? o benefício.  
2564 Resolver essa dificuldade que vocês despertaram nelas esses problemas. **Danilo:** Entendi.  
2565 **Presidente:** OK. Danilo eu vou pedir pra você prosseguir. E aí eu gostaria que a gente  
2566 fizesse a intervenção agora no final, acho que fica melhor. Está registrada a sua sugestão,  
2567 inclusive na hora do debate a gente vai poder até trocar mais figurinha. **Danilo:**  
2568 Mortalidade infantil. 21,6% dos domicílios nesse município. Temos uma criança já  
2569 faleceu, desde a constituição da família. Certo? É importante a gente colocar isso, porque  
2570 senão a gente acha que é um problema de agora. E não é. É um problema desde a  
2571 constituição da família. E aí você fala assim: porque que não faz o corte? Não faz o corte,  
2572 porque se nós entendemos que se houve alguma criança. Se alguma criança faleceu desde  
2573 a constituição, é necessário ir verificar e monitorar, como está a situação hoje, para  
2574 garantir que aquilo não volte a ocorrer. Ta bem? Desnutrição, 1,4% dos domicílios possui  
2575 ou um adulto ou uma criança desnutrida. Pode passar, por favor, Mayra. Padrão de Vida.  
2576 1,3% dos domicílios não possuem eletricidade. É um indicador na maioria dos municípios  
2577 é baixo mesmo. Devido aos programas de levar eletricidade aos municípios. Sanitário.  
2578 31,5% dos domicílios, ou não possui sanitário, ou possui e ele é inadequado. Ou é  
2579 adequado e ele é compartilhado. Não pode ler aquilo ali como 31,5%, não possui. Tá  
2580 bom? Água, 65,5% dos domicílios não possui acesso a água potável no domicílio. Não  
2581 estou dizendo que elas não têm água. Senão elas teriam morrido tudo. Não é verdade? Ou  
2582 é a água imprópria ou a mais de 30 minutos a pé de casa. Revestimento do piso. 14,4%  
2583 dos domicílios, não possuem revestimento de cimento, ou piso comum. É areia, ou é terra,  
2584 chão batido. Combustível para cozinhar. 17,7% dos domicílios utilizam outra forma que  
2585 não o fogão a gás para cozinhar. Bens domésticos, 9,1% dos domicílios não têm pelo  
2586 menos dois daqueles bens necessários. Ta bem? Pode passar. Volta só pra gente lembrar  
2587 aqui Mayra. Vocês viram que nesse município, no padrão de vida. A maior privação é em  
2588 água. Normalmente a gente pega a maior privação aqui no padrão de vida. E expande  
2589 como exemplo, para verificar as áreas. Então aqui, eu sei que na área dois, a área dois  
2590 concentra a maior, tem a maior concentração de domicílios sem esse acesso a água  
2591 potável. Pode seguir. Os dados de desemprego. Aqui também é por domicílio. Esse dado  
2592 de desempregado, ele não compõe o IPM. Mas nós inserimos a pergunta no questionário e  
2593 por isso apresentamos aqui. Nesse caso, 15,3% dos domicílios possuem pelo menos uma  
2594 pessoa desempregada. Ta bem? Pode seguir Mayra. E os grupos, pra concluir, é uma outra  
2595 pergunta que é feita. Então 31,8 dos domicílios têm pelo menos uma pessoa idosa. 46,8  
2596 pelo menos uma criança. 30,4 pelo menos um adolescente. 2,8 pelo menos uma grávida. E  
2597 quase 30%, pelo menos uma mulher com mais de 40 anos. Isso pra gente é importante na  
2598 hora de se definir, na hora de se desenhar, as políticas públicas. Vou apresentar pra vocês  
2599 agora, o consolidado dos trinta e cinco municípios. Isso aqui já foi dito, que é o objetivos  
2600 que eu já falei. Então trinta e cinco municípios, diagnosticados em 2011, com recursos

2601 fundo a fundo. Isso alcançou 49000 domicílios mapeados. Porque mapeados? Porque  
2602 36000 foram de fato, efetivamente visitados e 13% foram justificados. Quê que é  
2603 justificado? Justificados são domicílios vazios, que aí, ou vazios vagos mesmo. Ou porque  
2604 no momento não tinha ninguém, e nem depois de três tentativas. Então o conjunto de 35  
2605 municípios e na verdade são 36.729 domicílios, nós temos que, 70% dos domicílios  
2606 possuem privação em educação. Certo? Desculpa, em estudo. Então se eu pego, nenhum  
2607 membro completou cinco anos de estudo, 26,69, apenas alguns 43.61. Pode seguir, por  
2608 favor, Mayra. Na privação matricula de crianças em idade escolar. Situação: com todas as  
2609 crianças não matriculadas, 0,86. Com pelo menos uma criança não matriculada, 0,77, ou  
2610 seja, 1,6% dos domicílios têm privação nesse indicador. Pode passar. Privação  
2611 mortalidade infantil, do total dos 35 municípios, 7,39% dos domicílios já tiveram pelo  
2612 menos uma criança, passa, por favor. Nutrição, a gente divide entre infantil e adulto.  
2613 Desnutrição infantil, 1,33. Adulto 1,01. Sem eletricidade. 3,13% dos domicílios neste  
2614 conjunto, não possuem energia elétrica. Pode passar. Sanitário. 8,11% dos domicílios não  
2615 possuem sanitário, 14,39 possuem, mas ele é inadequado. 0,1% possuem é adequado, mas  
2616 é compartilhado. Então também é privado. Pode passar. Água Potável. Que não tem  
2617 acesso a água potável, 25,67% consomem uma água imprópria. E 13,55 para acessar a  
2618 água têm que andar 30 minutos. Andar 30 minutos. Certo? Do domicílio. Combustível  
2619 para cozinhar. 0,61% dos domicílios não têm fogão. 10,7 cozinham no fogão a lenha. 0,07  
2620 com fogareiro a querosene. Pode passar. Os bens domésticos, são, como é o conjunto  
2621 desses seis. Aí nós abrimos cada um. Então, o que não possui rádio, 10000 domicílios, ou  
2622 seja, 28,9. Não possui televisão, 11,9. Não possuem telefone, 40%. Não possui geladeira,  
2623 14,15. Não possuem bicicleta ou moto, 50%. Não possuem carro ou trator, 80%. Essa  
2624 coisa do carro ou trator é uma coisa que é muito perguntado, porque com o IPM utiliza  
2625 carro e trator. É utilizado naquele caso ali trator. E no momento da pesquisa, da varredura  
2626 isso é falado. Não é trator, esses tratores que nós estamos acostumados a ver não. É  
2627 porque é internacionalmente considerado trator qualquer carro com tração nas quatro  
2628 rodas. Carro com tração nas quatro rodas é muito importante no campo, no que se refere a  
2629 escoamento de produção. E na zona urbana o carro é muito importante principalmente no  
2630 que se refere à mobilidade para o trabalho. Por isso que os dois itens entram ali, tá bom?  
2631 Acabou, então, é isso. **Presidente:** Eu quero parabenizar, Roberta, primeiramente e depois  
2632 você Danilo. Pela explanação, num nível de detalha bastante claro, numa linguagem muito  
2633 acessível. E principalmente assim. A minha visão é que ambos, os projetos porta a porta  
2634 ele tem a visão com lupa. Ele tem uma visão com lupa. O que a gente observa que ele  
2635 busca um nível detalhamento que mostra a cara dessa situação. E o melhor dele, é quando  
2636 ele mostra a questão multi da pobreza. **Danilo:** Multidimensional. **Presidente:**  
2637 Dimensional. E aí você consegue fazer o recorte onde é que existe aquela quebra. Então se  
2638 utiliza gasto e ao mesmo tempo, necessariamente, não guarda uma relação, numa situação  
2639 só dentro das várias outras, não guarda uma relação direta de assegurar que aquilo está  
2640 abaixo da linha de pobreza ou não em função daquele item. Então vejo com muita  
2641 propriedade. A outra situação é que, inclusive pegando gancho aqui, da sugestão do  
2642 Amir. É que na realidade, quando se faz esse tipo de levantamento. E aí cabe uma  
2643 intervenção. A gente tem o retrato da intervenção que se procede. É óbvio que se você  
2644 retorna isso pro município, e com certeza é retornável. Então o município, vai chamar,  
2645 deve chamar as suas lideranças comunitárias. Não porque cabe as lideranças com mais  
2646 propriedade, estabelecer a ordem de prioridade. Isso, o pessoal fazendo a colocação dentro  
2647 da minha visão. E aí eu penso que quando se dá, esse retorno se dá, pensando na utilização  
2648 da política pública, pelos organismos que tem a obrigação de da. E aí eu diria até que  
2649 nesse caso, Danilo, com todo o respeito, mas eu penso que melhorar padrão de vida, é tirar  
2650 ela de uma situação de extrema degradação. Porque quando a gente fala numa situação

2651 que ainda ele não tem acesso a água ou a energia. Aí você por consequência inibe uma  
2652 série de outros benefícios que ele podia estar tirando. Da energia ele tem o rádio, ele  
2653 acabou de ver aí agora o retrato. E aí tem a televisão, tem a mídia. Aí você pega, a gente  
2654 estava brincando quietinho aqui, da um monte de fogão a gás, mas o caminhão vai lá  
2655 levar? Então fica parecendo uma situação a aqui dentro da própria Belo Horizonte, a gente  
2656 tem aqueles potinhos recicláveis, com cada um de uma cor. Depois o lixeiro chega, põe  
2657 tudo num caminhão só, e leva embora. Então tem toda essa observação, mas da um retrato  
2658 muito bacana. Aí eu quero chamar a atenção nossa enquanto conselho, na seguinte ordem.  
2659 Primeiro, na visão é bacana que isso aconteça, e vai pra além da visão. Que estivesse  
2660 ainda associado ao sistema, de assistência social. Porque isso necessariamente, o fato de  
2661 não estar atrelado, não quer dizer que não retira o beneficiário de uma situação de  
2662 degradação. A segunda situação, é que: o fato de eu não estar no fundo, não quer dizer que  
2663 a gente não pode estabelecer o controle social via uma parceria com clareza. Nos moldes  
2664 dessa aqui agora, que está sendo apresentado. Isso é importante pra gente saber que  
2665 independente de estar dentro da política, dentro do orçamento da política, a gente tem um  
2666 projeto que está trabalhando concomitantemente com ela. Então a questão de a gente ter  
2667 essa visão, e não entender que tem que estar, ou se deveria estar. Acho que primeiro é  
2668 entender, primeiro conhecer, e saber o que ele está processando em função disso. Não é?  
2669 Que forma como ele processa? E se ele realmente chega com uma clareza, se ele  
2670 realmente chega pra esse beneficiário, numa situação até melhor do que ele está  
2671 estabelecido. Então essa visão nossa eu acho que precisa acontecer pra gente saber. Aí eu  
2672 gostei muito da fala do Mauro e do Marcos Vinicius. Quanto traz a situação dos  
2673 quilombolas, que é a questão da titularização. Porque se isso impedir o acesso a outros  
2674 benefícios, então realmente a gente está brincando de fazer política. Então é muito bem  
2675 trazido, acho que a gente deve fazer essa discussão aqui, pra saber onde é que existe essa  
2676 interferência do Travessia, do porta a porta, do travessia depois que guarda uma relação de  
2677 aplicação de recursos muito maior. Porque o porta a porta de da demanda, e aí você sai  
2678 tirando as pessoas daquela situação. E aí nós temos que ver onde é que está inserida essa  
2679 população, quilombola e a população privada de terra. Mas eu quero assim, deixar  
2680 antecipadamente registrado aqui, no prazer em conhecer no detalhe e entender o benefício  
2681 que traz. Agora se a gente puder brigar e somar junto forças pra buscar mais recursos. Eu  
2682 não sei se pro porta a porta. Com medo de você não dar conta da demanda. Ou se pro  
2683 travessia, para dar conta de tirar essa assessora dessa situação. **Subsecretária Roberta:**  
2684 Aí, é só pra gente clarear Geraldo, e entender. É o seguinte, eu acho que pra nós é um  
2685 prazer enorme estar aqui. Quantas vezes forem chamados a passar um dia para gente  
2686 discutir, pra gente detalhar. E todas essas intervenções, com certeza o que puder  
2687 enriquecer nesse processo, com certeza nós estamos aberto. Agora, é muito importante  
2688 que a gente compreenda um pouco a diferença do que nós estamos tentando fazer, ta  
2689 gente. Porque é isso assim que eu coloquei. Quisera eu chegar aqui, e poder dar uma  
2690 resposta precisa, e uma garantia precisa de que determinadas mazelas de políticas  
2691 públicas, fossem resolvidas a partir desse destarte. Não absolutamente, o que a gente está  
2692 usando é uma articulação de conversar e de brigar por estas questões que a política de  
2693 assistência social, identifica esses domicílios, essas famílias pobres. E como é que  
2694 estrategicamente a gente pode somar com políticas públicas estratégicas pra poder ajudar  
2695 a tirar essas pessoas de situação minimamente de privação. Minimamente de privação.  
2696 Né? Quer dizer, nós não podemos ter a ousadia de achar que isso vai resolver  
2697 imediatamente a questão da pobreza. A outra questão é que quando a gente adotou essa  
2698 metodologia, quer dizer que o governo optou por essa metodologia. Então uma série de  
2699 itens que a gente tenta sanar e tem outras coisas que dado à prioridade, né? Porque é isso,  
2700 você depara com um pobre nesse rol de privação, tem coisas que é prioritária pra gente

2701 poder atender. Porque nós não vamos atender tudo. Ou seja, nós não vamos comprar fogão  
2702 pra todo mundo, nós não vamos comprar rádio pra todo mundo. Não vamos. Nós vamos  
2703 ver quais são as prioridades e aonde a gente consegue alcançar, pra poder dar conta disso,  
2704 na operacionalização inclusive do município. Porque isso não é operacionalizado pelo  
2705 estado. Isso é operacionalizado através de relação de convênio com o município. E tem  
2706 um eixo aí, que das outras secretarias elas continuam fazendo as suas ações, nas relações  
2707 conforme as determinações daquelas políticas. Seja o SUS, seja a educação. Isso tudo  
2708 entra na regra normal. E nós não vamos quebrar a regra. Até poderia ser um sonho nosso.  
2709 Dada a emergência do quê que nós estamos vendo desse pobre. Agora, nós estamos assim,  
2710 com muita garra nessa proposta, entendendo que, o que nós estamos trazendo para esses  
2711 domicílios e essas famílias pobres. Nós estamos entendendo que nós estamos trazendo  
2712 algo de direito. Né? Assim, essa importância, por exemplo, de devolver a informação pra  
2713 eles. Estrategicamente a gente está tentando publicizar o máximo que pode. Agora, uma  
2714 questão é a gente parar no processo de mobilização pra discutir isso com as famílias, ao  
2715 passo que elas estão numa situação de privação. Que por obrigação do poder público, tem  
2716 que tirar essas pessoas de privação. Né? Porque assim. Em outras políticas públicas,  
2717 ninguém questiona isso, por exemplo, ninguém fala na saúde assim: Por exemplo, você  
2718 vai fazer uma vigilância sanitária, e você faz um diagnóstico pega uma metodologia. E vê  
2719 a possibilidade de você instalar determinados equipamentos públicos sérios, que tem que  
2720 implantar, porque você está vendo a possibilidade de uma epidemiologia que vai ocorrer  
2721 ali. E na saúde pública ninguém fala isso. É na saúde, na educação. Por quê? Porque é  
2722 obrigação, está inserido é direito. Agora na assistência e na questão de algumas  
2723 superações de privação que as pessoas têm. A gente ainda tem dúvida se é direito. A gente  
2724 tem muita dúvida se é direito, por exemplo, da pessoa, do estado, eu falo o estado  
2725 brasileiro. Né? Do estado brasileiro chegar e ver que essa casa não tem banheiro. Se ele  
2726 não tem direito a acesso a esse banheiro e que passa a ser obrigação, porque ele está  
2727 excluído gente. E não tem porque não quer não. Ele não tem é porque não renda. Lá onde  
2728 que ele mora ele não tem possibilidade de ter um bom salário pra ter uma boa casa.  
2729 Entendeu? Porque ele está excluído do sistema, seja histórico, seja o que for. Mas é um  
2730 contingente de famílias que estão lá, pobre de “marré deci”. Nós estamos falando é disso.  
2731 Porque se a gente não compreender isso, a gente também não compreende o processo de  
2732 chegar para a oferta dessa intervenção, como direito. Isso é um direito. Por exemplo,  
2733 quando a gente discute com os prefeitos, eu falo: olha a sua população foi eleita, te elegeu  
2734 e ela tem o direito a ter o serviço, ao acesso a água, a luz. A gente não está dando a luz pra  
2735 ele não, nós estamos articulando pra ver se a CEMIG chega lá, pra ligar a luz. Ele vai  
2736 pagar por isso. Ele paga pela água, que se ele for consumir pela COPASA, pela  
2737 COPANOR, igual eu pago, igual você paga. O que a gente está tentando é ver se ele tem  
2738 uma concessão menor. Por quê? Porque a renda dele é menor. Nós estamos falando é  
2739 disso. Das pessoas terem no mínimo as condições dignas que todos nós aqui nessa sala  
2740 temos. E que estrategicamente, em alguns lugares se avança mais outros lugares se avança  
2741 menos. Por exemplo, a gente pode trazer pros senhores, fotografia, dessas intervenções  
2742 que nós estamos fazendo. De casebre gente, que não dá pra gente. Palhoça da gente tá aqui  
2743 nesse conselho que defende a política de assistência social, para, como de direito, pra  
2744 essas pessoas. A gente achar que, basta um CRAS, basta a informação do CRAS, e que a  
2745 D.Maria tem que ser consciente para ela ir lá. Porque primeiro, o CRAS está longe dela. O  
2746 posto de saúde está longe dela. A casa dela, quando ele volta, ela passa uma situação de  
2747 risco total. Agora o que nós estamos falando, é desse direito, que todo ser humano. Se nós  
2748 brigamos pela democracia, nós estamos dizendo que democracia não é só socializar  
2749 informação não. Democracia é ter direito a bens e serviços como todos nós aqui nessa sala  
2750 temos. Isso que é democracia, plena democracia. Porque às vezes a gente compreende que

2751 a democracia é só informação e participar da decisão. Isso é um passo. Democracia plena  
2752 é você ter uma população, uma civilização, onde as pessoas têm pleno acesso ao direito de  
2753 ter acesso a serviços públicos e ter dignidade de vida. Isso que é democracia plena. Isso  
2754 que é país desenvolvido e é subdesenvolvido. Porque a democracia plena só se dá nesse  
2755 patamar aí. Não é só o de querer poder participar. E ter que participar. E ter que tomar  
2756 decisão. Isso aí é uma parte da democracia. Porque a democracia plena é você saber que o  
2757 mineiro, colega seu, mineiro, que mora lá no Vale do Jequitinhonha. Ele tem aonde  
2758 “caga” ele tem aonde, é dormir é isso. É isso que nós estamos falando. Essas coisas tudo  
2759 bonitinho que ele explicou aqui ó, está produzindo é isso, na lata pra nós aqui. Entendeu?  
2760 Agora, para que a gente encampe uma coisa dessa. Tecnicamente eu preciso disso aqui.  
2761 Eu preciso aqui pra discutir com o planejamento. Eu preciso disso aqui, pra dizer meu  
2762 orçamento é tanto sabe por quê? Porque eu estou propondo modificar esse indicador.  
2763 Política pública é isso. Porque eu não posso trabalhar com muitos, com vários. Entendeu?  
2764 Eu não posso não. Eu tenho que ter uma linha de base, pra dizer se eu peguei a família  
2765 nessa situação, estou intervindo. E vou tirá-la dessa situação. E eu tenho que ter dados  
2766 gente. Eu tenho que ter dado, eu tenho que ter indicador. Eu acho que o salto que nós que  
2767 demos da política de assistência social, está dando em cima disso. Né? Porque enquanto a  
2768 gente não tiver esses dados, a gente também fica aí restringido até pra conversar.  
2769 **Presidente:** OK. Roberta. Pois não, Consolação. **Consolação:** Depois disso, tem essa  
2770 questão do monitoramento, qual impacto que teve naquele município, que aquilo  
2771 aconteceu? Porque ele falou que a família fica, acompanha, o programa são dois anos.  
2772 Não é isso? Naqueles domicílios eles são em dois anos o programa. Então você tem o  
2773 acompanhamento também de impacto. O quê que ocasionou com aquela família, por  
2774 exemplo, fogão ou... **Subsecretária Roberta:** Não da família não. De domicílio.  
2775 **Consolação:** De domicílio. **Subsecretária Roberta:** Veja bem gente. Quê que é, por  
2776 exemplo, quê que nos vamos aferir impacto. Ne? No programa. Por exemplo, se eu tenho  
2777 um indicador aqui ó. Mayra vê aí pra mim do município de Frei Lagonegro. Se eu estou  
2778 dizendo assim: Frei Lagonegro. Tem 0,44 de índice multidimensional. Calculei o índice  
2779 dele. OK? Então o quê que eu tenho. Nós estamos fechando, a fórmula de poder. Nós  
2780 vamos intervir em dois anos, tá? Aí nós vamos fazer ou por amostragem. Ou com dados  
2781 secundários, pra gente ver. Aplicar de preferência, por exemplo. A mesma metodologia,  
2782 porque pra ver se o índice dele teve mobilidade. Esse é o mínimo que a gente vai ter quer  
2783 responder. Isso aqui nós vamos ter quer responder. Porque eu disse a linha de base dele  
2784 aqui, foi isso. E desses domicílios. Tem alguns impactos que são visíveis, por exemplo:  
2785 quando vocês perguntam, monitoramento quando estou. Eu estou trabalhando com  
2786 dinheiro público, então se eu passo um dinheiro pra prefeitura. Pra ela fazer 100 módulos  
2787 sanitários, ela me mostra a fotografia, com os endereços. E tem que bater com o endereço  
2788 que eu visitei. Porque essa base de dados fica comigo. E ela me mostra o endereço e me  
2789 mostra a casinha lá, aparece a D.Maria com o número um lá. Aí quando ela faz a  
2790 intervenção, faz os módulos, ela põe uma fotografia depois. Da casinha. Então isso aí já é.  
2791 Porque quando eu trabalho com um projeto, você tem impactos que são visíveis. Você tem  
2792 10 casas que você vai reformar. Você tem a fotografia lá. Depois você vai lá pra prestar  
2793 conta do dinheiro que você gastou e me dá a fotografia. Aí vocês podem levantar, a gente,  
2794 mas pode ter corrupção, pode. Claro que pode. Claro que pode. Claro. Agora, tem que ter  
2795 o acompanhamento e ter controle, eu estou tratando com o dinheiro público. Não é uma  
2796 subvenção que eu tirei da minha conta. Se eu tivesse um dia e desse pro cara, e fala faz  
2797 isso, e pronto acabou. Não isso é dinheiro público. Quando nós estamos indo lá,  
2798 trabalhando com a turma da assistência e a turma da saúde. Tem toda uma discussão de  
2799 capacitação que nós estamos fazendo com eles, pra eles poderem acompanhar isso aí.  
2800 Construiu o banheiro, e aí. Toda a vez que o agente comunitário for lá dá uma olhada pra



2801 ver se não tem uma planta plantada no vaso. Né? Porque tem que ter pra ver se ele está  
2802 usando. Entendeu? Quer dizer, você instalou a rede de água lá. Quer dizer, vai falar que o  
2803 povo não está usando a água, se isso era privação dele. São coisas assim, bem concretas.  
2804 Agora, do ponto de vista do indicador. Isto está no meu estruturador, porque o programa é  
2805 um programa estruturador. E em quatro anos eu tenho que mudar essa linha de base aí.  
2806 Portanto, meus senhores. Eu vou ter que trabalhar mais muito, mais muito, não é pouco  
2807 não. Pra poder, depois fazer toda essa matemática acadêmica aí, pra poder comprovar,  
2808 porque, disso depende a continuidade ou não. Por exemplo, se você muda governo, não  
2809 sei o que, você tem dados comprobatórios que foi uma proposta estratégica boa e que ela  
2810 tem resultado, né? Agora, se a gente trabalhar mal também, entendeu? Amanhã você pode  
2811 acabar, qualquer. Porque isso é um programa que está inserido nesse governo. Quer dizer,  
2812 ele não é uma, um serviço uma política pública que está inserido, como um todo,  
2813 entendeu? Um desenho mais forte. OK meu Geraldo. **Presidente:** OK Roberta. Algum.  
2814 Conselheiro Mauro, por favor. **Conselheiro Mauro:** Em relação, voltando a questão do  
2815 povo do campo. E eu vou estar sempre defendendo isso. E que, com uma certeza muito  
2816 grande de que nós estamos ocupando os lugares estratégicos, que o povo do campo nunca  
2817 tiveram, ao longo do seu processo. E outro dia eu conversava com o presidente da  
2818 associação da minha comunidade e falava com ele: olha agora nós percebemos porque nós  
2819 não tínhamos nada, éramos enganados. E como as pessoas faziam tais coisas com a gente.  
2820 Porque nós ficávamos no nosso canto isolado e de vez em quando vinha alguém nos  
2821 prometendo coisas. Até pra formar associação, que a gente ia ganhar dinheiro, que a gente  
2822 ia fazer aquilo e vida foi dando oportunidade pra gente. E a gente conseguiu perceber que  
2823 quando a gente tem informação à gente tem poder. A gente tem poder. E assim, tem  
2824 muitas pessoas leigas no campo, que não tem cinco anos de escola. E tem uma educação  
2825 popular que adquiriu ao longo do processo e tem poder nas suas mãos. E quando eu  
2826 percebo e vejo os dados estatísticos que traz isso: que 70%, 80% da alimentação  
2827 brasileira, vem da agricultura familiar. São desses pobres que estão lá no campo. São  
2828 desses pobres. Que não tem acesso a nada disso que nós estamos falando. E que agora nós  
2829 estamos vislumbrando isso. Tem um movimento que ele participa, seja lá de sindical, seja  
2830 lá de qualquer que for que seja, mas ele produz. E põe na mesa do brasileiro a qual nós  
2831 comemos hoje. O CRAS não atende o povo do campo, isso é público e notório. E nós que  
2832 estamos lá sabemos disso. E quando a gente pede para ter atendimento. Há não dá pra  
2833 atender não. Não dá não porque nós temos que trabalhar com o povo aqui do não sei da  
2834 onde. Ali no morro ali. Não sei da onde. Olha vai lá fazer uma visita. Não, não tem jeito  
2835 não. Mas nós estamos, quando a gente chega até aqui, a gente também vai lá pro  
2836 município, e a gente está podendo estudar, compreender e ver porque não. Se da mesma  
2837 forma que a gente paga imposto. E que é uma quadra que é poliesportiva que faz lá na  
2838 cidade, e não faz lá no campo. Nós também temos os mesmos direitos, todos os direitos.  
2839 Porque nós pagamos os impostos igual por igual. Outra questão é a questão da água.  
2840 Mesmo hoje, se nós colocássemos água potável, tratada, pra todo mundo do campo. O  
2841 problema ainda continuaria, porque ele sai de manhã da casa dele, e vai para uma  
2842 chapada, pra um lugar, que lá ele tem que fazer as necessidades lá mesmo. Vai comer sem  
2843 lavar as mãos, porque não tem água às vezes nem pra ele beber, porque passa o dia todo  
2844 lá, e leva a marmitta dele, pra almoçar lá. E vim de lá com 50kg de feijão batido, apurado,  
2845 peneirado pra casa. Eu estou falando isso de um ovo. Porque se ele conseguisse amarrar  
2846 esse feijão lá num saco, alguma coisa, e rolasse, ia chegar lá na casa do Pevedeu, eu estou  
2847 falando da situação de. Nós moramos e visitamos 27 municípios no Vale do Mucuri com  
2848 essa situação, onde pessoas plantam a margem do asfalto, porque ele quer um pedaço de  
2849 terra, e a pessoa não dá. Um fazendeiro que tem aí, milhares de hectares de terra. Essa é a  
2850 situação dos povos do campo, que está lutando por direito, e está gritando, mesmo

2851 fazendo de desentendido, mas nós vamos continuar nessa luta. Mesmo sabendo que tem e  
2852 haverá impossibilidade, porque não vai querer que os povos cresçam. Porque vai sempre  
2853 estar aí uma pirâmide onde poucos terão muitos e muitos terão pouco. Mas a voz desse  
2854 povo vai continuar porque, de 2003 pra cá, eu vi muita gente, apesar de não ter um  
2855 banheiro. Mas ele está comprando nem que seja televisão com antena parabólica. Ele está  
2856 colocando cerâmica no seu piso, eu estou vendo isso. Nós estamos vendo isso, quem mora  
2857 no campo. Eles estão tendo esse acesso, estão fazendo isso e não estão tristes. Estão  
2858 alegres, às vezes a gente conta pra eles como é que é a vida aqui na cidade grande. Eles  
2859 sorriam, olha pra lua clara no céu. Brinca com a família ainda. E para terminar, ontem eu  
2860 tive uma experiência, apesar de eu viajar até bastante em consideração aos nossos povos  
2861 lá. Eu fui fazer uma compra, e a compra a vista está mais difícil de fazer do que parcelada.  
2862 Não faz o cartão porque aí você vai poder ter desconto de 10%. Eu falei assim: mas a vista  
2863 não tem? Não a vista não tem não. Você tem que fazer o cartão pra você ter os 10%. Né?  
2864 Aí sentei lá, falei assim, vai demorar. Não são cinco minutos. Daí a pouco a outra falou  
2865 assim: é meia hora. Mas ela falou que são cinco minutos, eu falei assim é meia hora. Liga  
2866 pra não sei pra onde, aí espera, liga pro meu colega, liga pra não sei quem. Eu falei assim,  
2867 isso é muito chato, vou ligar pro meu colega por que. Aí começou a pedir o meu endereço.  
2868 Onde você mora? Eu moro na comunidade de Santa Cruz, lá em Ouro Verde de Minas,  
2869 comunidade quilombola. É? E o bairro? Eu falei assim: é uma comunidade rural não tem  
2870 bairro. E o número? Eu falei assim: não tem número. Não tem número lá? É uma  
2871 comunidade rural. E onde você trabalha? Eu sou autônomo, trabalho num território de  
2872 27 municípios. Qual o endereço? É um território de 27 municípios, não tem endereço, ué.  
2873 Como é que ia dar endereço de 27 municípios. E continuava me fazendo pergunta, né?  
2874 Um telefone fixo? Eu moro numa comunidade rural, não tenho telefone fixo. Ta, então me  
2875 dá o seu celular. Eu moro numa comunidade rural, lá não tem telefone ainda, não tem  
2876 celular, não pega celular. É assim e começa a fazer pergunta. Eu hoje estava comentando  
2877 com alguns de nossos colegas assim. Como é que a dimensão de quem não tem quê que é  
2878 um povo que mora no campo. Parece que tem, casa dele tem numeração, tem isso, tem  
2879 aquilo, tem rua. É então assim, é uma série de coisas gente, que a gente traz aqui pra gente  
2880 compartilhar e ver que, quando a gente fala que tem essas dificuldades lá, ela é real, e nós  
2881 temos uma experiência e é a que eu vivo. Eu estou vivendo nessas condições e nós vamos  
2882 poder levar o Travessia lá sim.. A gente poder compreender. Quando eu falo isso, não é  
2883 pra criticar não. Porque a gente sabe que ao longo desses anos, nós fomos negados de  
2884 todas as políticas públicas possíveis. Sabe? Fomos negados a isso. E o que nós temos hoje,  
2885 foi por conquista de movimento. Obrigado. **Subsecretária Roberta:** Olha eu estou  
2886 entendendo. Eu estou entendendo que você gostou do Travessia, então você que leva-lo.  
2887 Então eu estou mais satisfeita. A gente volta lá, Mauro. **Não Identificado:** Bom, eu não  
2888 quero repetir o primeiro que ele comece que continue um pouco da parte que ele coloca.  
2889 Primeiro, colocar que todas as políticas hoje, se a gente for avaliar se a dez ou quinze  
2890 atrás. O que era o campo e o que é o campo hoje. Tinha o Geraldo pra começar algumas  
2891 mudanças. Inclusive com as que o próprio Mauro começa a colocar. Algumas políticas  
2892 esta lá. O crédito, a própria PRONAFE, a habitação rural que começa a chegar agora  
2893 através dessa política que está lá na Caixa e pelo Banco do Brasil. Alguns programas que  
2894 vão surgindo mais recente. A própria experiência, uma série de políticas públicas. Que  
2895 apesar das limitações elas começam a chegar ao campo. Não é? E eu queria previr duas  
2896 coisas. Uma é quando você fala com relação a dados. Informações. Se você vai hoje à  
2897 cidade, você vê que, no informe um pouco que limitada. Mas se você pega uns dados  
2898 sobre a população, sobre informações de como elas montam. Quando você vai ao campo,  
2899 seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área das políticas sociais. Quase  
2900 que não existe. E a gente tem as negociações que a gente faz do grupo da terra Brasil em

2901 Brasília. Em todos os anos. E quando a gente chega à negociação. O governo federal, os  
2902 ministérios, eles não tem dado do campo. E aí a pergunta que a gente faz é a seguinte:  
2903 como que você vai construir uma política pública, para um determinado público, se você  
2904 não tem dados desse público? E aí eu acho que assim: volta ver o ... achando interessante  
2905 o programa travessia. Só que eu acho. Não sei como que faz para .... uma abrangência  
2906 grande, ou que. Por exemplo, eu sou da região do Jequitinhonha, esse período, sem viaje,  
2907 faço reuniões, faz encontro. E alguns momentos que eu chamei falando pra vocês na  
2908 assembléia, não lembro qual que é o tema que eu andei falando na atividade que eu tive na  
2909 assembléia. E eu estou vendo aqui hoje que estão com mais detalhes. Mas eu não  
2910 consegui, por exemplo, nesses momentos que eu tenho geralmente de juntar com os  
2911 trabalhadores na assembléia dos sindicatos. Viver, falar num programa cheio e estar aqui.  
2912 Afinal. Perguntar a comunidade foi beneficiada. Por isso que eu perguntei qual tração em  
2913 cima dos municípios. E compor, saber quantas famílias e quais famílias, que estão dentro  
2914 do programa. Eu acho que isso, ajudaria. E o próprio depoimento. Eu acho que a gente  
2915 conversou aqui, pelo que menos o que eu percebi, o que a gente traz hoje, que o problema  
2916 na questão fundiária, é um problema grave. E eu queria assim, perguntar pra esse  
2917 conselho, por exemplo, se a gente entende que isso é uma, importante, é uma gravidade. E  
2918 de que forma, talvez a gente poderia contribuir no processo, pra que a gente puder ajudar.  
2919 Vendo que principalmente, exigindo xxx que tinha no norte de minas. Que são regimentos  
2920 que estava sendo trabalhados pelo programa de regularização fundiária. E que durante  
2921 esse programa parou o processo. E hoje inclusive que é a secretária é a xxx. Então seria  
2922 assim, tentar, inclusive o conselho pudesse ajudar. Não sei se alguém da secretaria depois  
2923 pudesse em um outro momento aqui. Ou expor, de como provável o que está acontecendo,  
2924 que essa política não consegue chegar nos trabalhadores. Eu estou falando isso, pra vim.  
2925 No final de semana passada, eu estava numa assembléia e o trabalhador tá lá. Quero  
2926 participar do programa de uma vez, exposição sobre o programa nacional de habitação  
2927 rural. E nós não vamos participar do programa. Prefeito passou aqui e fez o cadastro. Mas  
2928 o meu título não chega. E eu todo dia estou lá no sindicato com as pessoas que fizeram o  
2929 cadastro até então. E este título não chega. Então assim, eu queria saber se a tinha alguma  
2930 forma aqui, que esse conselho pudesse ajudar nesse processo. Ver o quê que está  
2931 acontecendo, porque que este título não saiu. Se algo, o quê que pode ser feito, pra que a  
2932 gente possa resolver. E essa informação do programa travessia. Quais os números que a  
2933 pessoa colocou, onde a gente tem acesso. Talvez esse número de famílias, isso ajudaria,  
2934 num processo até de controle, de como que as pessoas estão sendo beneficiadas. Isso eu  
2935 acho que é importante. **Subsecretária Roberta:** Eu continuo insistindo assim. Nesse  
2936 momento. Presidente: Por favor. Só me dá um minutinho, por favor. Eu estou com uma  
2937 urgência pra você ir a hora do almoço, aí enforcado o almoço em função dessa  
2938 necessidade. E eu estou sendo requisitado agora urgente numa situação minha da entidade.  
2939 Então eu gostaria de pedir desculpas, onde eu preciso me ausentar. Mas o diretor Marcelo  
2940 continua dando seqüência aqui. E antecipadamente eu quero te agradecer Danilo, também.  
2941 E com certeza nós vamos estar chamando vossas senhorias outra vez pra estar aqui  
2942 conosco pra apresentar outros projetos que são de nosso interesse. Não é? E o conselheiro  
2943 Marcos Vinícius, você não estava aqui no momento em que eu falei a respeito da sua  
2944 primeira fala e do Mauro. Mas é uma tratativa que nós vamos dar, com toda certeza, nós já  
2945 temos registrado isso aqui. Tá OK. Então dando seqüência, muito obrigado a todos. E  
2946 desculpe, mas eu preciso me ausentar. Obrigado. **Subsecretária Roberta:** É, o quê que eu  
2947 poderia trazer pra vocês, eu continuo insistindo. Esse detalhamento, de famílias nós não  
2948 temos. Porque nós trabalhamos, ne? É eu não sei nem se. É porque é assim. É um rolo de  
2949 ações, só pra você terem uma idéia. O ano passado nós fomos computar, nós chegamos a  
2950 fazer quase 600 ações do conjunto de municípios que a gente estava fazendo a

2951 intervenção. Porque é de todas as secretarias, você entendeu. Então assim, determinada  
2952 família pode ter tido intervenção e ação, do programa, em várias facetas. Em várias  
2953 facetas. Aí eu estou entendendo assim. Como é que a gente pode contribuir, dentro dessa  
2954 fala que você dois colocaram, do ponto de vista da informação. De poder participar mais,  
2955 poder entender mais. E poder inclusive nos ajudar aqui. Na sede, do quê que a gente pode,  
2956 inferir, do quê que a gente pode trocar. Assim, eu estou me comprometendo com vocês.  
2957 Nós estamos estruturando o nosso *site* pra que vocês tenham as informações macro.  
2958 Inclusive dos municípios que a gente está. Daqueles que nós já tivemos. Ta gente? E aí eu  
2959 vou lembrar aos senhores assim. Faça a diferença na cabeça de vocês. O quê que é serviço  
2960 continuado, que tem por obrigação de acompanhar família, de acompanhar todo o  
2961 processo. Serviço, por isso que ele fala continuado. Eu trabalho com um programa, que  
2962 tem um conjunto de projetos. E esses projetos, como o próprio nome. Vamos lá na LOAS,  
2963 a LOAS explica direitinho o quê que é projeto. A LOAS fala assim, início e término  
2964 definido. Projeto você começa e termina. Com a perspectiva de que o projeto vai impactar  
2965 na vida da pessoa, pra pessoa continuar sua vida normal. Então o projeto ele tem duração  
2966 curta. E o programa ele traz diretriz macro, entendeu? Então por exemplo, quando você  
2967 insiste assim, ele esteve lá e não resolveu. Claro, pode ter tido lá e não resolvido mesmo.  
2968 E eu posso chegar e estar no município hoje e não resolver uma série de seqüelas gente,  
2969 que são estruturais. Agora, importantíssimo isso o que você coloca e que você limita  
2970 dentro desse conselho. Porque isso assim, por exemplo, e isso eu estou com alegria,  
2971 porque eu estou vendo que a renovação dos conselheiros. E quando traz essa discussão,  
2972 por exemplo, fundiária aqui pra dentro do conselho de assistência social, isso é super  
2973 legal. Porque esse, até então historicamente, eu vou te falar porque eu já estive nessa  
2974 cadeira aqui, por muitos anos. É o seguinte, tinha representação que era muito voltado pra  
2975 serviços da assistência. Aí era aquela defesa muito com foco no serviço. Quer dizer, você  
2976 trás uma discussão que a gente nunca fez aqui. Mas que ela é de suma importância, ela é  
2977 de suma importância porque quando a gente, por exemplo, fez o recorte na política de  
2978 assistência. A gente mal-mal, e você tem toda razão. Mal-mal a gente conseguiu dar  
2979 alguma discussão de levar serviços, ou levar um CRAS lá. E você ainda esta dizendo, não  
2980 vai, não vai, porque eles não conseguem me atender. E se for lá, de repente, eu vou te  
2981 dizer assim: não é pra você desanimar não. É pra você continuar com a luta. Eu vou te  
2982 dizer, nós ainda vamos ter equipe técnica que não estão preparadas pra trabalhar com o  
2983 seu povo. Porque o seu povo tem uma característica, tem uma especificidade, igual  
2984 indígena, igual quilombola, que exige, exige muito mais do que ser meramente assistente  
2985 social, meramente psicólogo. Eu tenho que ter um olhar específico, porque o seu povo é  
2986 específico. O seu povo traz uma série de questões de direito que vocês não têm. Entendeu?  
2987 Que você está gritando o tempo inteiro aí. E que seu povo está gritando. O povo indígena.  
2988 É isso e que nós agora estamos vendo aqui. Discutindo isso aqui no conselho. Olha que  
2989 legal. Você entendeu, que você, enquanto você tiver tempo, aqui na cadeira, você vai falar  
2990 assim: gente, OK. Política de assistência, beleza, os crasinhos estão tudo bonitinho  
2991 olhando prestação de conta. Aqui, vamos discutir pautas mais organizadas, entendeu? pra  
2992 gente poder ver o quê que a gente impacta. Por exemplo, nas nossas conferências de  
2993 assistência social. Olha que maravilha se a gente tiver uma pauta de discussão disso.  
2994 Entendeu? Porque? Porque é ali que estão os gargalos das famílias pobres,  
2995 especificamente dos quilombolas, dos indígenas. Quer dizer, na política de assistência,  
2996 quando a gente fala do Bolsa Família. É isso, depara com situações como você que veio  
2997 fazer compra a crédito aqui. Aí a pessoa começa a perguntar no Bolsa Família, porque não  
2998 foi estruturado. Por exemplo, população de rua. Não tem meu filho, eu não tenho  
2999 endereço, como é que eu faço? Quer dizer, eu sou pobre, eu tenho direito ao Bolsa  
3000 Família. Nós estamos tendo que rever isso no Bolsa Família, porque a gente não pensou

3001 nisso. Aí nós vamos pros quilombolas, pro indígenas. Tem a questão da documentação  
3002 civil básica, que é seriíssima. Que aí se a moça do CRAS lá, se não tiver ela não põe. Por  
3003 quê? Porque ela não tem a sensibilidade, a gente ainda não está treinado não tem a  
3004 sensibilidade de olhar, falar assim: gente, Ok, vamos fazer o cadastro, agora vamos ver  
3005 como que a gente vamos brigar pra essa luta aqui. De criar estrategicamente projeto que  
3006 dê conta, por exemplo, pra documentação civil básica do seu povo. Da questão da terra,  
3007 pro seu povo. Porque envolve o nacional, envolve o estadual, e envolve o municipal. Você  
3008 está entendendo? Então assim, é esse esforço que a gente está tentando. E eu vou dizer  
3009 com muita alegria para os senhores, assim. Ao longo dos anos, até porque a minha  
3010 formação é de assistente social. Ao longo dos anos eu estive a frente da subsecretaria de  
3011 assistência social. Nós tivemos um esforço enorme junto com este Conselho, avançamos  
3012 assustadoramente pra implantar a política de assistência, que é uma coisa nova, enquanto  
3013 política pública. Pra convencer as pessoas que é cuidar do pobre, tratar do pobre, acolher o  
3014 pobre é direito. É direito. Porque até então é caridade. E aí fica difícil da gente poder  
3015 chegar no pobre e ter que entregar serviço pro pobre. Porque ao pobre muitas vezes a  
3016 gente duvida se é direito ou não. Entendeu? Então assim. E aí eu fui colocada por questões  
3017 e decisões do governo em outra subsecretaria. Onde eu estou tendo acesso a essas  
3018 discussões. E que pra mim está sendo de uma grandeza enorme. E eu queria dizer pros  
3019 senhores assim: quantas vezes os senhores me chamarem aqui, eu vou estar vindo com o  
3020 maior prazer. Pra gente poder assim, quanto mais a gente puder abrir essa discussão e esse  
3021 olhar que nós estamos tentando fazer multidimensional do pobre. Nós só vamos somar e  
3022 nós só vamos ganhar na política de assistência social Porque com certeza, o resultado que  
3023 nós tivemos aqui, desses indicadores, dessa matemática. Da gente tirar as pessoas dessas  
3024 privações. É em cima disso que as pessoas vão ter melhor escolaridade, pra elas poder ter  
3025 acesso a melhor emprego. Entendeu? É isso que você falou. Quer dizer, se ele não tem  
3026 água. E o vaso sanitário lá onde que ele planta na roça. OK. Mas pelo menos se ele tiver na  
3027 casa dele. Eu fico imaginando, isso que você coloca isso pra mim, isso é muito real.  
3028 Porque eu fico imaginando assim, o cara carrega um saco um dia inteiro no sol. Vem e  
3029 chega à casa dele. E ele chegar e não ter o direito a ligar um chuveirinho. Que é coisa  
3030 simples que a gente faz na casa da gente. Não é? Agente faz isso tão automático. A gente  
3031 chega, liga a luz e abre um chuveiro gostoso, toma um banhozinho gostoso. E dá uma  
3032 relaxada. Aí eu te pergunto? Pobre muitas vezes, dependendo da situação, ele não  
3033 consegue fazer isso. Ele chega, ele está tão exausto que ele para num boteco, vai tomar  
3034 uma cachacinha, vai tomar uma cerveja, vai jogar uma sinuquinha. Chega à casa e vai  
3035 dormir sem tomar banho. Porque é tão difícil, ele vai ter que esquentar água ou então vai  
3036 tomar banho frio. Porque é isso, a realidade é essa que você colocou aí. Agora o que a  
3037 gente está tentando é sensibilizar os administradores públicos no município. Para ao  
3038 repassar o recurso, priorizar essas pessoas. E aí você falou mesmo, é difícil levar a  
3039 política pública pra zona rural. Saúde, educação. Eu acho que a educação chegou um  
3040 pouco mais, porque tem escolas lá. Mas aí tem as qualidades, e tem uma série de coisas.  
3041 Mas avançou bem mais do que uns anos. A saúde está tentando, a assistência está  
3042 chegando agora. Os nossos crazinhos estão bem na área urbana, e está difícil pro povo ir  
3043 lá na zona rural. E aí quando a gente está jogando o porta a porta. E a nossa prioridade,  
3044 por exemplo, quando o município é muito grande, a gente faz um corte e prioriza a zona  
3045 rural. Porque a gente quer ver é isso mesmo. A gente quer ver, somos nós que militamos e  
3046 trabalhamos na área social. Ultrapassar esse morro pra ver em que condição que é essa  
3047 que você descreveu que as pessoas estão vivendo. E dormir incomodada, pra gente poder  
3048 fazer alguma coisa. Do ponto de vista público. Muito obrigado aos senhores e foi um  
3049 prazer enorme. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Questiona só mais uma coisa Roberta. Dessa  
3050 região que você esta apresentando. Vale do Rio Doce, que começaram a fazer a pesquisa,

3051 não foi? Vale do Rio Doce? Não. Não. Não o projeto de porta a porta. **Subsecretária**  
3052 **Roberta:** Levantamento porta a porta. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Eu vi lá no início lá,  
3053 Vale do Rio Doce. **Subsecretária Roberta:** É o município que ele apresentou que é do  
3054 Vale do Rio Doce. Mas não necessariamente, foi na região do Vale do Rio Doce.  
3055 **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Não é Vale, porque eu achei que fosse assim. **Subsecretária**  
3056 **Roberta:** O município que ele apresentou é de lá. Não significa que eu comecei por lá.  
3057 **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Ah. Tá bom, ta bom. E nesses municípios porta a porta, que  
3058 vocês estão fazendo, das famílias porta a porta, também está contemplando os  
3059 quilombolas, as outras regiões. Ou não? **Subsecretária Roberta:** Gente veja bem. Tia  
3060 Cleuza. Tia Cleuza não. Edileuza. É Fátima. Porque que eu falei Edicleuza? Edicleuza é a  
3061 menina do CEDRU. É coitada. Se eu escolho um município. Como é que chama o seu  
3062 município? Ouro Verde. Se eu escolho Ouro Verde. Eu vou visitar todos os domicílios  
3063 ocupados. Seja de quilombola, seja de indígena. Naquele município. Claro. Entendeu? Aí  
3064 assim, aonde eu estou, no município que nós estamos, a gente vai. Aí pra você ter uma  
3065 idéia, Serra Geral, que foi uma parceria que nós fizemos com o Governo Federal. Serra  
3066 Geral, o governo pediu pra gente fazer em 12 municípios. Que tem quantas comunidades  
3067 quilombolas? 55, dentre oficiais e não. 55 comunidades só naquele território da Serra  
3068 Geral. Tem 15 municípios. Aí é a discussão que eu acho que você com propriedade, eu  
3069 fiquei até com medo do número que ele ia falar lá, porque você com propriedade você  
3070 pode falar assim: esse trem está errado. Porque dependendo do conceito, quê que eles  
3071 estão falando de comunidade, o quê que eles estão conceituando. Mas enfim, desses doze  
3072 municípios do Serra Geral, foi visitado e priorizando zona rural. Normalmente, me corrige  
3073 se eu estiver errada. A maioria dos povos quilombola vive em zona rural. Não é isso?  
3074 Você tem poucos em grandes centros. Porque no município que eu estou, essa  
3075 comunidade ela é visitada e ela faz as intervenções. Agora, faz as intervenções e é isso  
3076 que eu estou dizendo assim: tem intervenções que eu não consigo fazer estruturais não. A  
3077 gente consegue fazer aquilo que é possível. Ta? Porque o programa não chega com a vara  
3078 de condão e fala paf não. **Conselheiro Marcelo:** Roberta, então a gente gostaria muito de  
3079 agradecer a sua presença, agradecer o Danilo. Nós ainda vamos continuar aos trabalhos, se  
3080 você quiser e o Danilo, continuar com a gente é um prazer. Mas sei das dificuldades que  
3081 você tem. Mas muito obrigado a você Danilo. Ó gente, então vamos continuar os nossos  
3082 trabalhos. Agradecemos já a Roberta e o Danilo. Nós só temos mais um ponto de pauta.  
3083 Se a gente puder trabalhar neste ponto agora com o Francisco. Então com a palavra o  
3084 Francisco para falar do movimento nacional da população de rua. **Conselheiro Francisco:**  
3085 É Francisco né? Eu só gostaria. É uma. Isso aqui foi através do. Acho que a maior  
3086 conquista que a população de rua, os catadores de materiais recicláveis. Todos esses anos,  
3087 foi a criação do CNDDH. Que é o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, dos  
3088 catadores de materiais recicláveis e dos moradores em situação de rua. E através dele, a  
3089 gente começou a ver, como é que estava sendo massacrados esses dois tipos de pessoas,  
3090 que muitas das vezes é negado até hoje, até mesmo a forma de fazer um boletim de  
3091 ocorrência. Então a gente está com números aqui. Que até já foi contestado pelo pessoal  
3092 da segurança pública. E ele vem através, de que forma? Ele é através de denúncias.  
3093 Através do disque 100. Esse dique 100, ele está em Brasília. E através dele, toda denúncia  
3094 que é chegada lá, ela é encaminhada imediatamente para o centro de defesa. E a gente  
3095 acompanha ainda, denúncia de entidades. Que vão pra lá e denúncia. Igual um caso, tem  
3096 denúncia da passarela de rua. Do pólo cidadania, do projeto vida. Tem dos órgãos  
3097 públicos, até mesmo que é da polícia civil. O ministério público, a abordagem social da  
3098 PBH. E meios de comunicação, aí já entra a TV Globo, Jornal Hoje em Dia, Estado de  
3099 Minas. E além de cidadãos que procuram e fazem uma denúncia que, de alguma forma  
3100 não quer que seja aparecido o nome dele. Que seja uma coisa sigilosa. Então dentro desse

3101 período de março a março deste ano. Aconteceu aqui. Isso aqui é base de Belo Horizonte.  
3102 A gente está fazendo um levantamento maior em nível de estado. Porque o movimento  
3103 social da população de rua tem uma sala lá dentro. Também que abrange também o  
3104 serviço dos catadores. E dentro desse um ano, houve 137 denúncia. E a nível de  
3105 homicídio, nós temos 43 mortes. Então, a gente já está cansado de enterrar morador de  
3106 rua. Tentativa de homicídios são doze. Né? Lesão corporal são oito. Hostilização seis.  
3107 Abuso de autoridade, cinco. Violência policial e violência praticada por outras instituições  
3108 de segurança, quatro. E apropriação de bens, que a própria prefeitura a que dá acesso a  
3109 você tirar sua identidade, tirar seu documento, e muito menos sabe quem manda. Chega  
3110 pegar o morador de rua e tomar todos os seus pertences, inclusive junto com os seus  
3111 documentos e tomam deles. E aí o que acontece? O cara volta de novo, no mesmo sistema  
3112 da assistência social, pra vir pedir o direito a tirar um retrato. A pedir a certidão de  
3113 nascimento que às vezes ele mora lá no Ceará. E leva quase em torno de 90 a 120 dias pra  
3114 voltar. E nesse período que ele está sem documento, aí ele vira saco de pancada. Né?  
3115 Subtração de documentos, inclusive documentos até sérios de um rapaz aí. Tem duas  
3116 ocorrências nesse nível. Discriminação social, duas. Demora excessiva no atendimento,  
3117 quatro. Recusa de atendimento, duas. Ameaça duas. Discriminação de orientação sexual,  
3118 uma. Negligência em assistência social pasmem tem uma. Negligência ao número de  
3119 assistência de saúde tem uma. Tortura para aplicar castigo pessoal, em medida de caráter  
3120 preventivo tem uma. Jornada exaustiva de trabalho tem uma. Humilhação tem uma. Então  
3121 essas são as denúncias que vieram a nível, que chegaram pra nós, e são dados oficiais. Aí  
3122 é que a gente olha cadê a política pública? Ela está sendo aplicada? O quê que está  
3123 emperrando. Porque, igual recente agora. Eu vim com mais um aqui. Que quinta-feira,  
3124 aqui parou o carro, tinha um morador de rua aqui de madrugada aqui nesse viaduto Santa  
3125 Tereza, na terça feira agora que passou quatro caras saiu do carro, pegou o morador de rua  
3126 e jogou de cima do viaduto. Então eu acho que hoje, morador de rua virou saco de  
3127 pancada e higienização que infelizmente parte da sociedade está vendo que é a melhor  
3128 maneira de fazer. Ou excluir. Não, vamos matar agora. Então. Né? É uma coisa alarmante  
3129 e a gente está meio adiantado com o que está acontecendo. Em nível de estado se a gente  
3130 olhar isso aqui, nós vamos assustar muito mais. O DENÍVIA, a gente tem denúncia, tem  
3131 enes lá, através de um vereador, que ele apanhou da polícia, todo o gabinete tomou uma  
3132 surra, por intervenção. Procuraram o capitão, para fazer um boletim de ocorrência, foi  
3133 negado. Porque não era viável fazer essa denúncia. E Juiz de Fora, Valadares. Seja, como  
3134 disse, estamos fazendo isso direitinho, vamos colocar isso. Ele está assustador.  
3135 **Conselheiro Marcelo:** OK. Francisco, a gente recebe isso como uma situação acredito  
3136 que os demais conselheiros também assim pensam. Como uma situação preocupante, pra  
3137 política pública de assistência social. Mas a gente vê que esse documento que você  
3138 apresenta ele perpassa a política pública de assistência social. Aí nós temos defesa social,  
3139 tem saúde, tem outras políticas. Segurança. Acho que uma grande parte aí diz respeito a  
3140 defesa social, por causa das agressões que são feitas. E aí, eu hoje pela manhã, vindo aqui  
3141 pra reunião, eu ouço pela rádio que o novo secretário de defesa social, irá tomar posse  
3142 segunda feira. Eu conheço o Dr. Rômulo Ferraz. Ele foi promotor de justiça em  
3143 Congonhas. Conheço ele de longa data, sei do perfil dele. E acho que esse perfil, vai ser  
3144 muito bom. É um perfil de ministério público né? Acho que vai ser muito bom essa  
3145 relação de ministério público com as polícias. Para acabar com essa dicotomia que existe  
3146 entre eles. Acho que vai ser muito interessante. Acho que a gente posteriormente pautar  
3147 uma reunião inclusive com ele. Eu acho que isso é legal. Mas como encaminhamento da  
3148 sua proposta, e aí com os conselheiros se assim entenderem, de nós encaminharmos este  
3149 documento que você apresenta, para ser analisado pela comissão de política, pra que ela  
3150 possa dar os encaminhamentos na próxima plenária. Tá bom? **Conselheiro Francisco:** Ta

3151 OK. **Conselheiro Marcelo:** E com isso eu passo a palavra a Cristiane. **Conselheira**  
3152 **Cristiane:** É só lembrar, Marcelo. Acho que. Eu fiquei sabendo aqui um pouco. A gente  
3153 sempre fica chocada com esses dados, eu não quero perder a capacidade de ficar  
3154 exatamente, chocadas com essas questões que são denunciadas no conselho. Mas  
3155 pensando, um pouco até na discussão que nós tivemos ontem, qual que é de fato o nosso  
3156 papel, enquanto conselho estadual, diante dessas situações. Não é Francisco? Eu me  
3157 lembrei aqui, talvez nesse encaminhamento, agregando a este encaminhamento, Marcelo.  
3158 A comissão de política poderia retomar as discussões em relação à pesquisa da população  
3159 de rua que foi elaborada. Nós participamos, fizemos um, tivemos, nós tivemos lá como  
3160 conselho estadual. Em um seminário que foi apresentado a pesquisa. Quer dizer, eu vi esse  
3161 elemento nessa pesquisa pra discussão de uma política pública direcionada, né? De  
3162 Atenção, à população de rua. E cabe ao controle social, cobrar exatamente isso. O quê que  
3163 o estado tem feito. Quais são as ações? Quais são as diretrizes? Em relação à pesquisa. E  
3164 em relação à política pública de defesa, de atenção a população de rua. Então talvez,  
3165 atrelado a isso, a comissão de política, retomar essa discussão e trazer alguns elementos  
3166 aqui pra que a gente faça o controle social da política pública do estado em relação a isso.  
3167 **Conselheiro Marcelo:** OK. Os conselheiros. Pois não. **Conselheiro Francisco:** Assim,  
3168 para mim cumprimentar mesmo, porque aqui Marcelo. No encontro com os dados de Belo  
3169 Horizonte. Então eu acho que o ideal seria socializar todos os dados em nível de estado.  
3170 Então, a gente está fazendo esse levantamento, eu posso até deixar esse aqui, por  
3171 enquanto. Ta? Só que em nível de estado, vai ser maior, né? A informação. **Conselheiro**  
3172 **Marcelo:** Não, sim, Francisco. É justamente pra gente já começar a discussão, inclusive  
3173 acrescentando, o que a Cristiane apresenta. Tá certo? **Conselheiro Francisco:** E só para,  
3174 até mesmo, pra complementar aqui. E depois de grande luta que a gente. A primeira coisa  
3175 que a gente tinha vontade de fazer. Amigo de estudo. Dia 19, 20e 21 em Salvador, vai ser  
3176 realizado o primeiro congresso nacional da população de rua. É de março agora. E a gente  
3177 participando, depois até socializar com o conselho, todas as resoluções que a gente  
3178 encaminhar em nível do MDS, do Ministério da Saúde. Trazer e colocar a par o conselho  
3179 aqui. **Conselheiro Marcelo:** Ta OK Francisco. Fica registrado então. **Conselheira Nívia.**  
3180 **Conselheira Nívia:** Eu queria só fazer uma resposta a demanda que você fez Cris. Porque  
3181 eu já tinha anunciado aqui na parte da manhã, você não estava presente. Mas aí eu acho  
3182 que é importante, estar refrescando a informação, de que nós tivemos duas informações  
3183 importantes na parte da manhã, sobre política pra atendimento pra população de rua. A  
3184 primeira é que nós já marcamos pros dias 29 e 30 de maio em parceria com a  
3185 CNBBENCIA, o Francisco faz parte do grupo que está em parceria com a SEDESE  
3186 idealizando esse seminário. Onde nós vamos discutir mais amplamente, os dados da  
3187 pesquisa estadual. Estamos publicando a pesquisa, pra ser entregue junto com o material,  
3188 no dia do seminário. Será no SESC, recebi o e-mail agora a pouco. Ta. Definido pela  
3189 CNBB que vai ser no SESC Venda Nova. Não conseguiu fechar com Contagem. Então já  
3190 está fechado com o SESC Venda Nova, para gente garantir essas duas datas. E estamos  
3191 pretendendo lançar, no dia, com a presença do governador, política estadual de  
3192 atendimento a população de rua. Não sei se você lembra, no dia do seminário lá em  
3193 dezembro. Nós citamos um projeto de lei que estava tramitando na Assembléia. Pedimos  
3194 que as pessoas participassem via e-mail, cobrando dos deputados que agilizassem a  
3195 tramitação. A CNBB nos deu a informação de que a proposta de lei já está praticamente  
3196 saindo da assembléia e indo pra SEDESE. Pra nós validarmos e que possa ir para o  
3197 governador, pra assessoria do governados sancionar. E aí a gente gostaria de sancionar a  
3198 lei no dia do seminário. Até pra gente contar com a presença do governador, do nosso  
3199 secretário, do prefeito de Belo Horizonte, pra que a gente possa dar mais publicidade.  
3200 Mobilizarmos mais, não só as vagas ligadas ao governo do Estado. Mas também das



3201 prefeituras que vão estar lá. Vamos convidar os 222 municípios que participaram da  
3202 pesquisa. E a outra informação importante também, que eu acho que vai vir de encontro  
3203 com o que a gente tirar de deliberação desse seminário de construção. É que houve uma  
3204 expansão, no dia 14 agora, anteontem. Houve a aprovação pelo Conselho Nacional de  
3205 Assistência Social. Da resolução 07/2012 que faz uma expansão bem considerável de  
3206 recursos para implantação de centros POP, de CREAS, de Albergues, Abrigos,  
3207 Repúblicas. Equipamentos de atendimento direto a população em situação de rua. E a  
3208 resolução, eu citei aqui alguns pontos aqui mais importantes. Mas nos próximos dias o  
3209 ministério fez o compromisso de estar nos enviando, os nomes, os dados, com relação a  
3210 valores, com relação aos municípios a serem contemplados. A partir dos critérios que  
3211 foram pactuados na CIT, que foram deliberados pelo Conselho Nacional. E que estão  
3212 resumidos nessa resolução. Ta? Então eu acho que a gente tem que começar a pensar  
3213 mesmo, de que agora nós vamos partir pra parte prática. Eu disse que eu acho que é um  
3214 momento impar pra proteção social especial, principalmente. Porque houve expansão de  
3215 recurso pra básica, mas muito mais pra especial. Então, talvez é um momento impar que a  
3216 gente vai poder estar, o estado junto com os municípios, implementando na prática, essas  
3217 novas estratégias de atendimento que nós vamos definir, né? A partir desse seminário eu  
3218 acredito que vamos começar uma construção de definir, de pensar novas estratégias e  
3219 novas políticas que veio de encontro a essa realidade cruel, que a gente está percebendo aí,  
3220 com relação à situação das pessoas que estão nas ruas. **Conselheiro Marcelo:** Então com  
3221 as considerações da conselheira Nívia, e considerando que ainda a Fátima vai manifestar.  
3222 Logo em seguida a gente encerra a nossa plenária. Só um minuto. A Fátima vai falar  
3223 depois você Francisco. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Ó Marcelo. Eu gostaria assim de  
3224 questionar uma novidade assim pro conselho assim. Que a gente poderia encaminhar seu  
3225 Francisco. Que ele tem tanto essa vontade de participar. Lá em Salvador. Desse evento  
3226 que vai acontecer. Então eu já estou pedindo que ele poderia como conselheiro, estar  
3227 representando o Conselho de Assistência Social, nesse evento lá em Salvador. Aí a gente  
3228 podia articular né? A possibilidade da ida dele lá, que eu acho que vai ser desde que ele  
3229 milita nesse movimento. Seria bom que ele já representasse o nosso Estado Minas Gerais.  
3230 Nesse evento lá, eu acho que vai ser de grande importância pra ele. Porque ele tem tanto  
3231 conhecimento, então seria muito rico pra ele, na sua caminhada. Então eu estou pensando  
3232 aqui, nessa possibilidade que o Conselho articula força para ele estar lá. **Conselheiro**  
3233 **Francisco:** É só pra colocar, esse decreto é o decreto 767/2011, que projeto de lei. Só pra  
3234 informar o número. E quanto a Conselheira Fátima, a gente um número aqui no grupo da  
3235 população de rua. E assim, aqui nós não conseguimos as passagens no ônibus pra levar as  
3236 20 pessoas. Aí o quê que aconteceu, a gente entrou em contato com o governador da  
3237 Bahia, onde está sendo o evento. E aí ele disponibilizou seis passagens áreas para as seis  
3238 pessoas. Que ele falou que menos número pode ficar fora desse conselho. **Conselheiro**  
3239 **Marcelo:** Pois é. Eu também já havia entendido, viu Fátima, de que, encima de uma fala  
3240 que fez anterior. De que ele iria trazer, inclusive as deliberações que fossem feitas lá, ele  
3241 já ia trazer pra nós. Por isso que então a gente agradece a sua contribuição. Mas ele já vai  
3242 por outras formas. Né? E mesmo porque também, administrativamente nós tínhamos  
3243 enorme dificuldade de conseguir, por causa das demandas, porque vai ser dia 19. E aí eu  
3244 não sei se conseguiria burocraticamente resolver. Não tínhamos tempo hábil. Mas então  
3245 gente, antes de terminar, eu só gostaria de fazer um registro. No início da plenária foi dito  
3246 que nós tínhamos que informar a secretaria executiva, de quem iria, de quem vai pro  
3247 descentralizado. A Consolação vai mandar pra todos nós, na segunda, terça feira. E, por  
3248 favor, respondam imediatamente. Para que possa ser feito, administrativamente, as diárias,  
3249 e saber locais e tudo mais. Tá bom? Com essas considerações a gente manda um abraço a  
3250 todos. Bom retorno. E nos encontramos então em Cataguases. Um abraço. Mesa diretora

3251 dia 20, terça feira às 13 horas. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada  
3252 que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.